



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

CAMILA TORREIAS DALL'AGNOL CAVALCANTE

**O PAPEL DA IMPRENSA E A *ACCOUNTABILITY* SOCIAL: ANÁLISE DO**  
**“ESCÂNDALO DOS RESPIRADORES” EM RORAIMA POR MEIO DOS PORTAIS**  
***RORAIMA EM TEMPO E FOLHABV.***

BOA VISTA/RR

2023

CAMILA TORREIAS DALL'AGNOL CAVALCANTE

**O PAPEL DA IMPRENSA E A *ACCOUNTABILITY* SOCIAL: ANÁLISE DO  
“ESCÂNDALO DOS RESPIRADORES” EM RORAIMA NOS PORTAIS *RORAIMA  
EM TEMPO E FOLHABV*.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Roraima, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Comunicação.

Orientador Prof. Dr. José Tarcísio da Silva  
Oliveira Filho

BOA VISTA/RR

2023

CAMILA TORREIAS DALL'AGNOL CAVALCANTE

**O PAPEL DA IMPRENSA E A *ACCOUNTABILITY* SOCIAL: ANÁLISE DO  
“ESCÂNDALO DOS RESPIRADORES” EM RORAIMA NOS PORTAIS *RORAIMA*  
*EM TEMPO E FOLHABV*.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, para obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Roraima. Área de Concentração: Comunicação, Territorialidades e Saberes Amazônicos. Defendida em 1º de março de 2023 e avaliada pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. José Tarcísio da Silva Oliveira Filho

Orientador / PPGCOM - UFRR

---

Prof. Dr. Rafael Sbeghen Hoff

Membro interno / PPGCOM - UFRR

---

Prof. Dr. Roberto Ramos Santos

Membro externo / NUPEPA - UFRR

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

C376p Cavalcante, Camila Torreias Dall'Agnol.  
O papel da imprensa e a accountability social : análise do “escândalo dos respiradores” em Roraima nos portais Roraima em Tempo e Folhabv / Camila Torreias Dall'Agnol Cavalcante. – Boa Vista, 2023.  
129 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. José Tarcísio da Silva Oliveira Filho.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

1 – Respiradores. 2 – Accountability. 3 – Esfera pública. 4 – Opinião pública. 5 – Quarto poder. I – Título. II – Oliveira Filho, José Tarcísio da Silva (orientador).

CDU – 070.433(811.4)

*Para Waldomira, Léa e Shirley*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que me conduz e nunca me abandona. A Ele reservo meus momentos de fé e gratidão, consciente da vida de privilégios, de saúde e paz que tenho.

Aos meus pais, Jair e Shirley, que nunca mediram esforços por mim e minha educação formal e moral. Minha base escolar de alta qualidade, que eles tanto lutaram para me dar, e um ambiente familiar de respeito e amor são fundamentais para as conquistas que acumulo durante minha vida.

Ao meu parceiro de vida, Rafael, pelo incentivo, por ser minha base e por compreender todas as vezes que me ausentei e me afastei para me dedicar aos estudos. Obrigada por cuidar de mim, dos nossos filhos e da nossa casa todos os dias. Amo você!

Aos meus filhos, Guga e Pedro, tudo! Que, por meu exemplo, entendam que só com educação e esforço pessoal é possível realizar sonhos. Obrigada por existirem e fazerem minha vida ter sentido.

Ao meu querido professor orientador, Tarcísio. Sou eternamente grata pela paciência, compreensão e dedicação ao meu projeto, que se tornou nosso. Obrigada, professor, por tantos ensinamentos e por acreditar em mim.

A todos os professores do PPGCOM/UFRR e aos que gentilmente aceitaram fazer parte da minha banca avaliadora, professores Raphael Hoff e Roberto Ramos.

Um agradecimento especial às minhas colegas de trabalho que me incentivaram e me serviram de exemplo para voltar aos estudos: Adriana Cruz, Sonia Nunes, Léo Daubermann e Marilena Freitas.

Aos meus queridos sogros, Aldir e Neide, que me acolheram, incentivaram e acompanharam minha jornada. E aos meus irmãos que me completam, Thiago, Cecília e Bianca. Por fim, às duas estrelas que tenho no céu me guiando e protegendo, Léa Ribeiro Campos e Waldomira Dall'Agnol.

*Se o sentido da política é a liberdade, isso significa que nesse espaço – e em nenhum outro – temos de fato o direito de esperar milagres. Não porque fôssemos crentes em milagres, mas sim porque os homens, enquanto puderem agir, estão em condições de fazer o improvável e o incalculável e, saibam eles ou não, estão sempre fazendo.*

(Hannah Arendt)

## RESUMO

O chamado neste trabalho de “escândalo dos respiradores” foi um episódio que marcou o início da pandemia da Covid-19 em Roraima, quando o Governo do Estado admitiu a compra antecipada e superfaturada de equipamentos fundamentais para a sobrevivência de pacientes graves da doença. A admissão só veio depois da denúncia amplamente divulgada pela imprensa e de cobranças postadas nas plataformas de redes sociais. Esta pesquisa busca compreender as reações sociais ao caso e os motivos que resultaram na ausência de manifestações públicas que gerassem consequências severas, políticas e institucionais, aos gestores responsáveis pelo orçamento da Secretaria Estadual de Saúde e ao próprio governador, mesmo sendo o caso amplamente noticiado pelos veículos de comunicação. A pesquisa reúne publicações a respeito do “escândalo dos respiradores” dos dois principais portais de notícias do Estado, a *FolhaBV* e o *Roraima em Tempo*, que pertencem a grupos políticos opostos. A análise encontra amparo teórico no estudo de três conceitos-chaves: Esfera Pública, enquanto local (físico ou não) de exercício do debate público, em busca de uma opinião pública; Quarto Poder, exercido pela imprensa quando fiscalizadora e fornecedora de informações que podem basear a opinião pública; e *accountability* social, quando a imprensa se torna um mecanismo em que os governantes são convocados a responder por seus atos e omissões perante os governados. A metodologia empregada é a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, por meio de quatro categorias, a saber: (1) Tipo de notícia; (2) Tipos de fontes; (3) Recursos jornalísticos; (4) Índícios de *Accountability*. Do banco de dados, foram selecionadas oito reportagens para a análise textual com as respectivas inferências. Entre os resultados encontrados, verifica-se que a imprensa contribui e possibilita a emergência de comportamentos ligados à *accountability* vertical, mas que para provocar o formato social é preciso outros fatores.

**Palavras-chaves:** respiradores; *accountability*; Esfera Pública; Opinião Pública; Quarto Poder.

## ABSTRACT

The called “ventilator scandal” was an episode that marked the beginning of the Covid-19 pandemic in Roraima, when the State Government admitted the anticipated and overpriced purchase of essential equipment for the survival of serious patients of the disease. The admission only came after the denunciation made by the press and demands on social networks. This research seeks to understand the social reactions to the case and the reasons that resulted in the absence of public manifestations that would generate severe, political and institutional consequences for the managers responsible for the budget of the State Health Department and the governor, even though the case was widely reported by the media. The research brings together publications about the “scandal of respirators” from the two main news portals in the state, *FOLHABV* and *Roraima em Tempo*, which belong to opposing political groups. The analysis finds theoretical support in the study of three key concepts: Public Sphere, as a place (physical or digital) for exercising public debate, in search of public opinion; Fourth Power, exercised by the press as supervisor and supplier of information that can base public opinion; and social accountability, when the press becomes a mechanism in which the rulers are summoned to answer, for their acts and omissions before the governed. The methodology employed is Content Analysis by Laurence Bardin, through four categories: (1) Type of news; (2) Types of fonts; (3) Journalistic Resources; (4) Indications of Accountability. From the database, eight reports were selected for textual analysis with the respective inferences. Among the results found, it is verified that the press contributes and enables the emergence of behaviors linked to vertical accountability, but that to provoke the social format it is necessary to have other factors.

**Keywords:** respirators; *accountability*; Public Sphere; Public Opinion; Fourth Power.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 – Exemplo de link com matéria excluída do Portal <i>Roraima em Tempo</i> no <i>Facebook</i> ..... | 69 |
| Figura 2 – Print da tela do Perfil do <i>Roraima em Tempo</i> no <i>Facebook</i> .....                     | 75 |
| Figura 3 – Print da tela do Portal <i>Roraima em Tempo</i> antes do “apagão” .....                         | 76 |
| Figura 4 – Print da tela do Perfil do <i>Roraima em Tempo</i> no <i>Facebook</i> .....                     | 77 |
| Figura 5 – Print da tela do Perfil do <i>Roraima em Tempo</i> no <i>Facebook</i> .....                     | 78 |
| Figura 6 – Print da tela do Perfil do <i>FOLHABV</i> no <i>Facebook</i> .....                              | 79 |
| Figura 7 – Print da tela do Perfil do <i>FOLHABV</i> no <i>Facebook</i> .....                              | 80 |
| Figura 8 – Print da tela do Perfil do <i>FOLHABV</i> no <i>Facebook</i> .....                              | 81 |
| Figura 9 – Print da tela do Perfil do <i>FOLHABV</i> no <i>Facebook</i> .....                              | 82 |
| <br>   |    |
| Gráfico 1 – Tipo de notícia .....  | 84 |
| Gráfico 2 – Tipos de fontes .....  | 85 |
| Gráfico 3 – Recursos jornalísticos .....   | 87 |
| Gráfico 4 – Indícios de accountability .....   | 88 |

## **LISTA DE TABELAS**

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1 - Valores-notícia segundo Traquina.....          | 61 |
| Tabela 2 – Cronologia dos acontecimentos noticiados ..... | 69 |
| Tabela 3 – Seleção do corpus .....                        | 73 |
| Tabela 4 – Formulário de categorias .....                 | 83 |

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO .....  | 6  |
| 2. OPINIÃO PÚBLICA E ESFERA PÚBLICA .....  | 13 |
| 2.1. TEORIA DEMOCRÁTICA .....  | 14 |
| 2.2. A ESFERA PÚBLICA POR HABERMAS.....  | 17 |
| 2.3. A OPINIÃO PÚBLICA A PARTIR DE LIPPMANN .....  | 20 |
| 2.4. ESFERA PÚBLICA E IMPRENSA.....  | 23 |
| 2.5. QUARTO E QUINTO PODER.....  | 26 |
| 3. <i>ACCOUNTABILITY</i> : UM PRINCÍPIO DA DEMOCRACIA .....                                      | 32 |
| 3.1. <i>ACCOUNTABILITY</i> COMO MECANISMO DE DEFESA E PARTICIPAÇÃO ...                           | 36 |
| 3.2. MODELOS DE <i>ACCOUNTABILITY</i> .....  | 37 |
| 3.3. <i>ACCOUNTABILITY</i> VERTICAL: SOCIETAL.....   | 39 |
| 3.4. AVANÇOS DA <i>ACCOUNTABILITY</i> SOCIAL .....   | 42 |
| 4. JORNALISMO POLÍTICO: UM ALIADO DA DEMOCRACIA.....   | 46 |
| 4.1. JORNALISMO POLÍTICO EM RORAIMA .....  | 50 |
| 4.1.1. <b>FolhaBV</b> .....  | 52 |
| 4.1.2. <b>Roraima em Tempo</b> .....   | 55 |
| 4.2. NARRATIVAS, NARRAÇÃO E DESCRIÇÃO .....  | 56 |
| 4.3. NARRATIVAS COMO GÊNERO E NARRATIVAS JORNALÍSTICAS.....                                      | 57 |
| 4.4. VALOR-NOTÍCIA .....   | 61 |
| 4.4.1. <b>De quem é a narrativa?</b> .....   | 64 |
| 5. METODOLOGIA E ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DOS PORTAIS <i>FOLHABV</i> E <i>RORAIMA EM TEMPO</i> ..... | 67 |
| 5.1. A ANÁLISE DE CONTEÚDO .....   | 67 |
| 5.1.1. <b>Contexto histórico</b> .....   | 67 |
| 5.1.2. <b>Etapas de investigação segundo Bardin</b> .....  | 69 |
| 5.2. A PRÉ-ANÁLISE.....  | 70 |
| 5.2.1. <b>Cronologia</b> .....   | 72 |

|   |     |
|---|-----|
| 5.2.2. <b>Hipóteses e Objetivos</b> .....               | 75  |
| 5.3. <b>FORMAÇÃO E CODIFICAÇÃO DO CORPUS</b> .....      | 76  |
| 5.3.1. <b>Notícias do Portal Roraima em Tempo</b> ..... | 77  |
| 5.3.2. <b>Notícias do Portal FolhaBV</b> .....          | 81  |
| 5.4. <b>EXPLORAÇÃO DO MATERIAL</b> .....                | 85  |
| 5.4.1. <b>Tipos de notícia</b> .....                    | 86  |
| 5.4.2. <b>Tipos de Fonte</b> .....                      | 87  |
| 5.4.3. <b>Recursos jornalísticos</b> .....              | 89  |
| 5.4.4. <b>Indícios de <i>Accountability</i></b> .....   | 90  |
| 5.5. <b>INFERÊNCIAS ANALÍTICAS</b> .....                | 91  |
| 6. <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                    | 94  |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....                 | 98  |
| <b>APÊNDICES</b> .....                                  | 104 |
| <b>ANEXOS</b> .....                                     | 109 |



## 1. INTRODUÇÃO

Uma semana depois de completar meus 18 anos, minha mãe me arranhou um emprego. Funcionária pública do Governo do Estado de Roraima, fui trabalhar na Divisão de Comunicação Administrativa da Secretaria de Estado de Administração. Eu era responsável por organizar as publicações de decretos e portarias nos arquivos corretos: lia tudo, mesmo que não precisasse, afinal, bastava arquivar pela numeração. Ali, tinha não apenas a vida funcional dos servidores, mas também resolutivas que interessavam a todos. Mas ninguém parecia se importar. Nem meus colegas de trabalho pareciam conhecer muitas das normativas que eu, orgulhosamente, arquivava.

Lembrei desse meu início de vida funcional ao ler o artigo da professora Anna Maria Campos, que compara as democracias americana e brasileira a fim de tentar traduzir a palavra *accountability* e aponta diferenças na noção da “coisa pública”. Segundo ela, há por parte dos funcionários públicos brasileiros “completa falta de zelo com o erário” e pelo lado do público, “uma atitude de aceitação passiva a todo tipo de privilégio, tolerância ante a corrupção, a dupla tributação (imposto mais propina) e ao desperdício de recursos” (CAMPOS, 1990, p. 31).

Fiz a leitura 30 anos depois que ela publicou o referido texto e, em vários aspectos, concordei com o ponto de vista da autora – sobretudo no que se refere ao imaginário coletivo que envolve minha classe profissional de funcionária pública. No entanto, é possível apontar uma série de avanços sociais no sentido do controle de gastos por parte de gestores públicos. E, em consequência, avanços da *accountability* no país (SHOMMER; MORAES, 2010). A conceituação da palavra é definida como o conjunto de mecanismos institucionais pelos quais os governantes são convocados a responder, ininterruptamente, por seus atos e omissões perante os governados (ABRUCIO; LOUREIRO, 2005).

A primeira distinção do conceito vem a partir de O’Donnell (1998), que estabelece uma divisão da *accountability* em horizontal e vertical. A primeira, exercida na própria estrutura do Estado e a segunda pelas eleições. Alguns autores como Fonseca (2016) e Maia (2006), atribuem à cultura patriarcal ou mesmo às características históricas, a falta de eficiência da *accountability* horizontal no Brasil. Utilizando-se de hierarquia, burocracia ou de órgãos fiscalizadores como os tribunais de contas e ministérios públicos, esses mecanismos não atingem o propósito de fiscalizar e punir o mau representante/gestor.

Do outro lado, *accountability* vertical é de fundamental importância para a manutenção das democracias e pode ocorrer de duas formas: quando os cidadãos elegem, ou não, os agentes estatais para os cargos mandatários (*accountability* eleitoral); ou quando a sociedade civil e a

imprensa, por meio de denúncias ou exposição de figuras públicas, sancionam ou vetam os agentes estatais eleitos ou não (*accountability* social) (ROBL FILHO, 2013). A *accountability* social acontece ou reflete diretamente no debate público. Habermas (1990), na década de 1960, já apontava para as mudanças na estrutura da esfera pública política provocada pelas relações de poder e pela influência da mídia nos “fluxos comunicativos”. Portanto, a *accountability* social pode ser compreendida como uma via para a ação comunicativa nas esferas públicas contemporâneas (MARTINO, 2015), dominadas pelos meios de comunicação de massa, sendo também um canal a mais que a sociedade dispõe para fiscalizar os atos do Poder público, que democratiza o acesso à informação e contribui para uma cadeia de fiscalização envolvendo outros segmentos.

Importante salientar que a *accountability* social não resulta em sanções diretas, mas indiretamente provoca outros tipos de *accountability*, quando, por exemplo, o Ministério Público inicia investigação em consequência de uma denúncia.

A angulação proposta para esta pesquisa é a de verificar como a imprensa local assume uma função estratégica no processo de *accountability* social, cabendo o papel de investigar, expor e cobrar explicações e resultados das autoridades políticas, dos funcionários públicos e de órgãos fiscalizadores, possibilitando uma ação de freios e contrapesos do controle de constitucionalidade, gerando resposta e mobilização social a tais acontecimentos. De acordo com Pacce (2014), o controle de constitucionalidade pode ser comparado a um sistema de “balanço” que se consolida através de um controle político em que o propósito final é estabelecer equilíbrios entre os poderes estruturantes do Estado, que é regulamentado por normas constitucionais bem definidas, de modo que evite excesso por parte dos poderes constituídos. É um caminho, inclusive, para dar voz às minorias sociopolíticas, que dificilmente conseguem explanar suas demandas no sistema vertical, acionando também conceitos ligados à formação do campo profissional do jornalismo e do próprio jornalismo enquanto quarto poder (TRAQUINA, 2005).

Para tanto, serão consideradas enquanto objeto de análise desta pesquisa as publicações dos portais *FOLHABV* e *Roraima em Tempo*, no período de 1º de maio de 2020 a 08 de julho de 2020, relativas ao acontecimento social/jornalístico intitulado localmente como “escândalo dos respiradores”. A investigação se debruça em como as notícias podem conter rastros que permitam identificar (ou não) reações ligadas à *accountability* social.

Em vias de contextualização do acontecimento, a pandemia da Covid-19 chegou a Roraima no dia 21 de março de 2020, quando um casal, vindo de São Paulo, testou positivo para a doença. No dia seguinte, o governador do Estado assinou decreto de calamidade pública,

possibilitando à Secretaria Estadual de Saúde (Sesau) a contratação de bens e serviços sem licitação. Nove dias depois, a Sesau pagou adiantado o valor de R\$ 6,4 milhões por 30 respiradores a uma empresa mineira que, mais tarde, alegou falta de matéria-prima para entregar os equipamentos no prazo contratado e pediu mais 60 dias. Os respiradores são equipamentos utilizados em pacientes, em situação grave, acometidos pela Covid-19. À época, o Hospital Geral de Roraima dispunha de 22 equipamentos. Acontece que, alguns meses antes da pandemia, o Estado já havia comprado 50 novos aparelhos ao preço de R\$ 2,2 milhões.

No dia 1º de maio, a Rádio 93 FM, de posse de fotos de um extrato de pagamento e da nota de empenho, questionou o Governo do Estado sobre a compra e solicitou explicações. A Secretaria Estadual de Comunicação (Secom) negou a denúncia, mas no dia seguinte, em coletiva à imprensa, o governador admitiu a compra e demitiu o secretário de Saúde.

Nas plataformas de redes sociais, representantes de classes ligados à Saúde pediam a responsabilização e adicionavam novas denúncias, como falta de equipamentos de proteção individual, insumos médicos e até filtros para os respiradores em uso. O caso provocou também reações no campo político: deputados protocolaram pedido de impeachment do governador Antonio Denarium e acresceram à denúncia da compra dos respiradores, revelações de superfaturamento também na compra de máscaras e outros equipamentos de proteção individual.

Com a base aliada ampliada na Assembleia Legislativa, o pedido de impedimento foi rejeitado pelos deputados no dia 07 de julho de 2020. Não foi registrada pela mídia hegemônica reação popular ou qualquer manifestação organizada quanto a isso. Diante da aparente ausência de mobilização popular, a pergunta que permeia a pesquisa é: como o jornalismo pode contribuir e provocar comportamentos ligados à *accountability* social, tomando como recorte a cobertura do “escândalo dos respiradores” por dois portais de notícias de Roraima? A busca pela resposta é motivada pela necessidade de refletir sobre a articulação entre a mídia informativa local e o conceito de *accountability* social.

A pandemia da Covid-19 mostrou ao mundo que a gestão pública malfeita é capaz de matar indistintamente. Em particular, à população brasileira, ficou clara a necessidade de um sistema igualitário de saúde pública, gerido de forma eficiente e transparente. No entanto, a partir de fevereiro de 2020, foi a imprensa a maior responsável por buscar as informações corretas e, de certa forma, educar a população para lidar com o vírus novo que já matava em grande proporção. Uma das maiores evidências dessa afirmação foi a criação, em junho de 2020, do Consórcio de Veículos de Imprensa, uma associação entre grandes jornais brasileiros

para contabilizar os casos (positivos e óbitos) da Covid-19 no Brasil, diante da instabilidade no fornecimento dos dados fornecidos pelo Governo Federal via Ministério da Saúde.

Em Roraima, a doença só chegou meses depois de ser detectada na Europa e na Ásia, e pouco mais de um mês depois do diagnóstico oficial no Brasil. Portanto, as informações sobre a Covid-19, mesmo que ainda carregadas de incertezas, já circulavam no contexto local há um tempo considerável. A necessidade urgente de abastecer as unidades de saúde com profissionais, insumos e equipamentos era iminente, mas isso não foi feito. A pressa só veio depois dos primeiros casos detectados e quando o mundo já disputava, a preços exorbitantes, máscaras, luvas, testes rápidos, ventiladores e respiradores. A presteza na assinatura do decreto emergencial e, mais ainda, no pagamento dos equipamentos, que nem tinham prazo definido para entrega, chama a atenção. E somam-se à admissão do crime de corrupção, a inoperância dos órgãos de fiscalização e controle, a cumplicidade do Legislativo, o silêncio dos órgãos de investigação, como a Polícia Civil, e a absoluta distância do Judiciário diante das denúncias. Tudo noticiado pela imprensa local e, concomitantemente, pela nacional. Então, por que não houve reações populares que provocassem respostas mais duras e punitivas? É possível que as notícias veiculadas pela imprensa não tenham sido suficientes para provocar a *accountability* social?

Nesse sentido, a pesquisa se justifica por buscar compreender as reações, ou a falta delas, por parte da população. Resposta que à primeira vista pode ser concluída como alguma falha no processo de comunicação entre a imprensa (no papel de denunciante) e o leitor (sociedade). Entretanto, ao ampliar a análise para a observação do contexto sociopolítico daquele momento, devemos observar que na eleição de 2020, quando o grupo ligado ao governo e ao então presidente da Assembleia Legislativa, ex-deputado Jalser Renier, sofreu forte derrota nas urnas. Sendo, portanto, a *accountability* vertical possivelmente exercida não no formato social, mas no eleitoral.

Os 15 anos de jornalismo, sendo os últimos oito trabalhando diretamente com jornalismo político, na Superintendência de Comunicação da Assembleia Legislativa de Roraima, oferecem-me caminhos para sugerir a hipótese de que essa possibilidade vai ao encontro da imagem de que a sociedade roraimense pode se encaixar no conceito de “tolerante à corrupção”, dado por Campos em 1990. Pode apontar, simplesmente, que o roraimense opta por reações de não exposição. Nesse sentido, é preciso considerar dois fatores: Roraima é o menor Estado da federação e sua economia está diretamente ligada ao funcionalismo público, sendo o poder Executivo o principal empregador. Numa linguagem popular, é comum ouvir que “por aqui todo mundo se conhece”. É preciso considerar também a proximidade das datas

em que o “escândalo dos respiradores” veio à tona, com as campanhas municipais. Estavam em vista o domínio político da capital, Boa Vista, que depois de oito anos poderia escapar das mãos do MDB – Movimento Democrático Brasileiro, e do Sul do Estado, onde vive a segunda maior fatia da população e é determinante para eleições minoritárias.

Nessa balança, cada ação e reação (institucional ou não) poderia pesar na campanha eleitoral e interferir em seu resultado. Soma-se à situação os veículos de comunicação a serem estudados, que possuem forte ligação com grupos opositores na política. O mais antigo, *FOLHABV*, é fruto do então jornal impresso *Folha de Boa Vista*, que há cerca de dois anos saiu de circulação. O Grupo Folha inclui rádio FM, agência de notícias e gráfica. É gerido até hoje por seu fundador, o ex-governador nomeado Getúlio Cruz, que, no passado, quando o Estado ainda era Território, tornou-se oposição ao também ex-governador nomeado Romero Jucá. O grupo de Jucá pode não ser tradicional no impresso, mas controla uma rádio FM, um canal de TV e o portal *Roraima em Tempo*.

Nas campanhas eleitorais, os grupos usam seus veículos de comunicação para divulgar notícias negativas sobre seus adversários. Fora desse período, atuam como vitrines para os parceiros de projeto. Nada disso é encoberto: a população sabe quem está do lado de quem, o que influencia diretamente na credibilidade das notícias e, portanto, nas reações a elas. Afirmando, também, por experiência: em 2008, trabalhei para uma empresa especializada em campanhas eleitorais com sede em Brasília, contratada para executar a campanha do então candidato à Prefeitura de Boa Vista e deputado federal Luciano Castro. Toda a equipe veio de fora de Roraima. Eu era uma espécie de tradutora das especificidades locais.

À época, o Estado vivia o maior escândalo envolvendo pedofilia já visto por aqui. Autoridades e grandes empresários foram presos acusados de abuso sexual de menores. Um deles era o procurador-geral do Estado, Luciano Queiroz. Durante a campanha, o jornal *Folha de Boa Vista* fez referências a Luciano Castro como integrante da quadrilha de pedófilos, em uma tentativa clara de influenciar na escolha do voto. Certo dia, um colunista político “trocou” os sobrenomes em um comentário sobre a operação da Polícia Federal em Roraima. A edição seguinte apresentava uma errata.

Essa ligação próxima da mídia com grupos no poder é fundamental para estabelecer a hegemonia de determinados projetos políticos. Para Kellner (2001), a cultura veiculada pela mídia nos mais diversos formatos (rádio, tv, cinema, web, etc.) modela opiniões e atitudes. No caso de 2008, a eleição foi vencida pelo então prefeito da capital Iradilson Sampaio, apoiado pelo jornal. Luciano Castro retornou seu mandato em Brasília. Mais tarde, tentou vaga no

Senado, na Câmara Federal e na Prefeitura de Boa Vista, mas em nenhuma das tentativas se elegeu.

Diante de um cenário tão particular, em que jornalismo e política seguem atrelados, a análise das reações populares diante de um fato histórico pode apontar para a dimensão do quarto poder (TRAQUINA, 2005) e a possibilidade de o jornalismo provocar respostas ou prestação de contas. Essa reflexão se sustenta no conceito de esfera pública de Habermas (1990), e suas adequações ao cenário atual em que a internet popularizou a informação. O ineditismo do estudo da *accountability* no contexto roraimense, e a partir do campo da Comunicação, torna a pesquisa relevante e pode ser um passo para ajudar a traduzir (ou mesmo problematizar) a palavra para o português brasileiro.

Assim, a presente pesquisa prevê a abordagem de três conceitos-chaves: *accountability*, esfera pública e jornalismo enquanto quarto poder. Como brevemente descrita, *Accountability*, ou responsabilização política, pode ser definida como o conjunto de mecanismos institucionais pelos quais os governantes são convocados a responder, ininterruptamente, por seus atos e omissões perante os governados (SHOMMER; MORAES, 2010). Também pode ser compreendida pela relação entre atores políticos e as consequências de seus atos. A análise é voltada ao entendimento do papel do jornalismo e sua relação com a *accountability* social, e se, e em que medida, o jornalismo influencia o processo eleitoral e as tomadas de decisões políticas.

Próximas a tal perspectiva encontram-se a noção de opinião pública e a ênfase na centralidade do debate público sobre o processo de decisão política. O conceito de esfera pública abrange um debate amplo a partir das formulações de Jürgen Habermas no século XX, com a obra *Mudança estrutural da esfera pública*, e do jornalista americano Walter Lippmann, que em 1922 escreveu *Opinião Pública*, mas adquirindo novos contornos principalmente depois da popularização da internet, quando questões ligadas ao pertencimento, produção, consumo e compartilhamento da informação e a exposição pessoal tornaram-se muito mais próximas diante das plataformas de redes sociais. Essa discussão faz parte do primeiro capítulo, que inclui ainda a exposição das ideias sobre Esfera Pública e a atualização desse conceito, Imprensa, Quarto e Quinto Poder.

No segundo capítulo, a pesquisa aprofunda o debate sobre a origem do termo *accountability*, suas interpretações e classificações, além de debater o uso do conceito no Brasil e a sua ligação com a imprensa. O terceiro capítulo é dedicado ao debate sobre narrativas jornalísticas e um mergulho no jornalismo político brasileiro e roraimense. O quarto capítulo compreende a construção metodológica e a descrição passo a passo dos procedimentos analíticos, assim como as adaptações que se fizerem necessárias, da análise do objeto

selecionado por meio do diálogo com o esforço teórico e metodológico empreendido ao longo do estudo.

Em termos metodológicos, a pesquisa possui caráter exploratório, principalmente no que se refere a buscar uma maior compreensão do conceito de *accountability* na realidade local. São utilizados dois métodos ao longo da pesquisa: a análise de conteúdo e a revisão bibliográfica. A abordagem da revisão bibliográfica, mais profunda do capítulo 02 ao 03, é de caráter dialético e histórico (STUMPF, 2012).

Já a análise de conteúdo é uma técnica utilizada em pesquisas qualitativas que se utilizam também de dados quantitativos, tornando, assim, a metodologia mais passível de adaptações de acordo com as demandas identificadas ao longo do trabalho e o próprio percurso teórico. Enfatiza-se, portanto, a adaptação dos métodos de acordo com o aprofundamento teórico. Tendo como ponto de partida o livro *Análise de Conteúdo*, de Laurence Bardin (2011), a pesquisa utiliza-se de três etapas principais: a pré-análise, a exploração material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação (inferência). O recorte da coleta das notícias é restrito ao período de 1º de maio de 2020, data das primeiras matérias sobre a compra dos respiradores, nos portais dos jornais *FOLHABV* e *Roraima Em Tempo*, até oito de julho do mesmo ano, um dia depois do arquivamento do pedido de *impeachment* do governador. Os portais foram escolhidos por manterem suas edições on-line atualizadas, facilitando a coleta, além de possuírem linhas editoriais distintas.

Na pré-análise, as edições on-line dos dois periódicos foram catalogadas a fim de destacar o formato das notícias, sejam elas reportagens, charges, colunas ou artigos. De posse desse material, foram analisadas também as matérias relacionadas às reações institucionais, ou seja, o que foi feito por órgãos de controle e fiscalização; e não institucionais, como sindicatos, organizações não governamentais e a própria população, à denúncia. A partir desse primeiro levantamento, foi possível organizar o material jornalístico produzido pelos dois veículos relativos ao “escândalo dos respiradores”, além de dividir o banco de dados pelo conteúdo ligado a ações institucionais e não institucionais.

Para a fase de exploração do material, foi desenvolvido um formulário com o objetivo de enumerar e classificar as características do material selecionado. O passo seguinte foi a categorização, por meio de quatro categorias principais: (1) Tipo de notícia; (2) Tipos de fontes; (3) Recursos jornalísticos; (4) Indícios de *accountability*. De posse de todos os dados, foi realizada a fase de tratamento dos resultados e interpretação, em que são realizadas inferências quali-quantitativas sobre a *accountability* social e a função da imprensa roraimense nesse processo.

## 2. OPINIÃO PÚBLICA E ESFERA PÚBLICA

Com o novo espaço de expressão proporcionado pela internet, principalmente via plataformas de redes sociais, a opinião individual ganhou holofotes. No meio digital, uma única voz é capaz de emitir quase que o mesmo burburinho de um grupo social e, de maneira acelerada, atingir grande número de pessoas e, assim, tornar-se de conhecimento público. É, portanto, uma opinião que foi publicada.

O foco desta pesquisa, porém, não é exatamente esse, apesar da ligação conceitual muitas vezes gêmea, a discussão que aqui inicia sobre o conceito de Opinião Pública, enquanto um campo de debates que reflete sobre a capacidade da opinião coletiva de provocar mudanças comportamentais e políticas, principalmente em uma democracia constituída. A vontade popular, que até pouco tempo precisava ser medida em números por meio de pesquisas abundantemente questionáveis, hoje pode ser identificada pelas manifestações nos sites de redes sociais. Acessar para questionar ou apoiar, de forma on-line, a fala de um governante, por exemplo, acontece de maneira facilitada, e a mensuração dessas manifestações se torna bem mais acessível.

Essa opinião pública pode ser acompanhada de perto por qualquer um. O Facebook, por exemplo, maior rede social do Brasil, possui quase 3 bilhões de usuários ativos e fornece relatórios estatísticos de acordo com o interesse do cliente. Sem necessidade de questionários ou enquetes, é possível entender por meio de aferições de curtidas, comentários e compartilhamentos, o engajamento do perfil e quais são os tipos de postagens que geram maior interesse/resposta.

Um exemplo é a campanha do ex-presidente da República Jair Bolsonaro, em 2018. Sem tempo de televisão, o então candidato aproveitou a fama que já tinha nas plataformas de redes sociais por causa das suas frases e falas de efeito, para ganhar seguidores e angariar engajamento. Com uma base fiel, Bolsonaro se faz presente diariamente nos sites de redes sociais ainda hoje, como se nunca tivesse abandonado a campanha. Ele foi o candidato à campanha eleitoral de 2022 com maior número de seguidores.

Ao longo dos anos, o poder que exerce e a formação da opinião pública têm sido terrenos férteis para pesquisas nas Ciências Sociais, Políticas e de Comunicação. Para contextualizar, autores como Dewey (1927) e Arendt (1958) encontram desde a antiguidade, como Platão que

não considerava a opinião popular fundamental para o exercício do governo (CERVI, 2006), referências de uma possível origem do debate.

Na obra publicada em 1962, *Mudança estrutural da esfera pública*, ainda hoje princípio para o estudo do tema, Jürgen Habermas busca o significado político do termo. A partir desses apontamentos, em soma à obra de Walter Lippman, *Opinião Pública*, serão levantados dentro de um contexto histórico, os caminhos e problemáticas do conceito que atravessa os tempos sem um consenso.

## 2.1. TEORIA DEMOCRÁTICA

A esfera pública e o próprio debate sobre opinião pública só existem em um cenário, o democrático. Apenas o sistema que possibilita a participação popular no acompanhamento da gestão pública (mesmo com limitações) e esta gestão, por sua vez, recebem interferência (direta ou indireta) da opinião pública pode ser terreno para qualquer forma de *accountability*. Isso, em se tratando de um sistema ideal político-democrático, cuja aplicabilidade no mundo real é questionada por autores como Sartori (1994), Dahl (1997) e Schumpeter (1984).

Diferente do socialismo científico, que possui base em um único autor, Karl Marx, a corrente democrática tem dificuldade de conceituar, de forma taxativa, a democracia e formular modelos que unam prática e ideal. Além disso, a democracia está diretamente ligada ao capitalismo e suas ideias liberais.

Para definir conceitualmente o sistema, Giovanni Sartori (1994), um dos principais teóricos da democracia, explica que a característica do sistema democrático é que o poder é outorgado sempre por terceiros e de forma revogável. O autor descreve que as décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial testemunharam o uso indiscriminado da palavra democracia, e vê a necessidade de compreender o tema por uma nova perspectiva de tomada de decisões, fruto de uma teia de processos realizados por várias unidades.

A definição literal é exatamente “poder do povo”, entretanto, o autor analisa em *A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo (1994)*, o que representa o conceito. O termo “povo” é entendido como o princípio da maioria limitada e, dessa forma, compreende as eleições como um “poder” momentâneo direcionado pela maioria, sendo a minoria não atendida pelo método das eleições. Sendo assim, a maioria define “quem vai decidir” e depois disso, tal qual a minoria, não possui qualquer forma de poder deliberativo nas questões políticas. “Quando falamos de participação eleitoral e, em geral, de participação em massa, o conceito é

exagerado e indica, mais que qualquer outra coisa, uma ‘participação simbólica’, um sentimento de estar incluído” (SARTORI, 1994, p. 311).

As eleições provocam, segundo o autor, o fenômeno do princípio das reações antecipadas, quando a autoridade busca aceitação com vistas a uma reeleição, por exemplo, e torna-se compassiva às demandas populares. A corrida eleitoral é, então, comparada à competição de mercado, o que Sartori chama de “mercado eleitoral”. “Da mesma forma como não conhecemos método melhor de proteção ao consumidor que a proibição da concentração monopolista do poder econômico, não conhecemos um modo melhor de manter a liberdade do que deixar os partidos (no plural) competirem entre si” (1994, p. 117).

Sob essa ótica, sendo a eleição um ambiente de competição, a democracia política torna-se possível, o que não significa supor que a participação do povo não tem função alguma, mas que somente isso não é condição suficiente para produzir democracia. Portanto, a regra da maioria define democracia quantitativamente, mas não qualitativamente. Sartori define as duas principais virtudes esperadas do representante político: a) responsividade às demandas do povo; b) responsabilidade independente, sendo comum que essas capacidades se oponham, já que a responsividade, considerando todas as demandas feitas ao governo, pode levar à sua inoperância.

A Teoria Democrática de Sartori desenvolve o método de solução dos problemas em que uma das questões a serem respondidas é justamente sobre como o eleitorado, incapaz de tomar decisões políticas, escolhe seu representante. Segundo ele, a decisão do eleitorado é pautada pela opinião pública, definida como “uma configuração de atitudes e um aglomerado de demandas básicas” (SARTORI, 1994, p. 171).

O autor classifica a formação da opinião pública em três modelos: a) o modelo da cascata, no qual a direção da formação e difusão das opiniões parte da elite para o povo. Nesse processo descendente, os mecanismos de difusão são os meios de comunicação de massa. Aqui, a informação assume sua relevância máxima; b) no modelo do borbulhamento, a direção da formação das opiniões é ascendente e deriva da massa de intelectuais pobres cuja origem remonta à expansão do ensino superior. Esses pensadores formam a elite das massas. Nesse modelo, a importância da informação é menos relevante do que no modelo anterior, mas ainda é relevante; c) no modelo das identificações do indivíduo com grupos concretos de referência é onde o indivíduo forma opinião em função do mecanismo de identificação com os grupos concretos dos quais participa. Nesse modelo, a informação é irrelevante.

Em uma rápida análise, é possível indicar que o modelo de cascata é o mais passível de manipulações pela elite dominante, e Sartori aponta condições sociais para evitar ou minimizar

esses efeitos, como um sistema educacional não doutrinário e a descentralização ou dispersão dos meios de comunicação. Condições essas que, para o autor, possibilitam a formação de opinião independente, condição suficiente para a viabilidade de eleições limpas e, portanto, da democracia.

No contexto brasileiro e roraimense, as condições apontadas pelo autor pouco representam a realidade. Os meios de comunicação (nacionais e locais) estão nas mãos de grandes grupos elitistas e o sistema educacional público está cada vez mais próximo da doutrina militar<sup>1</sup>, pelo menos em Roraima. A obra de Sartori busca soluções para dois problemas que ele considera típicos da democracia, o primeiro é como ter a representação da minoria mesmo sendo o princípio da maioria basal para o processo democrático, e o segundo é como tornar a democracia viável em grandes Estados, sem edificar uma ditadura da maioria. A solução vem, de acordo com o autor, da construção de uma teoria em que o poder é fragmentado e as decisões são tomadas de forma unânime em comitês, longe da realidade.

Ao concluir sua tese de doutorado que analisou diversas pesquisas de opinião no Brasil, Emerson Cervi afirma que existe uma “desconfiança” por parte de autores conservadores sobre a capacidade das massas em tomar decisões, e atribuem principalmente à influência dos meios de comunicação. Para ele, “a opinião pública poderia, se não fosse uma confusão conceitual que ronda o termo há séculos, servir como ‘ponte’ na relação entre a teoria democrática e as democracias reais, caso fosse incorporada às análises acadêmicas” (2006. p. 287).

O autor também analisa pesquisas de opiniões a respeito da democracia, que apontam a preferência por esse regime em relação aos demais, de maneira estável para o brasileiro até 2000, em torno de 50%, quando apresentou uma abrupta queda, voltando a estabilizar-se em um patamar inferior, próximo a 40%. A queda nos números acontece ao mesmo tempo em que reduz também a confiança dos brasileiros nas instituições públicas como o Judiciário, o Congresso e o próprio Governo.

É possível crer que pouca coisa mudou na opinião dos brasileiros. A tese de Cervi analisou pesquisas de opinião entre os anos 40 e início dos 2000, entretanto, pesquisa<sup>2</sup> realizada pela Cemipe Norte Pesquisa de Opinião e Mercado, em parceria com o NUPEPA<sup>3</sup>, ligado à

---

<sup>1</sup> Em 2022, Roraima passou a ter 33 escolas militarizadas somando quase 28 mil alunos dentro do sistema coordenado por meio de uma parceria da Secretaria Estadual de Educação e Desporto e a Polícia Militar. Ao todo, o Estado tem 346 escolas, sendo 58 na capital.

<sup>2</sup> O levantamento foi feito em cinco capitais da Região Norte (Belém-PA, Boa Vista-RR, Manaus-AM, Porto Velho-RO e Rio Branco-AC) para medir a proporção de adesão dos cidadãos à democracia e o grau de legitimidade das instituições públicas, durante os dias 15 e 31 de agosto de 2017. 384 pessoas foram entrevistadas. Publicada na Revista Olhares Amazônicos. Volume 05. Número 02. Ano 2017.

<sup>3</sup> NUPEPA – Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia.

Universidade Federal de Roraima, em 2017, demonstra números semelhantes quanto à preferência pela democracia, em torno dos mesmos 40%, e a confiança nas instituições políticas com índices altos de reprovação, com destaque para o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, considerados péssimos por 59,9% dos entrevistados. A instituição melhor avaliada foi o Corpo de Bombeiros (8,3%) e a pior avaliada foram os Partidos Políticos (1,3%).

A pesquisa também aponta que os entrevistados associam às instituições públicas alto grau de corrupção, inclusive ao Poder Judiciário. Outro exemplo da desaprovação popular quanto às instituições políticas, esse não está medido em pesquisa, foram as manifestações que tomaram conta das ruas brasileiras em junho de 2013. Os gritos e cartazes tinham diversos alvos, mas todos demonstravam a exaustão popular ante a corrupção, passeatas gigantescas uniram a população que pedia respeito às leis e melhorias nos serviços públicos, em uma clara demonstração de reprovação não ao sistema democrático, mas às engrenagens que o fazem funcionar.

Mesmo longe do ideal descrito por Sartori originalmente na década de 1980, a democracia associada ao capitalismo é o sistema utilizado pela maior parte do mundo, ainda que o sistema com base no capital seja fator para as grandes desigualdades sociais e, muitas vezes, provocador de exclusões e segmentações da população.

## 2.2. A ESFERA PÚBLICA POR HABERMAS

Jürgen Habermas (1962) descreve que ainda no século XVIII, a esfera pública burguesa surgia como principal organização de cobrança da gestão dos negócios do Estado e debatia em espaços comuns as decisões da nobreza. Para isso, o autor aponta uma verdadeira revolução intelectual acentuada a partir da Revolução Francesa, que atingiu grande parte da Europa. Muito mais que uma instância crítica, a burguesia se tornava partícipe das decisões e passava a representar uma parcela importante economicamente da sociedade e, em alguns casos, fundamental para a manutenção da ordem social. Sendo assim, a Esfera Pública política teria a função de, através da opinião pública obtida por meio de consenso, intermediar as relações entre Estado e sociedade.

Em certo ponto, o autor busca o princípio da utilização do termo opinião pública na Europa. Na Inglaterra, parte do que Locke (1962) chama de *law of opinion*, onde opinião “significa o tecido informal da cultura popular, cujo controle social indireto é mais efetivo do que a censura formal sob a ameaça das sanções da Igreja e do Estado” (1962, p. 244). Habermas, entretanto, encontra no pensamento do filósofo suíço Jean-Jaques Rousseau o fundamento que

vincula a vontade do povo a uma opinião publicizada (1962, p. 252), ao analisá-lo, descreve a dupla função da opinião pública: a primeira como controle social, “não como juiz da opinião popular, mas muito mais como seu porta-voz”, e a segunda como legislador, que “não pode se servir nem do poder nem da influência indireta”. Habermas ressalta que Rousseau encara o espaço público não como esfera de debate, mas de aclamação, uma “democracia sem discussão pública” (1962, p.256).

A profissionalização da imprensa apareceu junto com a ascensão burguesa e o avanço do capitalismo, na virada do século. Com máquinas de impressão cada vez mais eficientes, tecnologias de comunicação que possibilitam a “globalização” das informações, a notícia, principalmente no contexto ocidental e estadunidense, tornou-se comercial e presente na formação da opinião pública, especialmente após a popularização dos jornais que se tornaram acessíveis (como por exemplo os *penny papers*) e com periodicidade regular (HABERMANS, 1962. p. 401).

Habermas acentua os percalços pelos quais os jornais passaram e que, mesmo diante de retaliações, a imprensa conseguiu que em 1834 fossem criadas tribunas para repórteres no Parlamento inglês. O uso da opinião pública tornou-se frequente entre políticos, mas, para tanto, deve existir um público informado e esclarecido e que “pense por conta própria”. Habermas, então, classifica a publicidade como princípio de mediação entre política e moral, descrita por Kant como método do Esclarecimento, o “uso público da razão” (1962, p. 267). “Diante da esfera pública, todas as ações políticas devem poder ser remetidas ao fundamento das leis, que, por sua vez, são comprovadas como leis universais e racionais perante a opinião pública” (HABERMAS, 1962, p.273).

O autor segue descrevendo uma série de contradições que tendem ao “entrelaçamento da esfera pública com o âmbito privado” e que provocam as tais mudanças estruturais na esfera pública, que intitula sua obra. Um desses apontamentos é o consumo da cultura, que antes baseada na literatura, passa no século XX a ter valor comercial em larga escala e em diversas fontes.

A cultura de massa adquire seu nome duvidoso justamente pelo fato de o aumento em suas vendas adaptar-se às necessidades de diversão e entretenimento de grupos de consumidores que foram educados com padrões de formação relativamente baixos, em vez de, inversamente formar um público mais amplo para uma cultura intacta em sua substância. (HABERMAS, 1962, p. 366).

Habermas (1962) estende sua crítica à imprensa, que visando ao lucro expande sua distribuição com conteúdo raso, com o discurso de proporcionar informação às massas de modo geral e, assim, incluí-las à esfera pública. “[...] essa esfera ampliada perde seu caráter político

na medida em que os meios de ‘facilitação psicológica’ se tornaram o fim em si mesmo de um comportamento de consumo comercialmente fixado” (HABERMAS, 1962, p. 373). Dessa forma, não há ambiente para a construção de um discurso político público fundado no argumento racional e crítico que se colocaria acima de interesses particulares, e, portanto, não é possível a opinião pública permanecer como instância crítica de construção do debate público.

É preciso destacar que Habermas faz parte de uma geração descendente de teóricos da Escola de Frankfurt, inicialmente fundada na Alemanha, inspirada no modelo crítico de Karl Marx. Berço da Teoria Crítica, os pensadores frankfurtianos acreditavam que a sociedade envolvida pelo sistema de produção industrial capitalista ficou carente de racionalidade e crítica. Theodor Adorno, do qual Habermas foi assistente, é o primeiro a nomear a comercialização e exploração de bens culturais como “Indústria Cultural”. Para ele, arte comercializada perderia sua potencialidade crítica e de contestação.

Em meados do séc. XIX, os jornais já eram grandes empresas, que segundo Habermas precisaram adequar seu ponto de vista aos interesses comerciais. Em contraponto, no jornalismo político prevalece como um tipo de imprensa de partido, formado pelos próprios políticos. Com as facilidades tecnológicas, as empresas de informação tornaram-se verdadeiros conglomerados, e o autor lembra que, se no modelo liberal de esfera pública, o debate estava assegurado pelo domínio das pessoas privadas, agora, a informação em mãos privadas é “que ameaça a função crítica do publicismo” (HABERMAS, 1962, p. 407).

As empresas de comunicação, portanto, dependem cada vez mais de um alto número de vendas e, quanto maior a tiragem, maior o interesse por anúncios. A publicidade passa a ter grande espaço no que o autor chama de “permanente treino para o consumo” (HABERMAS, 1962, p. 413). Habermas lembra o termo criado por Ivy Lee, nos Estados Unidos, em 1940, a *public relations* (relações públicas) quando a propaganda deixa de ser apenas comercial para associar-se a questões políticas, cujo alvo é a opinião pública. “O emissor esconde suas intenções comerciais no papel de alguém interessado no bem público” (HABERMAS, 1962, p. 415).

É certo que, para o autor, a publicidade (seja ela com viés comercial ou político) trabalha com vistas a um único alvo: a opinião pública e o conceito de uma discussão pública mediante razões, em que o objetivo seria a formação de uma opinião pública ou um objetivo comum, é substituído pela prática da negociação e compromisso de interesses privados (1962, p. 386).

O próprio Habermas, no prefácio escrito em 1990, quando uma nova edição de *Mudança estrutural da esfera pública* foi lançada, opina.

O grau de penetração do poder deveria ser medido pela extensão em que as opiniões informais não públicas, isto é, aquelas auto evidências culturais que formam o contexto do mundo da vida e o solo da comunicação pública, entram em curto-circuito com as opiniões formais quase públicas que são produzidas por intermédio dos meios de comunicação de massa e as quais a economia e o Estado procuram influenciar como acontecimentos do entorno do sistema; ou ainda pela extensão em que ambos os domínios são mediados por uma publicidade crítica. (HABERMAS, 1990, p. 63)

### 2.3. A OPINIÃO PÚBLICA A PARTIR DE LIPPMANN

Antes de Habermas, em 1922, o jornalista americano Walter Lippmann publicou o livro *Opinião Pública*, em que questiona principalmente o formato de governo baseado na opinião pública, e discute a capacidade do público de entender assuntos que deveriam ser debatidos e solucionados por especialistas. Para ele, o cidadão conhece apenas uma imagem limitada dos fatos. Isso ocorre por diversos fatores, desde a limitação da imprensa - de ordem física (é impossível estar em todos os lugares e ouvir a todos) e política (os interesses dos donos dos veículos e dos próprios jornalistas devem ser considerados), limitação de contato social, distorção de acontecimentos até a natureza da mente humana, incapaz de lidar com diversos acontecimentos.

Segundo Lippmann (2008, p. 29), “o único sentimento que alguém pode ter acerca de um evento que não vivenciou é o sentimento provocado por sua imagem mental daquele evento”, e assim questiona quem nunca acreditou em uma “estória de atrocidades sem evidência direta”. O autor explica que essa imagem do ambiente não significa necessariamente uma mentira, e, sim, que a representação do ambiente é feita pelo próprio indivíduo. Por isso, a análise da opinião pública precisa considerar uma “relação triangular” entre a “cena da ação, a imagem humana daquela cena e a resposta humana à imagem atuando sobre a cena da ação” (LIPPMANN, 2008, p.31).

Nesse contexto, o autor conceitua.

Aqueles aspectos do mundo exterior que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião pública. As imagens na cabeça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamento, são opiniões públicas. Aquelas imagens que são feitas por grupos de pessoas, ou por indivíduos agindo em nome de grupos, é Opinião Pública com letras maiúsculas. (LIPPMANN, 2008, p. 40).

Para Lippmann, os que têm acesso às informações sobre algo, de certo modo, decidem que tipo de imagem os outros terão, quando definem o quê e de que maneira será informado, e cita como exemplo o controle feito pelo Exército francês das notícias que eram divulgadas sobre

o *front* na Primeira Guerra Mundial. Tudo precisava ser previamente aprovado e ter o objetivo de privilegiar o patriotismo e a autoestima da população. Esse tipo de censura que, para o autor, é de conhecimento público e “compreensivo”, assim como a privacidade de conversas mesmo que sejam entre autoridades públicas sobre assuntos de interesse público, como uma reunião entre ministros de Estado.

Além disso, a atenção e o tempo dedicado às questões de interesse comum são tão limitantes quanto as relações sociais desiguais. É nesse ponto que o autor introduz a ideia de estereótipos definidos pela cultura. “Na confusão brilhante, ruidosa do mundo exterior, pegamos o que nossa cultura já definiu pra nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada pra nós por nossa cultura” (LIPPMANN, 2008, p. 85). Para escapar dessas influências, é preciso educar a consciência crítica e identificar as preconceções.

Por um lado, essas espécies de categorias fixas das coisas podem representar autodefesa, autopreservação e controle social, como identificar um negro como pobre ou um branco como rico. Por outro, caso o indivíduo se sujeite a aventuras, nas palavras do autor, é plenamente capaz de se submeter a experiências que contradizem os estereótipos (LIPPMANN, 2008). É possível pensar em diversos exemplos de contravenções nesse sentido (não de aventura, mas de coragem), mesmo na época da ditadura militar no Brasil (1964-1985), quando movimentos pró-democracia, e aqui cito a passeata dos 100 mil<sup>4</sup> no Rio de Janeiro, em 1968, lutavam por liberdade de expressão, imprensa e tantos outros direitos reprimidos na época.

Na busca por entender a formação da opinião, Lippmann (2008) considera improvável a mensuração de uma opinião pública, mesmo durante uma eleição quando a contagem dos votos aponta um vencedor e um perdedor. São inúmeras variantes a serem levadas em consideração para compreender o que faz uma pessoa escolher votar no candidato A ou B. Seu posicionamento sobre algo “não político”, como família e origem, pode determinar essa escolha.

Nesse sentido, o autor explica que mesmo nas democracias mais enraizadas existem os “organizadores de opinião” e que somente com autocritica e o hábito da análise da opinião (Quem disse? Quando disse? Onde estava?), é possível detectar novas e boas ideias, ou mesmo a necessidade delas. A ligação entre o público e essas ideias, ou o que o autor chama de “mundo

---

<sup>4</sup> A *Passeata dos 100 mil* é assim chamada por ter se tornado um dos maiores, em termos de reunião popular, encontros a favor da democracia no Brasil. No dia 26 de junho de 1968, manifestantes seguiram da praça Cinelândia até o Palácio Tiradentes, então sede do governo federal, em passeata com cartazes e gritando palavras de ordem. O movimento provocou uma das imagens de maior simbologia na luta contra a ditadura, promovida pelo efeito dos papéis picados atirados dos prédios, sobre a rua por onde os manifestantes passavam. Professores, estudantes, políticos cassados e jornalistas estavam entre os que caminharam a favor de diversas pautas incluindo a liberdade de imprensa.

invisível”, é a imprensa. Esta é, portanto, a responsável por nos apresentar diariamente a “uma imagem verdadeira do mundo exterior” (LIPPMANN, 2008, p. 275), missão que o próprio autor desmistifica. Com tamanha responsabilidade, Lippmann chama a atenção para os centavos pagos por uma edição de jornal, o que para ele é incompatível com o preço da verdade absoluta, tornando obrigatória a negociação comercial do jornalismo. Afora isso, do leitor não se espera fidelidade ou lealdade “sua constância depende de como ele se sente, de seus hábitos” (2008, p. 281). Cenário ainda mais potencializado na era da comunicação digital, quando a informação passa a ter inúmeros formatos (portais de notícias, vídeos, podcasts, mensagens de texto) e possibilidades de acesso facilitado.

De acordo com Lippmann, a visão de que o papel que cabe à imprensa é de “traduzir toda a vida pública da humanidade, de forma que todo homem adulto alcance a ter uma opinião em todo debate” (LIPPMANN, 2008, p. 307) é falha e alimentada pela própria imprensa. O serviço de guardião é cabível numa democracia onde as instituições funcionem da forma que foram idealizadas, onde as falhas são corrigidas por mecanismos próprios e, assim, nesse mundo místico, a imprensa também funcionaria como imaginada. É a partir desse pensamento que o autor busca reformular o ideal democrático, ao afirmar a importância fundamental dos especialistas, defendendo uma redução no papel dos públicos dentro do sistema.

Esse conceito pode passar a ideia de que o autor é antidemocrático, e ele mesmo percebe que pode transmitir essa impressão, no entanto, afirma que as liberdades civis e a importância de mantê-las são inquestionáveis e volta a lembrar das restrições impostas no tempo de guerra quando a supressão tornou-se “um risco à civilização”.

A defesa feita por Lippmann, em 1922, de um debate restrito a especialistas, com pouca ou nada de participação popular, ao mesmo tempo que entende o papel da imprensa como limitado e, em certo ponto, impossível de ser executado, soa contraditório no século XXI. A pandemia da Covid-19 serve de reflexão para isso, quando pensamos que os cientistas, médicos e pesquisadores tiveram (e ainda têm) amplo espaço nas mídias de massa para explicar sobre os cuidados e as consequências do vírus, e foram questionados e/ou ignorados publicamente por autoridades e parte da população.

O fato de se tratar de especialistas não significou a ampla obediência e, sem o apoio dos poderes e autoridades constituídas, coube à imprensa a educação (no que se refere às precauções e combate à doença) da população por meio da informação. O autor ressalta que não cabe à imprensa a incumbência de “Tribunal da Opinião Pública” (2008), e que os jornalistas não substituem as instituições e, sim, as guardam. Mais uma vez, o caso da pandemia vai de encontro a esse pensamento quando aos veículos de comunicação coube inclusive a obrigação

de copilar e fornecer dados de casos, mortes e, posteriormente, vacinas e vacinados. Papel que claramente é de competência do Estado-nação. Resguardar a saúde de todos passou a ser missão inseparável da informação.

#### 2.4. ESFERA PÚBLICA E IMPRENSA

O contexto histórico em que Lippmann e Habermas escreveram suas obras referenciais permite compreender alguns dos argumentos utilizados pelos autores. Vários deles já revistos pelo próprio Habermas em algumas publicações posteriores e no prefácio da edição de 1990, de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, como o reconhecimento de múltiplos públicos. Entretanto, o conceito-chave que descreve esfera pública pouco sofre alteração e é entendido como “a esfera do debate ou do conflito argumentativo público” (GOMES, 2006). O formato ideal descrito pelo filósofo alemão é que está longe do real.

Habermas (1962) aponta uma série de características para o funcionamento da esfera pública na democracia, como racionalidade, inclusividade, igualdade e revisibilidade, possível apenas na imaginação. Maia (2006) argumenta que os debates sofrem restrições de todos os tipos: os participantes não dispõem de igual *status*; nem sempre estão preparados para a reflexão e a ponderação; não se mostram interessados em outros pontos de vista; mentem, chantageiam, ameaçam e, frequentemente, não estão dispostos a alterar seus argumentos.

Nesse contexto, a internet pode funcionar como um imenso espaço de debates ou mesmo de informações, entretanto, o que o mundo virtual nos apresenta é uma imensidão de demandas em debate, e muitas delas poderiam encaixar-se na ideia habermasiana de esfera privada. Em uma análise das obras de Peter Dahlgren, Sá Martino (2014) conclui que o grau de participação on-line nas discussões sobre política – que em tese podem influenciar decisões ou provocar *accountability* – poderia ser maior. Contudo, o autor reflete que “se expandirmos a noção de política, a visão da internet como espaço de participação fica mais nítida” (MARTINO, 2014, p.109).

Dahlgren, segundo Martino, questiona a esfera pública como um espaço físico, noção que se encaixava no passado, no mundo *offline*. A internet, sob essa perspectiva, derruba barreiras e ultrapassa as fronteiras possibilitando o engajamento político em diversas áreas de interesse comum e, por isso, propõe que uma “sociedade em rede, talvez não faça sentido usar a expressão no singular” (MARTINO, 2014, p.110).

A forma de participação política em rede parece se desenvolver em torno de polos de interesse e ação, permitindo a formação de espaços de discussão objetivados na livre

troca de argumentos entre os participantes. Em outras palavras, na formação de esferas públicas, no plural, *online*. (MARTINO, 2014, p.110)

Martino também encontra argumentos sobre o fim dos limites físicos, proporcionado pelo mundo virtual nas obras do pesquisador norte-americano Yoshai Benckler, que escreve sobre outra barreira derrubada pela internet, a dos custos da informação. Em uma Esfera Pública conectada, o custo para o cidadão participar de um debate público é menor e está na palma da mão, “o que permite que novas vozes entrem em circulação, aumentando potencialmente a capacidade da sociedade civil de se manifestar” (MARTINO, 2014, p. 112).

A afirmação de Benckler (apud MARTINO, 2014), entretanto, pode estar contaminada por sua realidade norte-americana. A esfera pública conectada não é uma realidade acessível a todos, simplesmente, porque a internet não está em todos os lares. O Brasil registrou crescimento do número de domicílios que dispõem de internet durante a pandemia. De acordo com pesquisa realizada em 2020 pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, 83% das residências possuem acesso ao mundo virtual. Um aumento de 12 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Entretanto, a mesma pesquisa aponta que, enquanto na classe social de maior poder aquisitivo, 100% dos domicílios estão conectados, na de menor poder aquisitivo, o acesso está nos 64%. São quase 26 milhões de não usuários.

Não há dúvida que, em uma democracia participativa, cenário de todas as propostas descritas aqui, quanto menor o número de barreiras e mais diversificado se tornar o debate, melhor. Benckler também propõe que dessa forma o cidadão fica cada vez mais independente dos veículos de comunicação de massa. Com mais informações, muitas vezes colhidas “direto da fonte”, a agenda política da sociedade pode se diferenciar da agenda política imposta pelos meios de comunicação. Alguns autores, como Dutton (2009), denominam o poder dos usuários nas redes digitais como o quinto poder, que atua não apenas fomentando e pautando os assuntos das Esferas Públicas, mas também fiscalizando o jornalismo, tido por décadas enquanto quarto poder – em referências aos três poderes constituintes da democracia.

Sob esse ângulo, questiona-se a impressão de que a informação veiculada pelos meios tradicionais da imprensa poderia unicamente determinar o debate político social. Para Maia (2014, p. 04), Habermas dedica pouca atenção ao potencial da mídia. Segundo ela, o autor “negligencia o potencial dos meios alternativos para gerar reflexão crítica e facilitar a participação democrática dos cidadãos”, e enxerga os meios “meramente como instrumentos para reprodução das relações de poder, e não como instituições híbridas, ao mesmo tempo, políticas, econômicas e culturais-profissionais”. Lippmann, numa visão crítica da verdade, acredita que a imprensa não tem obrigação com a verdade e, sim, com os eventos. “A função

das notícias é sinalizar um evento, a função da verdade é trazer luz aos fatos escondidos” (LIPPMANN, 2008, p. 36).

É certo que a internet não mudou a hegemonia de grupos detentores de grande capital, os maiores portais de notícias no Brasil são vinculados a veículos tradicionais de comunicação que agregaram o mundo virtual ao domínio que já tinham, mas, por outro lado, oferece um espaço para oposição, novas ideias e representação, além de reduzir distâncias. A troca de ideias, exitosas ou não, pode ser sempre um caminho para debates cada vez mais amplos.

A denúncia da compra superfatura dos respiradores feita pela rádio 93 FM foi apurada pelo jornalista Bruno Perez, e repercutiu imediatamente em seu perfil na rede social Facebook. Na época, maio de 2020, o jornalista tinha 4.993 “amigos” seguindo a página. Cinco deles compartilharam a postagem da denúncia entre os seus “amigos”, e a partir daí a rede de engajamento se torna incontável (de forma manual). Na publicação, Bruno acrescentou imagens do extrato de pagamento como prova dos fatos, até então negados pelo Governo do Estado, impossível de fazer em seu programa de rádio.

O caso demonstra o entrelaçamento entre os meios. Bruno é conhecido na internet por seu trabalho no radiojornalismo, o que permite certa credibilidade na informação que ele divulga. Somado a isso, o seu perfil no Facebook não sai do ar depois de alguns minutos, como acontece com seu programa. O alcance termina sendo multiplicado e torna a notícia permanente, além de possibilitar uma interação com um público maior do que qualquer outro veículo seria capaz de proporcionar.

Essa interação proporcionada pela internet, via redes sociais, pode representar uma das características fundamentais da esfera pública, o debate público, ou seja, a contraposição de argumentos, disputa de interesses mediada pela linguagem, e interações competitivas sobre as matérias de interesse coletivo, de maneira publicizada. Gomes afirma que “o debate civil depende crescentemente de meios de comunicação de largo alcance, que, por sua vez, dificilmente se dispõem apenas a mediar, por amor cívico, a grande discussão da comunidade política nacional” (GOMES, 2006, p. 10).

Poucos meses após a denúncia da malfadada compra dos respiradores durante a pandemia, Bruno Perez foi candidato ao cargo de vereador pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido chefiado pelo ex-senador Romero Jucá, e um dos proprietários da emissora de rádio em que o jornalista trabalha. Foi a primeira vez que o apresentador se candidatou e recebeu 1.170 votos. Não foi suficiente para ocupar (de imediato) uma das vagas na Câmara Municipal de Boa Vista, mas a votação que o deixou na suplência, pode estar ligada

à visibilidade que a denúncia teve. No mesmo pleito, o candidato eleito mais bem votado recebeu 2.775 votos e o menos votado recebeu 970.

Em junho de 2022, o então vereador Idazio da Perfil se licencia do cargo para se candidatar a uma vaga na Assembleia Legislativa e Bruno assume a cadeira na Câmara Municipal. Idazio foi eleito, deixando Perez no cargo de vereador até o fim do mandato.

## 2.5 QUARTO E QUINTO PODER

Em Roraima, Bruno não foi o único comunicador a associar seu trabalho na imprensa com a política. Em casos recentes, podemos citar o ex-deputado estadual Izaias Maia, eleito em 2014, quando era apresentador de programas policiais e políticos na TV e no rádio. Como deputado, cumpriu a promessa de subir na tribuna em todas as sessões plenárias para cobrar uma solução às constantes quedas de energia no Estado. Roraima é o único no Brasil fora do Sistema Interligado Nacional de Energia Elétrica (SIN) e, quando Maia foi eleito, era abastecido por produção venezuelana, o que tornava o fornecimento nos municípios instável.

O comunicador passou os quatro anos de mandato longe dos programas de TV e rádio. Em 2018, candidatou-se à reeleição e recebeu 671 votos. O exemplo do ex-deputado que, na segunda vez que se candidatou, não se aproximou da quantidade de votos recebida na primeira votação (3.427 votos), quando ainda era comunicador, pode servir para evidenciar o potencial que os veículos de comunicação têm sobre seus atores.

O poder exercido pela imprensa está longe de ser apenas o de vitrine, por isso é chamado de “Quarto Poder”. De acordo com Traquina (2005), o termo foi utilizado pela primeira vez no início do século XIX, no Parlamento inglês, por um deputado que apontou para o espaço dedicado à imprensa referindo-se ao “Quarto Poder” (TRAQUINA, 2005. p. 46). Sob o contexto da Revolução Francesa, os três poderes referiam-se ao Clero, à Nobreza e ao Estado, sendo, portanto, a imprensa o quarto. No contexto da democracia, a relação é feita com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Em comum nos dois ambientes está a antipatia ao trabalho fiscalizador e questionador, muitas vezes, antagonista, exercido pela imprensa. Caso recente está no sequestro e tortura do jornalista Romano do Anjos, ocorrido em outubro de 2020, em Boa Vista.

Colega de emissora de Bruno Perez, Romano apresentava programas tanto no rádio quanto na TV, fazendo comentários e críticas a diversos políticos. O jornalista teve a casa invadida enquanto jantava com a esposa e foi levado para a zona rural da cidade, onde foi deixado. Romano foi encontrado na manhã do dia seguinte com diversas fraturas pelo corpo e

o veículo da família foi destruído. Meses depois, policiais foram presos acusados da execução do crime e o ex-presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, o então deputado Jaiser Renier, acusado de ser o mandante. Os policiais eram todos ligados ao gabinete da presidência do Poder Legislativo. O caso demonstra como a imprensa, mesmo no contexto das mídias digitais, ainda possui um papel que gera tensão nos demais três poderes, principalmente pela sua capacidade de interferir na opinião pública.

Para Traquina (2005, p. 48), o conceito de opinião pública, intrínseco nas teorias democráticas, serviu de base para conter processos contrários à liberdade de imprensa e contrapor a “imagem de uma força perigosa e revolucionária”. A partir de então, os jornais passam a “vender” o conceito duplo de porta-voz da opinião pública e vigilante do poder político, que protege os cidadãos dos abusos (TRAQUINA, 2005).

Segundo Albuquerque (2009), de fato, o poder da imprensa está na definição do que é ou não é notícia, de forma a selecionar os temas que devem receber atenção pública. O autor, por sua vez, explica três vertentes para o que chama de “conceito genérico” do termo Quarto Poder. A primeira seria um derivado do conceito liberal inglês, o *Fourth Estate*, onde a imprensa exerce um “controle externo do governo em nome dos cidadãos” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 02). Na segunda, a imprensa seria um instrumento auxiliar, não oficial, de checagem do funcionamento da máquina pública, o chamado *Fourth Branch*. E aqui, Albuquerque chama a atenção para a necessidade, mesmo que utópica, de atuação neutra e imparcial, a fim de desempenhar um papel de mediador entre conflitos e interesses. A terceira vertente é o que, para o autor, encaixa-se nas características de comportamento e funcionamento da imprensa brasileira, nos moldes de Poder Moderador.

Na história brasileira, o Poder Moderador existiu em dois momentos: em 1824, na primeira Constituição do Brasil, o imperador D. Pedro I representava um poder “neutro” e capaz de ajustar e regular os três poderes constituídos; e a partir de 1967, quando os militares das Forças Armadas exerciam o papel político e policial. Com a democracia, a imprensa passou a exercer papel político ativo e representativo. “Não se trata de dizer que o jornalismo brasileiro opera, de fato, como um Poder Moderador, uma vez que não existe qualquer tipo de amparo legal para isso, mas de sugerir que em boa medida é esse o papel que ele se propõe a desempenhar” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 10). Dessa forma, o autor conclui que a imprensa no Brasil acumula os papéis de mediadora e de representante dos interesses nacionais.

Mesmo que não institucionalizado, o Quarto Poder é simbólico e real, sendo que sua missão tem se adaptado ao longo dos anos. O debate não tão recente, entretanto, questiona: quem controla e fiscaliza a imprensa? Justamente por não fazer parte de uma estrutura

organizacional, a mídia (numa perspectiva mais ampla, para além do jornalismo) tem campo amplo de atuação sem, necessariamente, ter o interesse social como determinante para sua performance.

O caso Romano do Anjos, mais uma vez, serve de lembrança. A possível ligação de políticos ao crime foi ventilada pelo próprio refém, logo em seus primeiros depoimentos à polícia e tornou-se pauta frequente, quase que diária, nos veículos em que o jornalista trabalha, ambos ligados ao grupo político chefiado pelo ex-senador Romero Jucá. Este, declaradamente, candidato novamente ao posto. A narrativa constantemente explorada tem o jornalista no papel de vítima em busca de justiça, ou seja, da condenação de seus algozes. Ao lado da vítima está o seu chefe, não coincidentemente candidato, no papel de “justiceiro”. Uma construção em favor de uma única conclusão: quem não está ao lado da vítima, está ao lado do criminoso. E no meio da luta do bem contra o mal – típica das narrativas jornalísticas conforme já apontaram trabalhos mais aprofundados do campo da Comunicação, como o de Iluska Coutinho em *Dramaturgia do Telejornalismo* (2012), está a campanha eleitoral vindoura.

Não há nada que impeça ou limite o uso de uma pauta ou de uma narrativa para qualquer fim (eleitoreiro ou não), a não ser a ética e o bom senso profissional. Não é possível generalizar, mas é possível encontrar exemplos em que o veículo midiático esteja muito mais a serviço de seus financiadores, que dos interesses coletivos – principalmente em países onde a mídia local e regional é organizada em torno de grupos econômicos e/ou da posse de famílias, como é o Brasil (AGUIAR, 2016).

Nesse contexto, um outro fator se impõe: com a expansão da internet e a popularização das plataformas de redes sociais, vários caminhos se abriram para colaborar e fiscalizar o trabalho da imprensa. Volto a citar o chamado Quinto Poder, de Dutton (2009), que é caracterizado justamente pela participação ativa do público por meio da “rede das redes”, chamada assim porque, por meio dos algoritmos utilizados principalmente pelas redes sociais digitais e sites de busca, a internet é capaz de entender e influenciar as redes de compartilhamentos e interesses dos usuários.

O autor considera a ação desse poder de forma não massiva, realizada por grupos organizados de representantes da sociedade, e no ambiente virtual, sem se restringir a vigiar a imprensa, mas também os outros três poderes. Para Dutton, o Quinto Poder potencializa o exercício da política, já que por meio das redes, governo e a própria mídia estariam mais atentos às demandas da população. Há de se considerar, entretanto, que o conceito nasce no Reino Unido, onde a cultura da fiscalização popular é intrínseca, os meios de comunicação públicos

são estruturados e fortes, e existem órgãos e legislação regulamentadora das mídias. Uma realidade distante, em diversos aspectos, da brasileira.

Já foi comentada aqui a possibilidade de participação do público como fonte e produtor de notícia, comum no jornalismo local. Essa interatividade provoca ainda um maior *feedback*, já que o leitor/ouvinte/telespectador deixa de ser anônimo e passa a contribuir com a notícia. Uma proximidade que torna o jornalista uma “persona” além da profissão, já que os perfis nas plataformas de redes sociais se transformam num meio para identificação com o público. É uma forma de expandir o público para fora dos veículos de massa (PEREIRA, 2020). Um caminho que expande também o formato da notícia. Comumente, o repórter de telejornal possui limite de tempo e espaço para a informação, o que determina objetividade nos textos, entretanto, informações acerca do fato também podem ser repassadas em forma de bastidor ou comentário, e em um formato bem menos formal, como de um blog pessoal ou em um texto no perfil dos sites de redes sociais. Um conglomerado de veículos de massa como o Grupo Globo, por exemplo, se aproveita disso e mantém para os repórteres de política, páginas pessoais em seu principal portal de notícias, o G1. Tudo isso porque a internet possibilita uma proximidade, quase de “amizade”, entre jornalista e público.

Para quem acompanha pela internet, o jornal deixou de ter horário fixo, o conteúdo informativo é sempre atualizado e fica disponível a qualquer momento. Além disso, para acompanhar um telejornal, o “aparelho de TV” não é mais fundamental. E da mesma forma nos impressos e sonoros, os conteúdos jornalísticos podem ser acessados (e com atualização constante) por meio de dispositivos móveis, como celulares, tablets e notebooks. Esse contato próximo, tanto fisicamente quanto por meio das plataformas de redes sociais, por outro lado, provoca a fiscalização da notícia.

Para os apoiadores de estabelecimentos de controle da mídia, com a globalização, a imprensa está nas mãos de poucos grupos empresariais. Em 2003, Ignacio Ramonet, então diretor-presidente do *Le Monde Diplomatique*, e um dos principais defensores do Quinto Poder, escreveu artigo em que afirma que o capitalismo deixava de ser industrial para ser potencialmente financeiro e especulativo, e que a imprensa, nas mãos de grandes grupos empresariais, perdia, portanto, a sua função de contrapoder. “O verdadeiro poder está atualmente nas mãos de um punhado de grupos econômicos planetários e de empresas globais cujo peso nos negócios do mundo inteiro parece, às vezes, mais importante do que o dos governos e dos Estados” (RAMONET, 2003, sem paginação).

O autor segue afirmando que esses grupos pressionam Estados a manter regras e legislações que beneficiem seus formatos de capital e, em contrapartida, essa mídia deixou de

fazer denúncias e exercer seu papel cívico de fiscalizador. O Quinto Poder então, nasce com a função de “denunciar o superpoder dos grandes meios de comunicação, dos grandes grupos da mídia, cúmplices e difusores da globalização liberal” (RAMONET, 2003, sem paginação). Ramonet acredita que a imprensa está contaminada pela mentira, contada por interesses diversos.

Os grandes meios de comunicação privilegiam seus interesses particulares em detrimento do interesse geral e confundem sua própria liberdade com a liberdade de empresa, considerada a principal de todas as liberdades. Mas a liberdade de empresa não pode, de forma alguma, prevalecer sobre o direito dos cidadãos a uma informação rigorosa e verificada, nem servir de pretexto para a difusão consciente de notícias falsas ou de difamações. (RAMONET, 2003, sem paginação).

Como solução, o autor propõe a criação de grupos formados por jornalistas, professores e pesquisadores, e cidadãos usuários dos meios, como o Observatório Internacional de Mídia, com o objetivo de fiscalizar ou mesmo apontar abusos cometidos pelas superpotências da comunicação.

Na década de 1990, nascia no Brasil o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), com uma proposta semelhante às ideias de Dutton e Ramonet. Hoje, com mais de 500 filiações, a instituição descreve-se como articuladora no combate à concentração econômica da mídia com atuação voltada ao planejamento, mobilização, formulação de projetos e empreendimento de medidas legais e políticas para promover a democracia na Comunicação. Dentre as ações permanentes, o FNDC promove a campanha “Para Expressar a Liberdade”, canal de denúncia da concentração, ausência de pluralidade e diversidade nos meios de comunicação brasileiros e defende a bandeira da “Lei da Mídia Democrática”, um projeto de iniciativa popular que propõe a regulamentação para o setor de rádio e televisão no Brasil (FNDC, s.d.).

Os critérios de atuação do FNDC assemelham-se aos apontados pelo relatório da UNESCO, elaborado em 2010, com o objetivo de produzir indicadores para avaliar o desenvolvimento da mídia em um país (UNESCO, 2010). Um sistema regulatório favorável à liberdade de expressão, ao pluralismo e à diversidade da mídia é um dos pilares conceituais do documento. Importante lembrar que no Brasil não há um órgão regulador que monitore o conteúdo veiculado pelas empresas de comunicação, e a legislação que trata do tema é de 1962 e, mesmo com as mudanças sofridas no texto por meio de emendas, o Código Brasileiro de Telecomunicações está longe de controlar o setor e, menos ainda, de preservar a liberdade de expressão. Alguns dos fatores que contribuem para a dificuldade de institucionalizar no Brasil um órgão como a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, de Portugal; o Instituto Federal de Telecomunicações, do México; o Conselho Superior do Audiovisual e a Comissão

Federal de Comunicações, dos Estados Unidos, é a linha tênue que distingue o controle da qualidade do conteúdo, da censura à produção por parte do Estado. Um trauma herdado do período da ditadura militar.

### 3. *ACCOUNTABILITY*: UM PRINCÍPIO DA DEMOCRACIA

Há muito debate sobre o conceito de democracia. Entretanto, duas características estão sempre presentes mesmo que em graus variados: a *participação*, não apenas nas eleições, o que pressupõe o direito de livre expressão, o direito de associação e o direito de votar e de candidatar-se a cargos públicos; e o de *contestação pública* ou *oposição*, que coloca o cidadão no papel de fiscalizador (CENEVIVA, 2005). Ou seja, o princípio basilar é a atuação direta do cidadão durante todo o processo, o que também é ponto de partida para o conceito de *accountability*.

É até repetitivo dizer que a palavra *accountability* ainda não tem tradução para a língua portuguesa, não porque seja desconhecida, mas porque sua tradução literal “responsabilização” ou “prestação de contas” não corresponde, em plenitude, ao conceito (CAMPOS, 1990). Este também foco de amplo debate. Em comum, a ideia de que o termo representa o controle e a fiscalização dos agentes públicos e a obrigação de prestar contas.

Campos (1990) entende como o dever de as pessoas que ocupam cargos públicos, sejam eleitos ou não, responderem por seus atos perante as instituições do Estado. Tomio e Robl Filho (2013) definem *accountability* como sendo “a necessidade de uma pessoa ou instituição que recebeu uma atribuição ou delegação de poder prestar informações e justificações sobre suas ações e seus resultados” podendo, em decorrência de suas atividades, sofrer sanções de variadas formas (jurídicas, institucionais, políticas e públicas). Rocha (2008, p. 86) aponta a *accountability* como a “responsabilização permanente dos gestores públicos em razão dos atos praticados em decorrência do uso do poder que lhes é outorgado pela sociedade”, desde que se estabeleça que a responsabilização se dê mediante algum tipo de sanção. (Rocha, 2008).

Em 1998, o cientista político argentino Guillermo O’Donnell trabalha o conceito de modo a dividi-lo em duas categorias principais: horizontal e vertical. A *accountability* vertical associada ao processo eleitoral, e a *accountability* horizontal associada ao controle institucional durante o mandato. A partir dessa distinção, uma série de outras subcategorias nasceram na literatura da administração, economia, ciências sociais e políticas e comunicação.

O termo *accountability* está no dicionário inglês desde 1974, e em busca de uma tradução e compreensão melhor do significado, Pinho e Sacramento (2008) empreenderam uma consulta aos dicionários de inglês. Os autores concluíram que:

Claro está, portanto, que de acordo com as fontes consultadas, não existe um termo único em português para expressar o termo *accountability*, havendo que trabalhar com

uma forma composta. Buscando uma síntese, *accountability* encerra a responsabilidade, a obrigação e a responsabilização de quem ocupa um cargo em prestar contas segundo os parâmetros da lei, estando envolvida a possibilidade de ônus, o que seria a pena para o não cumprimento desta diretiva. (PINHO; SACRAMENTO, 2008, p. 2).

No Brasil, o tema emergiu na década de 70, “a partir da necessidade de propostas de reforma do Estado, resultantes da compreensão de que o Estado, em sua configuração, era incapaz de responder às inúmeras demandas da sociedade” (PEDRO, 2008, p. 173). O debate cria corpo literário a partir da década de 90, quando Campos (1990) questiona a capacidade do brasileiro de arguir e fiscalizar o Estado em seu artigo *Accountability: quando podemos traduzi-la para o português?*.

Grande parte da dificuldade encontrada na tradução do termo está na responsabilidade subjetiva perante os valores democráticos coletivos que o conceito impõe, atribuída a um terceiro que deve possuir grande senso de compromisso pessoal. “Nesse caso não se fala apenas de uma obrigação originada na norma, mas também de um compromisso originado na consciência” (PEDRO, 2008, p. 174). Esse compromisso pessoal possui a carga dos valores individuais, onde se acrescenta os interesses, motivações e padrões sociais e culturais. Tudo isso, de certo modo, interfere no conduzir da vida pública.

Nesse sentido, Campos (1990, p. 35) afirma que o “comportamento (responsável ou não responsável) dos servidores públicos é consequência das atitudes e comportamento das próprias clientelas”. Ela credita ao “cidadão vigilante e consciente de seus direitos” o papel de criar a condição para a conduta exemplar ou prestadora de contas. “Não haverá tal condição enquanto o povo se definir como tutelado e o Estado como tutor” (1990, p. 35).

A própria autora tenta explicar o porquê da sociedade brasileira (pelo menos na época do artigo) não buscar pelo formato *accountable*. Segundo ela, a democracia populista (1945-64) seguida da ditadura militar (1964-85), e uma nova fase populista na Nova República a partir de 1986, onde o “presidente tenta colocar-se como o benfeitor da nação, acima dos interesses de sindicatos, grupos comunitários e partidos políticos” (1990, p. 8), provoca na sociedade uma reação apática e distante das decisões. Para Campos, só o amadurecimento do sistema democrático no Brasil poderia mudar a própria percepção do brasileiro para com a política e o sistema de participação.

À medida que a democracia vai amadurecendo, o cidadão, individualmente, passa do papel de consumidor de serviços públicos e objeto de decisões públicas a um papel ativo de sujeito. A mudança do papel passivo para o de ativo guardião de seus direitos individuais constitui um dramático avanço pessoal, mas, para alcançar resultados, há outro pré-requisito: o sentimento de comunidade. Em outras palavras, é a emergência e o desenvolvimento de instituições na sociedade que favorecem a recuperação da

cidadania e, portanto, a verdadeira vida democrática. A cidadania organizada pode influenciar não apenas o processo de identificação de necessidades e canalização de demandas, como também cobrar melhor desempenho do serviço público. Este parece ser o caminho para a accountability. (CAMPOS, 1990, p. 35).

O sistema democrático brasileiro é jovem, se comparado às democracias americanas e de boa parte da Europa, tem pouco mais de quatro décadas, e o amadurecimento da democracia do modo descrito por Campos pode precisar de algumas gerações para acontecer. Entretanto, desde a construção com participação popular do texto da Constituição Federal, implantada em 1988, é possível apontar exemplos desse amadurecimento. De 88 para cá, o Brasil teve dois presidentes afastados dentro do processo legal descrito pela constituinte (pelo menos no que se refere aos ritos procedimentais).

O primeiro presidente eleito sob as regras da atual Carta Magna foi Fernando Collor de Mello. Seu mandato iniciou em 1990, sob a promessa de combater a corrupção. Numa tentativa de controlar a inflação, o Plano Collor confiscou e congelou poupanças, o que gerou grande descontentamento popular, além disso denúncias de que o presidente participava de esquemas de lavagem de dinheiro vieram à tona, partindo do próprio irmão, Pedro Collor. As manifestações eram cada vez mais intensas país afora, impulsionadas principalmente por jovens que, por pintarem o rosto para irem às ruas, são até hoje conhecidos como “caras pintadas”. O impeachment do presidente aconteceu em dezembro de 1992.

Vinte e quatro anos depois, Collor, agora senador, estava presente na votação que afastou do cargo a então presidente Dilma Rousseff, o segundo *impeachment* do Brasil. Para Freitas (2019), mais uma vez, o afastamento se deu por uma série de fatores que incluem a má gestão da política de coalisão, “por escândalos propagados pela mídia, crises políticas e econômicas, manifestações populares, o estilo de liderança do governante e a força da sua base parlamentar” (FREITAS, 2019, p. 8).

Destaco, entretanto, as manifestações populares volumosas, pouco vistas no Brasil desde os caras pintadas. Em março de 2016, ocorreu a maior delas<sup>5</sup> no país, manifestações contra os governos do Partido dos Trabalhadores e a corrupção denunciada pela Operação Lava Jato<sup>6</sup> foram registradas em mais de 300 municípios. O que, certamente, impulsionou o

---

<sup>5</sup> <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contragoverno-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>

<sup>6</sup> Deflagrada em 2014 pela Justiça Federal do Paraná, a Operação Lava Jato iniciou com uma investigação de lavagem de dinheiro de político e empresários locais por meio de um lava jato, com os desdobramentos da investigação e uma série de denúncias adquiridas por delação premiada, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal chegaram a um grande esquema de propina e lavagem de dinheiro que envolvia políticos de diversos partidos (principalmente PT, PP, PMDB), a Petrobras (maior empresa estatal do país), grandes construtoras como a Odebrecht, OAS e Camargo Correia e obras superfaturadas pelo país inteiro incluindo as obras feitas para a Copa do Mundo. O desfecho da operação foi a prisão de uma série de empresários, funcionários públicos, ex-ministros e até o ex-presidente Lula.

andamento do processo de afastamento. Importante comentar o papel de extrema relevância das redes sociais nesse tipo de mobilização, mesmo que não seja o foco desta pesquisa.

Freitas (2019), ao analisar a perspectiva de Cass Sunstein (1998), voltada para o cenário institucional norte-americano, acrescenta a discussão sobre a excepcionalidade do *impeachment* e adverte que “o *impeachment* pode vir a ser um processo mais frequente nas democracias, por força do papel exercido pela mídia, combinado com a dinâmica própria da política-partidária” (FREITAS, 2019, p. 6). É preciso, segundo o autor, “garantir a estabilidade por meio do exercício da tolerância, da autocontenção e do estabelecimento de tréguas nos embates partidários” (FREITAS, 2019, p. 6).

Bem antes do debate sobre o amadurecimento da democracia brasileira, em 1971, o norte-americano Robert Alan Dahl publica a obra *Polyarchy: Participation and Opposition* e afirma que a palavra “democracia” evoca o cenário grego original, de participação direta. As democracias contemporâneas são pobres aproximações dos ideais democráticos, e que por isso devem ser classificadas como “poliarquias” (PEREIRA, 2013).

Mais adiante, Dahl<sup>7</sup> (1989) enumera os pontos fundamentais que caracterizam o “sistema ideal”: 1) autoridades eleitas; 2) eleições livres e justas; 3) sufrágio inclusivo; 4) direito de concorrer a cargos; 5) liberdade de expressão; 6) informações alternativas e, 7) autonomia associativa. Nesse ponto, O’Donnell (1997) acrescenta que os funcionários eleitos não devem ser demitidos antes do final de seu mandato; que não devem estar sujeitos a severas restrições, especialmente pelas Forças Armadas; que a nação deve ter território incontestável que defina claramente a população votante; e por fim, que a expectativa de que o processo eleitoral justo e as liberdades que o cercam continuarão por um futuro indefinido.

Os primeiros itens, de 1 a 3, referem-se exclusivamente às características das eleições, mesmo que no item 1 devam ser incluídos os servidores nomeados. Já os itens seguintes, do 4 ao 7, referem-se às liberdades políticas e sociais, essenciais para um processo eleitoral justo e uma sociedade equânime.

Mesmo nesse cenário, o autor esclarece que todas as instituições devem ser fiscalizadas por “agências dotadas de autoridade legalmente definida para sancionar ações ilegais ou inadequadas de outros agentes do Estado” (1997, p. 44). De forma que as instituições que compõem o Estado tenham atuação delimitada por lei, e que por outro lado existam órgãos com poderes e responsabilidades de controlar, apurar e reparar qualquer ilicitude por parte de agentes estatais.

---

<sup>7</sup> A lista de Robert Dahl, está em *Democracy and Its Critics* (New Haven: Yale University Press, 1989), ed. 221.

Segundo o autor, a existência dessas agências de controle com o poder legal de realizar ações que vão desde supervisão de rotina até o *impeachment* contra agentes públicos omissos ou delituosos, é a definição da *accountability* horizontal. Há de se ressaltar, entretanto, que por mais que essas agências promovam a mobilização da opinião pública, a efetividade de seus procedimentos depende de decisões tomadas pelo Judiciário, e aqui acrescento o Legislativo que, capaz de julgamentos políticos, tem a prerrogativa de afastar do poder mandatários eleitos. Cito como exemplo local, a cassação do mandato do ex-deputado e ex-presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, Jalser Renier<sup>8</sup> em 2022. Desse modo, o autor classifica que a *accountability* horizontal não é um produto de ações isoladas, mas sim de uma “rede de agências” que têm por seu fim, o tribunal.

A democracia representativa é, portanto, um sistema de poder limitado em que dois atores políticos – representantes e representados, devem criar direitos e obrigações para ambos, e limitar de maneira político-jurídica a atuação desses representantes a fim de eliminar preferências e demandas pessoais. É nessa fronteira de atuação que os conceitos de controle e prestação de contas devem ser explorados (MAIOLINO, 2014).

### 3.1. ACCOUNTABILITY COMO MECANISMO DE DEFESA E PARTICIPAÇÃO

Sob o ponto de vista de Robert Behn (1998), os eleitos e o eleitorado são responsáveis pela implementação do processo de *accountability*, que, portanto, funciona com base nas políticas estabelecidas pelo Estado, muitas, na maioria das vezes, conflitantes. “As autoridades eleitas devem controlar a implementação da política pelas agências públicas. E o eleitorado está encarregado de controlar as autoridades” (BEHN, 1998, p. 21). O próprio autor diz que, na prática, não é tão simples quanto parece e questiona, por exemplo, “como poderão as autoridades controlar políticas com as quais elas discordem?” (BEHN, 1998, p. 23).

Na busca de apontar estruturas ideais para o funcionamento da engrenagem do sistema *accountable*, autores como O’Donnell (1997), Campos (1990), Behn (1998) e Tomio e Robl Filho (2013) indicam que a *accountability* é exercida por pelo menos quatro mecanismos. O primeiro é a responsabilização por meio do controle social, que significa a participação efetiva dos cidadãos nas políticas. Nesse contexto, o sistema assegura condições que viabilizam o controle da sociedade por meio de: incentivos à participação popular; articulação com instituições da democracia representativa; disseminação da informação; instrumentos que

---

<sup>8</sup> Investigado por ser o mandante do sequestro e tortura de um jornalista, quando ainda era presidente do Legislativo roraimense, o ex-deputado teve dois pedidos de cassação analisados pelos pares. A decisão pelo afastamento definitivo do cargo aconteceu no dia 28 de fevereiro de 2022, em seu 7º mandato consecutivo.

possibilitam a contraposição à administração, como recursos administrativos e judiciais; disponibilidade de leis e procedimentos administrativos, como direito a petição e recursos de apelação; promoção de debates públicos, por meio de audiências públicas; e transparência nos atos públicos com livre e facilitado acesso (PEDRO, 2008 *apud* ARAÚJO, 2008).

A responsabilização por meio dos procedimentos burocráticos é o segundo mecanismo. Disposto sobre os agentes públicos para manter a obediência às normas e princípios legais, com foco em evitar práticas de corrupção. Esse mecanismo é ativado de maneira interna por órgãos estatais de fiscalização, como os tribunais de contas, ou pelo próprio Judiciário (PEDRO, 2008 *apud* ARAÚJO, 2008). O Poder Legislativo, em sua função fiscalizatória, é o terceiro mecanismo provocador da *accountability*. Dentre as atribuições que demonstram esse formato de controle mútuo, pode-se citar a obrigação constitucional de submissão à avaliação de nomeações a determinados cargos do Poder Executivo, à validação das leis orçamentárias propostas pelo Governo, bem como o funcionamento permanente de comissões temáticas cujo objetivo é, justamente, o acompanhamento da gestão em todas as áreas de atuação do Estado. Para Behn (1998), o Legislativo é responsável por estabelecer processos, mas evita estabelecer metas claras para não gerar conflitos entre bases políticas aliadas ou adversárias.

O quarto mecanismo é o controle de resultados. “A sociedade participa da definição das prioridades, das metas, dos índices de desempenho e das formas de avaliação” (PEDRO, 2008 *apud* ARAÚJO, 2008. P. 177). Para Afonso (2010), a avaliação surge como uma condição necessária à prestação de contas, por fornecer informações e justificar as decisões e os atos praticados - *answerability*<sup>9</sup>. A imputação de responsabilidade e a imposição de sanções são também uma característica da *accountability* - o *enforcement*<sup>10</sup> (AFONSO, 2010).

### 3.2. MODELOS DE ACCOUNTABILITY

Como já visto, a literatura demonstra a existência de diferentes abordagens sobre *accountability*, tanto no que se refere ao seu conceito, quanto ao seu significado. Há conceitos de *accountability* em que só são considerados os mecanismos de controle formais e institucionalizados que sejam capazes de cobrar responsabilização dos atores políticos pelos atos praticados. Nesse campo, não são consideradas a imprensa e a sociedade civil, os chamados mecanismos informais. No entanto, há aqueles que consideram, além dos mecanismos formais e institucionalizados, os informais, desde que promovam *accountability*.

---

<sup>9</sup> No dicionário on-line Linguee, a tradução da palavra *answerability* é responsabilidade.

<sup>10</sup> No dicionário on-line Linguee, a tradução da palavra *enforcement* é aplicação, execução ou cumprimento.

É lugar comum, mas volto a citar a classificação de O'Donnell (1998) como ponto de partida para esse levantamento, onde o autor faz uma distinção bilateral da *accountability* entre vertical e horizontal. Como já descrito, vertical refere-se às atividades de fiscalização dos cidadãos e da sociedade civil, que procuram estabelecer formas de controle sobre os agentes públicos (eleitos ou não). De acordo com o autor, tais atividades compreendem: o processo eleitoral “presumivelmente a principal faceta da *accountability* vertical”; instrumentos de democracia direta, como plebiscitos e consultas públicas; e ações de organizações da sociedade civil e da mídia, quando estas expõem transgressões e delitos cometidos por parte de agentes públicos no exercício do poder. A horizontal dá-se por meio dos mecanismos institucionalizados de controle e fiscalização mútua, na forma de freios e contrapesos, entre os Poderes, mas também mediante a atuação de outras agências governamentais que têm por finalidade específica o monitoramento e a fiscalização do poder público e de outros órgãos estatais (CENEVIVA, 2006).

Com o aprofundamento do debate, a conceituação ganhou novas e variadas distinções. Ao citar diversos autores (ROMZEK; DUBNICK, 1987; PRZEWORSKI; STOKES; MANIN, 1999; MULGAN, 2000), Rosiley Maia (2006) explica, em resumo, que o conceito se estende em diferentes questões referentes a:

- a) *accountability como responsividade* – quando os dirigentes tentam satisfazer os desejos e as necessidades dos cidadãos, com políticas que são sinalizadas como aquelas mais desejáveis por estes, como por exemplo da decretação de um ponto facultativo, data que não faz parte do calendário de feriados oficiais para tornar a presença no serviço, naquele dia, optativa por parte do servidor público;
- b) *accountability como controle* – o uso de vários mecanismos e métodos de “*checks-and-balances*”, destinados a regular e supervisionar o desempenho de organizações públicas e os atos de seus agentes, um exemplo está na obrigatoriedade de o gestor estadual da Secretaria de Saúde apresentar à Comissão de parlamentares relatório trimestral de gestão de gastos;
- c) *accountability profissional ou pessoal* – no sentido de responsabilidade individual diante do interesse público em uma dada situação, que inclui o desempenho consciente de funções e deveres. Aqui podemos apontar o exemplo de um juiz que deve tomar decisões sem levar em consideração questões de cunho pessoal, como religião;

d) *accountability como diálogo* – quando os interlocutores assumem responsabilidade por seus próprios pronunciamentos e respondem às indagações, mesmo quando não há nenhuma relação formal de autoridade e subordinação entre as partes envolvidas. É o caso de audiências públicas provocadas para se debater um tema, onde diversos atores são provocados a se pronunciar (MAIA, 2006, p. 6).

Existe também a possibilidade de haver uma forma mista de controle, que mescla aspectos verticais e horizontais. Andrade e Neto (2019) citam como exemplo quando acontece uma reclamação por parte de um cidadão e pedido de informações, configurando aspectos verticais, e a obrigação do agente público de prestar tais informações, caracterizando o aspecto horizontal.

Ao analisar as diversas subdivisões do conceito de *accountability* na administração pública, Rocha (2011) conclui que para estudar fenômenos sem a utilização de modelos, “seria muito difícil, quando não impossível [...] Resta ponderar, no entanto, sobre a escolha dos modelos propostos”. Para os fins desta pesquisa, o foco está no formato vertical, onde percebe-se com clareza a importância da cidadania, exercida não apenas durante o processo eleitoral. E levar-se-á como princípio o conceito formado por Ricardo Ceneviva (2006), em que *accountability* social é aquela exercida diretamente pela sociedade (cidadãos e entidades da sociedade civil, inclusive imprensa) sobre os agentes públicos eleitos, nomeados e permanentes; e como *accountability* institucional aquela exercida pelo aparato do Estado (poderes e órgãos) sobre os seus próprios órgãos e agentes. Importante salientar que a utilização do termo serve apenas para argumentação, sem pretensão de discutir ou validar a classificação em si.

### 3.3. ACCOUNTABILITY VERTICAL: SOCIETAL

Depois de 24 anos no cargo de senador da República, um tempo recorde se comparado a todos os outros que exerceram o cargo representando o Estado de Roraima, Romero Jucá Filho não se reelegeu nos pleitos de 2018 e de 2022. Nacionalmente conhecido por ser um dos grandes nomes do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), um dos partidos de maior representatividade no Brasil, e por ter ocupado cargos importantes como o de ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o ex-senador foi alvo de investigação da Operação Lava Jato em 2016, e teve a gravação de uma conversa divulgada pela imprensa, em que conspirava pelo fim do governo Dilma e o trabalho da Polícia Federal, utilizando uma frase que ficou muito

conhecida: “*Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria*”, referindo-se justamente às investigações.

Na época, em Roraima, as críticas ao ex-senador e acusações de politicagem e corrupção eram muitas. Talvez o mais ferrenho crítico fosse Telmário Mota (PTB), que alavancou sua carreira política de vereador de Boa Vista elegendo-se para o Senado em 2014, com a promessa de fazer frente a Jucá em Brasília. A eleição de Mota, com discurso anti-Jucá, já representava a queda na popularidade de Romero no Estado que o elegeu seguidas vezes.

O exemplo da rejeição ao ex-senador nas urnas, como prova de reprovação por parte da maioria dos eleitores ao seu mandato, representa a essência da *accountability* vertical ou eleitoral. O’Donnell (1998) explica que “por meio de eleições razoavelmente livres e justas, os cidadãos podem punir ou premiar o mandatário votando a seu favor ou contra ele” (O’DONNELL, 1998, p. 28). Não há dúvida que *accountability* eleitoral é uma das ferramentas mais tradicionais na democracia, permitindo a representatividade e a legitimidade dos representantes a partir do sufrágio.

Entretanto, apenas o voto não imputa uma forma de responsabilizar os governantes por seus atos, pois não possibilita que o eleitor induza o governante a atuar responsavelmente. Para Fonseca (2016), as eleições se colocam como uma alternativa ineficaz de *accountability* por serem uma oportunidade única para condenar ou aprovar múltiplas decisões governamentais; não é possível avaliar se possuem um sentido retrospectivo ou prospectivo; e, por fim, devido ao déficit de informação do cidadão, o que compromete a sua capacidade de avaliar adequadamente o desempenho das decisões dos agentes públicos, tornando-se, assim, propenso a influências imediatistas. O próprio O’Donnell (1998) acrescenta às características para *accountability* vertical, as liberdades de opinião e associação, assim como o acesso a várias fontes de informação, possível graças à liberdade de imprensa, e possibilidade de reivindicações sociais, com cobertura regular da mídia (O’DONNELL, 1998, p. 28).

Essa participação popular descrita por O’Donnell, implícita na concepção da *accountability* está além da existência de mecanismos de *checks and balances* entre os órgãos do governo e dos tradicionais mecanismos de controle, estabelecendo uma terceira modalidade de *accountability*, somada às formas vertical e horizontal, a *accountability* social. Aqui, surgem novos atores que não possuem mandato formal para sanções legais, mas geralmente simbólicas, ainda que algumas ações possam gerar punições e mudanças nas políticas públicas.

A inclusão de uma terceira dimensão da *accountability* não é consenso entre os cientistas políticos justamente pela incapacidade de aplicação de sanções formais, as ações de organizações não governamentais e de instituições de comunicação que fundamentam o

conceito de *accountability* social, somente ganhariam efetividade quando sensibilizam algum dos Poderes constituídos (*accountability* horizontal) ou interferem no processo eleitoral (*accountability* vertical). Nessa perspectiva, o status de uma terceira dimensão é injustificado (MIGUEL, 2005). A cientista social Nuria Cunill Grau (1998)<sup>11</sup>, do Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento, associa a existência dos meios de *accountability* social às oportunidades de participação e deliberação abertas pelo Estado, da transparência e compromisso deste com princípios democráticos e participativos, e com a criação de mecanismos institucionais adequados para o exercício da prestação de contas.

Para fins desta pesquisa, admite-se a efetividade da *accountability* social, definida por Peruzzotti e Smulovitz (2002, p. 10) como sendo

Um mecanismo de controle vertical, não eleitoral, das autoridades políticas baseado em ações de um amplo espectro de associações e movimentos cidadãos assim como em ações midiáticas. As ações desses atores têm por objetivo monitorar o comportamento dos funcionários públicos, expor e denunciar atos ilegais dos mesmos, e ativar a operação de agências horizontais de controle. A *accountability* social pode canalizar-se tanto por vias institucionais como não institucionais.

É, portanto, um mecanismo de controle ativado pela própria sociedade civil, quando esta se mobiliza em torno de uma demanda social, política, ou com a insatisfação em relação à conduta de políticos e funcionários públicos que fazem política. Uma importante característica é a possibilidade de seu exercício entre os períodos eleitorais, isto é, ela não se prende a calendários fixos; a qualquer tempo, tais atores podem requerer e sistematizar informações, encaminhar denúncias aos órgãos de controle e fiscalização da aplicação de recursos pelo Estado; monitorar diretamente a aplicação de tais recursos e a execução de políticas públicas; apresentar demandas aos representantes eleitos; exercer uma repreensão moral dos agentes públicos; expor figuras públicas; utilizar-se de meios legais para acionar outros mecanismos de *accountability*, dentre outras.

No Brasil, o papel de fiscalização e de controle social da administração pública ganha novo contexto a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que institucionalizou a participação da sociedade na gestão das políticas públicas, por meio de mecanismos como o orçamento participativo, plebiscitos, conselhos e por meio de dispositivos que viabilizam o controle dos governantes, garantindo publicidade e transparência dos atos públicos (PINHO; SACRAMENTO, 2009).

---

<sup>11</sup> Cunill Grau, Nuria Las políticas con enfoque de derechos y su incidencia en la institucionalidad pública Revista del CLAD Reforma y Democracia, núm. 46, febrero, 2010, pp. 41-72 Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo Caracas, Venezuela. Disponível em [www.redalyc.org](http://www.redalyc.org)

Pelo parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, fica assentada a obrigação de prestar contas para qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos, ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. Já o § 2º do art. 74 da Constituição Federal, estabelece o controle social ao legitimar, para qualquer cidadão, associação, partido político ou sindicatos, o direito de denunciar irregularidades ao controle externo dos tribunais de contas.

Mas, além da construção de mecanismos institucionais que garantam o controle público das ações dos governantes ao longo de seu mandato, como a Lei de Acesso à Informação, aprovada em 2011, a *accountability* social depende de outra condição básica: o desenvolvimento da capacidade dos cidadãos de agir na definição das metas coletivas de sua sociedade (CLAD, 2006 apud PINHO; SACRAMENTO, 2009).

Dados do Portal e-Cidadania, um ambiente virtual em que a população pode sugerir uma lei ou propor alterações em uma já existente, demonstram certa regressão na participação popular. Criado em 2012 pelo Senado Federal como meio de possibilitar e facilitar proposições populares, o portal permite o registro de ideias ou projetos. Se obtiverem 20 mil apoios, tornam-se uma Sugestão Legislativa e, obrigatoriamente, serão debatidos pelos senadores. Segundo informa a própria plataforma, desde a criação, 38 ideias foram transformadas em Projeto de Lei ou Proposta de Emenda à Constituição.

No entanto, o relatório do e-Cidadania<sup>12</sup> demonstra queda acentuada da participação popular quando analisado o número de ideias propostas. Em 2017, houve um recorde de registros, foram cadastradas 26.671, e de lá para cá, o número só regride, em 2021 foram 11.560 e, em 2022, 9.176.

### 3.4. AVANÇOS DA *ACCOUNTABILITY* SOCIAL

O papel da imprensa no desenvolvimento da *accountability* social é destacado de duas maneiras: a primeira quando busca informações que deveriam ser públicas e não estão postas de maneira transparente, e denuncia uma prática irregular, fruto de uma investigação jornalística; e a outra, quando dá voz a movimentos e/ou atores que buscam (ou provocam) mudanças, implantações ou mesmo o debate em torno de políticas públicas.

---

<sup>12</sup> <https://www.senado.gov.br/bi-arqs/Arquimedes/ecidadania/rel-ideia-legislativa-completo-pdf.pdf>, acessado em 04 de dezembro de 2022.

Ao analisar a cobertura midiática do episódio do ônibus 174, no Rio de Janeiro, Rosiley Maia aponta que “os media desenvolvem um papel crucial como fórum para o debate cívico (...) os meios de comunicação são importantes para tornar visível o processo de *accountability*, a fim de que ele seja reconhecido e apreciado pelos cidadãos comuns” (MAIA, 2006. p.7). Naquela ocasião, um homem fez passageiros de um ônibus reféns, sob cobertura efusiva da imprensa e, durante quatro horas, ao vivo para todo o país, pela Rede Globo. Maia acredita que “se não fosse pela presença das câmeras, é possível supor que o acontecimento não teria provocado a comoção pública que causou” (MAIA, 2006. p. 3). Com ares de “espetáculo”, o crime tornou-se o assunto da semana repercutindo até na imprensa internacional, principalmente pelo desfecho, quando o sequestrador é morto dentro da viatura da polícia militar, ter provocado uma sucessão de posicionamentos oficiais incluindo o do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. A segurança pública passou a ser amplamente debatida, manifestações populares e instituições não governamentais passaram a exigir mudanças como o controle rigoroso do uso de armas de fogo e na formatação das polícias no país.

O sequestro do ônibus aconteceu em 2000, quando a internet e as redes sociais ainda não faziam grande diferença na comunicação da população em geral. O episódio objeto desta pesquisa ocorre 20 anos depois, durante a pandemia da Covid-19, quando o mundo tem à disposição informações na palma da mão e em tempo real. Mas a vigilância sobre a gestão pública continua necessária. No ano de 2020, foram inúmeras as denúncias feitas pela imprensa de desvios de recursos da saúde pública. Estados como Rio de Janeiro, Amazonas, Roraima, o consórcio Nordeste, que reúne os estados da região, e o Distrito Federal foram ou ainda são alvos de investigação por superfaturamentos de compras de equipamentos durante o período emergencial.

O ‘escândalo dos respiradores’ em Roraima é o evento em análise por esta pesquisa. Com cópias do comprovante de pagamento e nota de empenho, que logo passaram a circular nas redes sociais, a imprensa questionou o Governo do Estado de Roraima sobre o pagamento antecipado no valor de R\$ 6,4 milhões por 30 respiradores a uma empresa mineira, sendo que alguns meses antes da pandemia, o Estado já havia comprado 50 novos aparelhos ao preço de R\$ 2,2 milhões, que se somariam aos 22 equipamentos já existentes e em funcionamento no Hospital Geral de Roraima.

De pronto, a informação foi negada pela Secretaria de Estado de Comunicação Social, mas diante das comprovações foram várias as manifestações em redes sociais, até mesmo de políticos aliados, que suscitavam respostas ou mesmo a manifestação do governador. Foi o que

aconteceu no dia seguinte. Durante uma coletiva à imprensa, o governador admitiu a compra, anunciou o cancelamento e exonerou o secretário de Saúde.

É possível apontar que, por esse breve resumo, a *accountability* social aconteceu a partir da resposta do governante, que diante de uma denúncia e de cobranças da imprensa, da exigência de políticos aliados ou não, e das manifestações populares, mesmo que de forma virtual, houve a prestação de contas por parte da administração pública.

A gestão da Saúde, que já era pauta por causa da Covid-19, passou a ter ainda mais atenção. Com isso, novas denúncias surgiram a partir do Sindicato da Enfermagem, do Conselho Regional de Medicina e da própria população usuária do sistema de saúde, que denunciaram as más condições de trabalho nas unidades hospitalares e a falta de material e equipamentos de proteção.

Uma investigação foi instaurada na Polícia Civil para apurar condutas dentro da Secretaria Estadual de Saúde (Sesau), assim como no Tribunal de Contas do Estado, no Ministério Público de Contas, no Ministério Público Estadual e, na Assembleia Legislativa de Roraima, dois pedidos de *impeachment* do governador foram protocolados.

Ainda mais recente, em 31 de março de 2022, o Portal G1RR publica matéria afirmando que o artista mais caro do país, o cantor Gustavo Lima, se apresentaria na menor cidade de Roraima, que por sinal é o menor Estado do país. O extrato do contrato firmado entre a Prefeitura de São Luiz e a empresa responsável pelo show do artista foi publicado seis dias antes da matéria ir ao ar, com o valor de R\$ 800 mil de cachê. O G1RR chama a atenção para a discrepância do contrato com o produto interno bruto da cidade. “(...) com uma população estimada em mais de 8 mil habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O PIB da cidade é de R\$ 147,6 milhões, o segundo mais baixo do estado, ficando atrás apenas de Uiramutã”.

Em maio, o G1RR repercutiu o assunto afirmando que o Ministério Público Estadual investigava o caso e que já havia solicitado informações à Prefeitura de São Luiz sobre o evento e as contratações. Em junho, a reportagem vai ao município conhecer a estrutura da cidade e a capacidade para realizar um evento com expectativas de receber mais de 50 mil pessoas. O G1RR constata que não havia qualquer preparação, como obras estruturantes no Parque de Vaquejada, onde aconteceriam os shows, e que em todo o município só existem dois hotéis. A repercussão foi nacional. A época era de campanha eleitoral e o cantor Gustavo Lima pedia votos abertamente para a reeleição de Jair Bolsonaro, grande crítico dos financiamentos públicos de artistas renomados. Cantores do mesmo segmento de Lima, o sertanejo, também manifestaram apoio a Bolsonaro e criticavam publicamente artistas que faziam oposição ao

governo e usavam recursos da Lei Rouanet. O debate tornou-se intenso nas redes sociais e demonstrou a prática corriqueira de cachês altos pagos por prefeituras de cidades pobres.

Em julho, o G1RR publica que o Ministério Público de Roraima havia ajuizado ação pedindo o cancelamento dos shows dos artistas Gustavo Lima, Solange Almeida e da dupla César Minotti e Fabiano, em São Luiz. Somando os cachês, o município desembolsaria R\$ 1,05 milhão. Em 14 de setembro de 2022, a notícia foi que a justiça havia cancelado os shows. Na decisão, a juíza Rafaella Silveira alegou que “os gastos devem estar de acordo com a realidade financeira da cidade, sob pena de prejudicar todos os outros direitos do cidadão”.

#### 4. JORNALISMO POLÍTICO: UM ALIADO DA DEMOCRACIA

A essência política do jornalismo é evidente e histórica, assim como sua ligação com o sistema democrático. Prova disso, segundo Buoro (2010), é que como agente fomentador do debate social, lugar para pluralidade de ideias e possíveis interpretações, a imprensa torna-se alvo das classes detentoras do poder que, historicamente, a querem como aliada, ou até mesmo censurada. No contexto democrático, a política “baseia-se na pluralidade dos homens [...] trata da convivência entre diferentes” e, portanto, serve para “organizar e regular o convívio de diferentes, não de iguais” (ARENDR, 1999, p. 21). Há ainda a concepção do jornalismo enquanto quarto poder, conforme já foi discutido nesta dissertação, que aponta o campo profissional enquanto uma instituição simbólica com o papel de fiscalizar os demais poderes da democracia (TRAQUINA, 2005; ALBURQUERQUE, 2009).

Para Melo (2008), na história da humanidade a imprensa “instaurou a cidadania e criou condições indispensáveis para a emergência das sociedades democráticas” (MELO, 2008, p. 90) quando estas garantem a liberdade de informar e o direito de ser informado. Ainda segundo o autor, é a partir das revoluções Norte-Americana e Francesa, que a imprensa “ganha legitimidade política” sendo reproduzida pelo mundo. É então, quando o jornalismo se torna atividade política e os jornais “porta-vozes de correntes políticas” (MELO, 2008, p. 90). Melo (2008) aponta que, com o tempo, o jornalismo deixa de girar exclusivamente em torno da política e, com o desenvolvimento da sociedade e suas características, subdivide-se e a política torna-se uma categoria.

No Brasil, o autor lembra que a cobertura do Parlamento remonta à obra de Barbosa Lima Sobrinho, que em 1923 publica *O problema da imprensa*, baseado em seu próprio trabalho, entretanto o jornalismo político brasileiro ganha espaço em meados de 1950 por meio da revista *O Cruzeiro*. De lá para cá, mesmo com a redução do espaço dedicado exclusivamente à política nos noticiários, Melo (2008) aponta progresso no ponto de vista qualitativo, ao assumir um papel mais distante do engajamento e adotar postura de isenção. A explicação para isso está justamente na expansão de áreas cobertas pela imprensa, o que demonstra a adoção de “uma política de serviço, sintonizada com as aspirações da audiência” (MELO, 2008, p. 91).

É preciso conceituar aqui a definição de gêneros jornalísticos e o próprio jornalismo político. Para isso, Melo utiliza o precursor das pesquisas sobre o tema no Brasil, Luiz Beltrão, que publicou uma trilogia sobre o assunto entre o final da década de 1960 até o início de 1980, e classifica os gêneros jornalísticos em: informativo, interpretativo e opinativo. Para ele, a

reportagem política faz parte do gênero informativo e sua delimitação está na obra *A imprensa informativa*, de 1969.

A reportagem política – a que está indissolivelmente ligada a ação administrativa do poder público – é considerada como um serviço de orientação e informação fundamental para a imprensa, desde que diz respeito aos interesses transcendentais do Estado. Ao contrário dos demais setores, que se dirigem a um público mais ou menos limitado, o da informação político-administrativa interessa tanto aos políticos e homens de governo como às classes produtoras, aos profissionais liberais, aos intelectuais e artistas, aos universitários, enfim a todos os homens e mulheres cujo sistema de vida depende, naturalmente, das linhas traçadas pela política de Governo (BELTRÃO, 1969, p. 293-294 apud MELO, 2008, p. 91).

A conceituação de Beltrão encontra contraponto quando identificamos que o jornalismo político também possui características de opinativo. Ao estudar o trabalho de Carlos Castello Branco, o artigo de Ana Regina Rêgo (2007) provoca o debate sobre o jornalismo opinativo, deixando claro que Branco era por natureza, um jornalista político. Depois de ser secretário de Imprensa do ex-presidente Jânio Quadros, passou a ter entrada e fontes no ambiente político, mesmo durante a ditadura militar. Por mais de trinta anos escreveu a *Coluna do Castello*, originalmente no *Jornal do Brasil*, e reproduzida em mais de trinta jornais, onde expunha seus comentários e opiniões adiantando muito do que ainda nem havia sido informado oficialmente.

O comentário, assim como as demais categorias do jornalismo, também pode registrar momentos históricos. Mas ressalve-se, registra sob a ótica do autor, portanto, como as demais peças jornalísticas, não se constitui como documento histórico, ao contrário, seria fonte coadjuvante no processo de construção do discurso em uma dimensão histórica (RÊGO, 2007, p. 15).

Hoje, o estilo opinativo está presente, principalmente, nos canais de notícias disponíveis na TV por assinatura, que investem em comentários especializados de jornalistas políticos. Mas, mesmo na TV aberta, os comentaristas ainda se fazem presentes, como a Mirian Leitão e o Gerson Camarotti, que constantemente tecem participações no jornalismo da Rede Globo. Num passado recente, o próprio *Jornal Nacional* contava com as opiniões de Arnaldo Jabor e Alexandre Garcia, por exemplo. Nos jornais impressos, os comentários políticos geralmente são expressos por meio de editoriais, como na *Folha de São Paulo* e no *Estado de São Paulo*. Entretanto, até no ambiente virtual, as colunas políticas estão presentes, como nos portais de notícias UOL, G1 e Carta Capital.

Melo (2008) também destaca que Beltrão foi precursor ao analisar e dividir os campos de atuação do jornalista político em organismos oficiais, organismos eleitorais, organismos partidários e os organismos administrativos. Nesse formato, é possível observar que a classificação de Beltrão trata o jornalismo político como uma extensão das pautas

governamentais. Sobre isso, Cook (2011) observa que tratar de política é muito mais abrangente, e distingue “por exemplo, movimentos sociais devem certamente ser considerados políticos, mas não governamentais” (COOK, 2011, p. 205).

Para Cook (2011), avaliar a contribuição do jornalismo no processo de governo é também compreender a política de cobertura das notícias. Se de um lado a imprensa busca as pautas e ações de governo, do outro as notícias são interpretadas de acordo com os “valores de produção” previamente acordados e que nem sempre são favoráveis aos atores oficiais – como será melhor discutido no próximo tópico. “Consequentemente, a notícia é o resultado de negociações recorrentes entre fontes e jornalistas, cujos resultados diários beneficiam apenas certas alocações de valores” (COOK, 2011, p. 206). Um jogo de dependência mútua, visto que a fonte oficial precisa do jornalista para divulgar as informações de seu interesse, mas cabe ao jornalista, que também depende da fonte para suprir de informações, o jugo da informação e a forma com que ela será difundida, o que segue critérios institucionais além de próprios.

Esse “jogo” de negociação constante entre jornalista e fonte política é chamado por Cook (2011) de “negociação do valor de notícia”, com ambos os lados com certo poder de controle. O autor salienta que se deve acrescentar à troca entre jornalista e fonte certa tensão, até porque, com a experiência, o jornalista pode antever as razões dos atores políticos ao ceder informações, como vice e versa. No entanto, ao classificar a “negociação do valor de notícia”, Cook admite que o jornalismo não imprime o mundo, e sim, visões dele. “O noticiário é necessariamente seletivo. Os repórteres só podem atender a alguns dos eventos possíveis. Suas ideias formuladas e “vendidas”, a amostra encolhe ainda mais” (COOK, 2011, p. 206). A partir dessa seleção, as informações políticas elencadas pelo noticiário fazem referência a uma amostra limitada do universo político. Com base nessas escolhas, os jornalistas criam uma hierarquia de importância e empregam a sua autoridade por meio da seletividade que, por fim, leva a um viés informativo. “A seletividade leva ao viés quando, dia sim, dia não, certos tipos de atores, partidos políticos e questões receberem maior cobertura e forem apresentados mais favoravelmente que outros” (COOK, 2011, p. 206-207).

Segundo o autor, as atividades e ações jornalísticas ligadas ao meio político não podem renunciar ao aspecto autoral, pois o entendimento em profundidade e o olhar apurado dos profissionais sobre o tema vão fundamentar o resultado do trabalho informativo. Da parte da fonte, os canais midiáticos são explorados para disseminação de informações das atividades e ações desempenhadas por agentes públicos de forma positiva, sempre com vistas para a manutenção ou promoção de cargos ou nas eleições. “A mídia reconfigura os padrões do discurso político e as relações entre os representantes e os representados” (COOK, 2006, p. 15).

Nesse ambiente, é preciso comentar que Cook foi um cientista político que estudou e pesquisou a relação da política com a mídia nos Estados Unidos entre as décadas de 70 e 90, e que, portanto, a relação entre jornalista e fonte pode ter grande diferença para a realidade brasileira atual. Um ponto a se considerar é a quantidade de veículos alternativos que hoje cobrem política, o que antes estava concentrado nas grandes empresas de comunicação. Além disso, a internet e as plataformas de redes sociais proporcionam um termômetro que pode guiar ações governamentais muito mais direcionadamente aos objetivos publicistas que a imprensa.

Ao debater o jornalismo político e as mídias sociais, Torres (2016) cita Seabra (2006) ao afirmar que “a trajetória histórica do jornalismo político brasileiro foi norteada pelos grupos dominantes que em alguns períodos aderiram ao modelo vigente e em outros o denunciaram, visando manter o seu poder” (TORRES, 2016, p. 49). Além disso, com a proximidade do público, permitida pela internet, a forma de se apresentar e de falar por parte das fontes oficiais está mudada. “O discurso político passa a considerar a centralidade de estratégias voltadas para a produção e administração de afetos e de emoções [...] Esses aspectos alteram a perspectiva da relação entre os agentes políticos e o público” (TORRES, 2016, p. 50). A expectativa é que essas audiências sejam convertidas em eleitores e em opinião pública favorável.

Essa “adaptação” no discurso e na forma de fazer jornalismo político esteve presente muito claramente durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2022). Com grande alcance nas plataformas de redes sociais, o ex-presidente apostou em *lives* para dialogar com a população sobre seus atos de governo, deu pouca atenção aos veículos alternativos e desprezou a grande mídia. O jornalismo profissional, portanto, dificilmente tinha proximidade com as fontes oficiais.

Alvo de constantes ataques do próprio ex-presidente, o grupo Globo foi um dos que deixou de frequentar o chamado “cercadinho”, local onde jornalistas se aglomeravam para tentar falar com o então presidente na entrada do Palácio da Alvorada, sede do Poder Executivo em Brasília, por questões de segurança, e deixou de ter jornalistas de prontidão para cobrir as falas de Bolsonaro. Em sinal de paz com a imprensa e seus principais veículos, o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva adotou postura diferente. O cercadinho foi retirado e logo após a primeira reunião ministerial, ocorrida em 6 de janeiro de 2023, o canal de notícias *Globo News* fez um programa especial sobre o assunto, ao vivo, direto da sala onde minutos antes acontecera o encontro entre ministros e o presidente da República. Um sinal de que os jornalistas políticos agora não fazem mais seu trabalho do lado de fora das sedes governamentais, limitados por cercas.

Para encerrar seu artigo, Cook (2006) questiona, mesmo admitindo que o jornalismo possui forte impacto sobre resultados políticos, “Se o jornalismo constitui então uma instituição política, que tipo de instituição política ele constitui? Embora a noção de um “quarto poder” seja estimulante, é aqui que ela começa a mostrar seus limites” (COOK, 2006, p. 233). O autor argumenta que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário possuem a chancela de uma Constituição para existir e delimitar suas atuações, coisa que a mídia não possui, mesmo com a garantia constitucional de liberdades de imprensa e expressão. Por isso, para Cook, o jornalismo está mais próximo de instituições “intermediárias” como os partidos políticos e organizações de grupos de interesse comum, com uma distinção: os partidos e grupos têm claros objetivo e estratégia coletiva, a imprensa não. De um lado, o cercadinho de Bolsonaro representava limites distantes entre a imprensa e o Alvorada; por outro lado, a imprensa inserida pode se tornar tão enraizada no sistema que perde o olhar crítico que só tem quem observa a distância.

#### 4.1. JORNALISMO POLÍTICO EM RORAIMA

O jornalismo político em Roraima é marcado pelo nascimento e pela morte de uma série de periódicos ligados a figuras da política local, desde muito antes da implantação do Estado, o que demonstra a ligação com a perspicácia da utilização dos meios de comunicação para manipulação da opinião pública. Essa afirmação tem como base os estudos dos jornalistas e pesquisadores Luiz Munaro e Cyneida Correa (2019) sobre os primeiros periódicos impressos em Roraima.

O levantamento parte do ano de 1914, quando a primeira máquina tipográfica na então Freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco, hoje a cidade de Boa Vista, possibilitou a distribuição de 50 exemplares, quinzenalmente, de *O Caniço*, por dois anos. Munaro e Correa destacam que o jornal trabalhava a exaltação da autoridade máxima na época, o Coronel Bento Brasil. “O município desde que teve a felicidade de ter como o chefe o Sr. Cel. Bento Brasil vai tomando proporções animadoras. Tendo os impostos pagos aqui, já se percebe a circulação de dinheiro e todos os empregados públicos satisfeitos!” (O CANIÇO apud MUNARO; CORREA, 2019, sem paginação).

Os autores afirmam que a partir do crescimento econômico da vila, proporcionado pela exportação de gado para a cidade de Manaus, na década de 1910, houve a consolidação do jornalismo local com a aparição dos jornais impressos *O Rio Branco* e o *Jornal do Rio Branco*, que imprimiam o papel ambíguo político-religioso, já que os poderes dominantes na época eram

divididos entre a igreja, na busca da catequização e civilização dos indígenas, e dos militares a serviço da defesa do território.

Já no período getulista, em 1947, foi criado pelo governo do então Território Federal do Rio Branco, o jornal *O Boa Vista*. O objetivo, segundo Munaro e Correa (2019), era divulgar de forma positiva as ações de governo. Com periodicidade falha, o jornal foi aos poucos desaparecendo de circulação, até 1973, quando ressurgiu como *Boa Vista*. Os autores narram que a edição não agradou o governador Coronel Hélio Campos, que mandou queimar todos os exemplares. No ano seguinte, sob o comando de Laucides Oliveira, o jornal ganha nova roupagem e segue até 1983. “Com imenso poder político, o governador matinha os instrumentos simbólicos de poder sob sua interferência direta, podendo mesmo queimar exemplares que lhe pareciam desfavoráveis” (MUNARO; CORREA, 2019, sem paginação).

Importante destacar que em 1951 surge o *O Átomo*, que pertencia ao tenente José Estevam Guimarães. Segundo os autores, mesmo sem admitir, o jornal fazia oposição ao governo do território, com críticas a figuras importantes da política nacional e local, como o então deputado federal Félix Valois de Araújo, mesmo assim era o mais vendido na época. Munaro e Correa (2019) falam de relatos de que, quando a edição continha algo que desagradava os governantes, os exemplares eram recolhidos, até que em 1957 foi vendido para os militares e deixou de circular dois anos após. Durante os seis anos em que *O Átomo* circulou, outros dois periódicos nasceram para confrontá-lo, *O Tenente Guimarães*, de propriedade de José Estevão Guimarães, editado em Manaus até 1954, e *O Combate*, jornal mensal de propriedade de Afonso Rezende, que começou a circular em 1953.

De 1960 a 1962, o *A Tarde*, jornal amazonense, era ligado ao ex-deputado federal pelo Território do Rio Branco Gilberto Mestrinho, cassado no golpe militar de 1964. Já em 1967, surge *A Tribuna do Norte*, ligado ao governador Hélio Campos. O periódico teve vida até 1970. De acordo com os autores, existe um período sem registros de circulação de jornais em Roraima, que pode ser explicado pelas dificuldades impostas pelo regime ditatorial e o baixo índice de alfabetizados na região.

Em comparação aos anteriores, *O Boa Vista* teve vida longa, foram dez anos a partir de 1973. A explicação é que o jornal servia de “porta-voz” da ideologia transmitida pelo governo federal de “Desenvolvimento, Integração e Segurança” (MUNARO; CORREA, 2019). Até a década de 1980, persistiram surgimentos de periódicos de curta duração. Os autores citam a professora Jupira Joaquim ao comentar o período, “os jornais eram ligados aos políticos, era comum o aparecimento deles na época de eleições, como também o seu desaparecimento

quando terminava o processo eleitoral, principalmente se o dono do jornal não fosse eleito ou reeleito” (JOAQUIM, 2003, p. 138 *apud* MUNARO; CORREA, 2019, sem paginação).

Ainda em 1978, de propriedade do advogado Silvio Sebastião de Castro Leito, nasce o jornal de oposição ao governo *O Observador*. No mesmo ano, seu dono se lança na política e é eleito, em 1985, prefeito de Boa Vista, sendo assassinado dois anos depois, em 1987. O jornal foi duramente combatido pelo então governador nomeado Ottomar de Sousa Pinto (1978-1983). A violência também marcou a história de *A Folha de Roraima*. Surgido em 1980, fazia forte oposição ao governo e, segundo relatos colhidos por Munaro e Correa (2019), os exemplares logo se esgotavam nas bancas porque funcionários do Governo compravam em grandes quantidades para que os jornais não circulassem entre a população. “Em 1982, cessou abruptamente sua edição após o assassinato de João Batista de Melo Alencar, o jornalista proprietário e responsável pelo jornal” (MUNARO; CORREA, 2019, sem paginação).

Entre 1980 e 1990, foram vários os jornais impressos de vida curta. Os destaques ficam por conta do jornal *A Gazeta de Roraima*, que vivenciou o período de transição de Território para Estado e as novas possibilidades ofertadas pela redemocratização do país. Foi dela um grande feito da época, a conquista em 1991 do prêmio Esso de Jornalismo Regional Norte pela reportagem de Kátia Brasil, intitulada *Bandeira brasileira hasteada na fronteira* (MUNARO; CORREA, 2019), inédito na história dos semanários. O segundo destaque é o nascimento, em 21 de outubro de 1983, do jornal *Folha de Boa Vista*, de iniciativa de um grupo de jornalistas independentes, mas que em 1998 foi adquirido pelo ex-governador do Território Getúlio Cruz. O periódico existe até hoje, no entanto, apenas em formato digital.

É claro que o jornalismo político feito em Roraima atualmente abrange muito mais meios de comunicação que os impressos, que por sinal já nem existem mais nesse formato. Veículos tradicionais de rádio e TV, como a Rádio Roraima e TV Roraima, mantêm grande importância na cobertura dos fatos políticos, alguns deles com programas exclusivamente dedicados à editoria. A internet com seus blogs e sites, além das redes sociais com perfis de noticiário político, também acumula potencial relevância na construção da opinião pública, inclusive com iniciativas de jornalismo alternativo e independente. Entretanto, como o olhar desta pesquisa mais adiante mira em, especificamente, dois veículos de *web*, vale aqui a contextualização política de cada um deles.

#### 4.1.1. **FOLHABV**

As características do webjornal *FOLHABV* serão analisadas mais adiante, mas é preciso um espaço para o contexto histórico-político de sua fundação, há quase 40 anos, por dois motivos principais: o primeiro, por se tratar de parte do objeto de estudo desta pesquisa, e segundo, por ser o de maior visibilidade, fruto da sua longevidade. Para tanto, utilizo do artigo publicado pelos professores Paulo Sérgio Rodrigues da Silva e Jaci Guilherme Vieira que, em 2010, avalia a influência das posições políticas e ideológicas do jornal *Folha de Boa Vista*, na opinião pública roraimense sobre questões indigenistas, com foco nas publicações ligadas à demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol.

O *Jornal Folha de Boa Vista* nasceu em 1983 idealizado pelos jornalistas Fernando Estrela, Cosete Spíndola, Sônia Tarcitano e Cícero Cruz Pessoa. Em princípio, de circulação semanal e impresso em Manaus. Os jornalistas enfrentavam grandes obstáculos logísticos e financeiros, o principal veio depois de um empréstimo para modernizar o setor gráfico e, assim, tornar o jornal diário. Foram apenas quatro meses no formato diário quando os cortes começaram a ser feitos e alguns dos sócios venderam suas quotas para Eloy Kimak. Mais tarde, um novo desgaste financeiro provoca a venda definitiva para o atual proprietário, Getúlio Cruz (DA SILVA; VIEIRA, 2010).

Em 1998, quando Getúlio Cruz saiu do Governo do Estado, o jornal *Folha de Boa Vista* atravessava mais uma crise financeira. Esta crise provocou a rendição dos sócios à proposta de compra por parte do então ex-governador. Getúlio impôs um novo estilo ao jornal, que voltou a circular três vezes por semana, dispensando parte dos funcionários. Mesmo assim, as dificuldades financeiras permaneceram, pois, além de tudo, ainda concorria com o jornal *O Estado de Roraima*, do Governador então empossado Romero Jucá (DA SILVA & VIEIRA, 2010, p. 147).

Segundo os pesquisadores, o *Jornal Folha de Boa Vista* foi o primeiro do Estado a incrementar, além de uma gestão familiar, características empresariais à administração e aos poucos foi aumentando as tiragens que, com regularidade, eram distribuídas de segunda a sábado. Em 1999, passou a ter uma página on-line e, em meados de 2006, contava com equipe exclusiva para o formato *web*. Em 2010, o jornal chegou a ter uma tiragem diária de 12 mil exemplares que circulavam nos 15 municípios, tornando-se o jornal de maior alcance do Estado.

Os pesquisadores buscam identificar a linha editorial do jornal por meio de entrevistas concedidas por seu próprio fundador a pesquisadores (PIMENTEL, 1996; SOARES, 1998; MORAES, 2002) da história política regional. Em uma delas, Cruz afirma com clareza a falta de isenção política de seu periódico.

Temos uma linha clara de defesa de interesse regional e aí interesses econômicos, políticos e sociais (...) nós temos uma linha editorial nítida no sentido de fazer a sociedade de Roraima entender que o nosso Poder Judiciário tem uma vinculação política terrível. Nossas instituições não trabalham com vistas aos interesses coletivos,

mas atendem a interesses de grupos políticos. E na medida do possível, buscamos pelos menos, não diria na isenção política, porque nós não temos, mas a gente tem no mínimo, por exemplo: quando se acusa alguém, damos o direito de defesa (DA SILVA & VIEIRA, 2010. p. 151 *apud* SOARES, 1998, p. 57).

É provável que a longevidade do jornal esteja ligada muito mais a questões administrativas ou ainda à instabilidade de uma concorrência direta, do que à busca do leitor por uma linha editorial isenta, visto que mesmo à frente da direção do jornal, Getúlio tentou retornar ao protagonismo político. Morais (2004) lembra que, em 1998, Getúlio Cruz, filiado ao PSDB<sup>13</sup>, foi candidato ao cargo de senador da República, apoiado pelo grupo do ex-senador Romero Jucá, e, em 2002, candidatou-se novamente a uma vaga no Senado, dessa vez filiado ao PT<sup>14</sup>. “Esses cruzamentos reforçam a estreita vinculação entre os meios de comunicação e o campo político roraimenses. [...] Mesmo sem êxito, a família Cruz mantém importante presença no cenário político local (MORAIS, 2004, p. 91). Em 2006, de volta ao PSDB e apoiado pelo governador Ottomar Pinto, fez sua última tentativa, uma vaga ao cargo de deputado federal, e não foi eleito, mas em uma virada súbita de posicionamento deixou o partido e assumiu a gestão da Secretaria Municipal de Planejamento, indicado pelo grupo opositor a Pinto.

A pesquisa da professora Vangela Morais (2004) avalia as publicações de dois periódicos no ano de 1998 a respeito da cobertura dos incêndios em Roraima. Morais avalia matérias, charges e notas dos jornais *Folha de Boa Vista* e *Brasil Norte*, de posicionamentos políticos antagônicos, e conclui: “A síntese das especificidades atribui como grande constrangimento ao exercício do jornalismo a proximidade da imprensa com as forças político-partidárias” (MORAIS, 2004, p. 100).

De volta à pesquisa de Da Silva e Vieira (2010), a conclusão é que “o jornal nunca esteve a serviço da sociedade” (DA SILVA; VIEIRA, 2010. p. 156) na questão da homologação da área indígena Raposa Serra do Sol, e referencia uma série de notas escritas por Cruz na coluna de opinião do jornal, a Parabólica, em que deixa claro seu posicionamento pró-agronegócio. “O Jornal Folha de Boa Vista, ideologicamente, foi importante na formação da opinião pública, pois na maioria dos seus espaços [...] a questão indígena sempre foi vista como movimento contrário ao desenvolvimento econômico de Roraima” (DA SILVA; VIEIRA, 2010, p. 157).

---

<sup>13</sup> PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

<sup>14</sup> PT – Partido dos Trabalhadores

#### 4.1.2. RORAIMA EM TEMPO

Tão relevante no jornalismo político roraimense, o *Folha de Boa Vista* estava sem concorrência direta quando o jornal *Roraima em Tempo* passou a circular, em 24 de março de 2015. Com uma diagramação moderna, impressão colorida e equipe de jornalismo e administrativa robusta, o periódico prometia conquistar o mercado dominado pela família Cruz. Em seu editorial de inauguração, descreve-se como “um jornal diário, moderno e dinâmico, que nasce com a missão de, além de promover o engrandecimento do estado, levar aos roraimenses uma visão profunda dos fatos”.

O jornal faz parte de um conglomerado que já inclui canais de TV e rádio, que pertence à família Jucá. De acordo com o portal de notícias *Repórter Brasil* ([reporterbrasil.org.br](http://reporterbrasil.org.br)), em uma reportagem que trata do interesse do ex-senador Romero Jucá na liberação da exploração de minérios em áreas indígenas, é prática do político colocar suas empresas nos nomes da esposa e filhos.

A TV Imperial, afiliada da Rede Record, tem como sócio o enteado, André Felipe de Brito Pereira Costa. A emissora Buritis Comunicações, afiliada da TV Bandeirantes, é registrada em nome de Rosilene e do filho Rodrigo Menezes de Holanda Jucá, que por sua vez tem outras empresas em seu nome. Uma delas é a agência de publicidade Uyrapuru Comunicações, em que Rodrigo Jucá aparece como sócio da Societat Participações, a única empresa do grupo que fica em São Paulo. A Societat, que presta serviços de informação, também tem como sócia a filha Marina de Holanda Menezes Jucá Marques. É também no nome de Marina e da mulher Rosilene que constam a sociedade da Rádio Equatorial e a Editora Online, responsável pelo *site* Roraima em Tempo (NUNOMURA, 2021, sem paginação).

O nascimento do jornal, no início de 2015, coincide com ampla derrota do grupo político de Jucá nas eleições ocorridas em outubro de 2014, quando Rodrigo Jucá foi candidato a vice-governador na chapa do então governador Chico Rodrigues. A chapa foi derrotada por Suely Campos, ex-vice prefeita de Boa Vista e ex-deputada federal que assumiu a candidatura no lugar do marido, o ex-governador Neudo Campos, impossibilitado pela Justiça Eleitoral de concorrer ao pleito. Acrescenta-se à conta a vitória de Telmário Mota a uma cadeira no Senado, com um discurso de ataque ao então senador Jucá. O candidato apoiado pelo grupo ao Senado era o ex-governador José de Anchieta Júnior, que teve apenas a terceira colocação, ficando atrás ainda do ex-deputado federal Luciano Castro.

Não há qualquer informação sobre os administradores do periódico no Portal, apenas canais de contato direto para denúncias, mas por meio de relatos de funcionários e ex-funcionários, coletados pela pesquisadora, a administração do jornal é feita pela esposa do ex-senador, conhecida por Rosi. Diante da falta de conteúdo sobre a história do jornal, a

pesquisadora encaminhou um questionário a dois ex-funcionários da redação, apenas um deles respondeu na condição de anonimato.

Segundo o ex-funcionário, em meados de 2015, a equipe de redação ganha reforço com a contratação de repórter dedicado à versão on-line e, em 2017, a redação contava com um editor-chefe, dois editores assistentes, um chefe de redação, seis repórteres, dois diagramadores, dois motoristas e um fotógrafo. Sobre a linha editorial do jornal, o ex-funcionário conta que ficava claro já no ato da contratação “a oposição que ele (o jornal) fazia ao governo de Roraima”. Nesse período, foi criado o perfil do jornal no *Facebook*, e todas as reportagens e charges postadas no portal ganhavam também um *post* na rede social com link direto para a matéria.

Com o tempo, o jornal foi perdendo fôlego e parte da equipe dispensada. Além disso, os custos para imprimir e distribuir as edições diárias determinaram o fim da versão impressa, que passou a ser diagramada diariamente e postada no site. Em 2019, o caderno digital deixou de existir completamente, restando apenas o Portal, que era abastecido a cada hora, a partir das 7 da manhã, com uma equipe formada por um editor e dois repórteres pela manhã, um editor e outro repórter à tarde e, no turno da noite, outro editor e repórter. Hoje, essa equipe está reduzida a quatro pessoas.

O grupo político encabeçado pelo ex-senador Jucá controla a Prefeitura de Boa Vista. Sua ex-esposa, Teresa Surita, esteve no comando do Poder Executivo municipal por cinco mandatos, e em 2019 elegeu seu então vice-prefeito, Arthur Henrique, sucessor ao posto. E é da Prefeitura de Boa Vista o principal anúncio na *home* do Portal, além dele apenas o *banner* de uma dentista.

#### 4.2. NARRATIVAS, NARRAÇÃO E DESCRIÇÃO

Ao perceber abordagens políticas opostas nos dois veículos que serão analisados nesta pesquisa, *FOLHABV* e *Roraima em Tempo*, foi preciso contextualizar conceitualmente as narrativas jornalísticas e suas derivações. Muito das relações de poder, que perpassam pelo texto jornalístico que envolve a temática política, tem a ver com a narrativa utilizada por seu autor. Faz parte do jogo com as fontes a forma como a informação será repassada. Mas, antes de pensar na análise sobre as narrativas jornalísticas, vale distinguir o que, ao primeiro olhar, podem parecer palavras de significações semelhantes: narrativas, narração e descrição.

Iniciemos pelas duas últimas. Narração é o relato de eventos que configuram o decorrer de uma ação cronológica que estimula a imaginação. A descrição, por outro lado, é o

procedimento representativo de um momento único, estático no tempo, que procura criar o efeito de real pelo excesso de informações (MOTTA, 2004). Em outras palavras, “a narração continuaria sendo a via de acesso quase exclusiva à “realidade viva”, ao passo que a descrição produziria a petrificação da vida num quadro imóvel, implicando necessariamente a derrocada da busca pelo sentido” (DIAS, 2008, sem paginação).

Em um texto jornalístico é praticamente impossível encontrar uma linguagem puramente descritiva ou exclusivamente narrativa, mas, em uma balança entre os dois, o jornalismo tende para a descrição mais que para a narração. De uma forma ou de outra, o jornalismo diário oferece textos híbridos na medida em que encontramos em ambos características típicas do gênero jornalístico: formato direto e preciso que cria o efeito de real<sup>15</sup> mais que estimula o imaginário (MOTTA, 2004).

Para exemplificar, a matéria do webjornal *FOLHABV*, de 30 de maio de 2020, inicia com a “boa nova” de que 25 respiradores mecânicos para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI-Covid-19) e 25 respiradores mecânicos portáteis seriam recebidos no dia seguinte pela Sesau. O texto segue dizendo que a afirmação foi da autoridade máxima da secretaria e descreve que além dos equipamentos, novos medicamentos seriam entregues. Em um momento crítico da pandemia da Covid-19, e de baixa credibilidade por parte das autoridades de saúde, o que será mais tarde explicado em detalhes, o jornalista busca em seu texto dar esperanças à população desde o título, *50 respiradores mecânicos devem chegar neste domingo*. Como se as preocupações a partir do domingo pudessem ser diminuídas ou sanadas. A narrativa descritiva e provocadora de sentimentos está também na legenda da foto aérea da Área de Proteção e Cuidados (APC) da Operação Acolhida<sup>16</sup>, onde se vê o abrigo de imigrantes venezuelanos e onde ficaria a Unidade de Saúde, que diz “*Tão logo seja todo equipado, secretário acredita que Hospital de Campanha entrará em funcionamento o mais rápido possível*”.

#### 4.3. NARRATIVAS COMO GÊNERO E NARRATIVAS JORNALÍSTICAS

As espécies do gênero "narrativo" na literatura são variadas: epopeias, fábulas, mitos, contos de fada, romance, memoriais e assim por diante. As formas dos textos narrativos parecem ser inumeráveis, no entanto, existem entre elas algumas características em comum. Ao comunicar algo sobre um evento da vida, uma situação complicada, uma intenção, um sonho,

---

<sup>15</sup> “O conceito de efeito de real, originário da ideia de efeito de sentido, como proposto pela semiótica, diz respeito aos objetivos do texto em representar a realidade”. (DALMONTE, 2009, p.03)

<sup>16</sup> Descrição do portal da Casa Civil do Governo Federal: *Para garantir o atendimento humanitário aos refugiados e migrantes venezuelanos em Roraima, principal porta de entrada da Venezuela no Brasil, o governo federal criou, em 2018, a Operação Acolhida*

uma doença, a comunicação geralmente assume a forma narrativa, ou seja, apresenta-se uma história contada de acordo com certas convenções. Em sentido geral, a narrativa é o conjunto de estruturas linguísticas e psicológicas transmitidas cultural e historicamente, delimitadas pela combinação de técnicas sociocomunicativas e habilidades linguísticas (BROCKMEIER, 2003).

De acordo com Albuquerque (2000), para Walter Benjamin, um dos primeiros autores a relacionar os temas “jornalismo” e “narrativa”, a narrativa perdia espaço para a difusão da informação, provocada pelo capitalismo em 1936. Opinião por muitos já contestada. Albuquerque explica que a narrativa não se restringe ao “domínio da ficção e dos mitos, mas abrange também relatos sobre eventos reais” (ALBUQUERQUE, 2000). O autor utiliza Hayden White para afirmar que o recurso à narrativa “não apenas é uma característica inerente à historiografia; é uma condição *sine qua non* da sua existência”, e finaliza questionando: “Se a narrativa desempenha um papel fundamental na interpretação historiográfica, o mesmo não poderia acontecer com a interpretação jornalística?” (ALBUQUERQUE, 2000).

A partir da mercantilização da notícia e da profissionalização da atividade jornalística, o exercício de escrever em jornais passou a ter regras e formatos com a ideia principal focada na objetividade e na isenção de valores, causadora de um suposto distanciamento necessário do repórter com a notícia. “Neste contexto as declarações de um jornalista sobre o mundo só poderiam merecer crédito na medida em que fossem submetidas a regras estabelecidas, julgadas legítimas por uma comunidade profissional” (SCHUDSON, 1978, *apud* ALBUQUERQUE, 2000, p. 05).

Segundo Albuquerque, na prática, a objetividade na linguagem jornalística implica a utilização de determinados recursos narrativos como: “o uso da perspectiva em terceira pessoa, a estrutura de pirâmide invertida das notícias, a separação das *hard news* da opinião e das notícias de interesse humano, o texto pouco adjetivado” (ALBUQUERQUE, 2000, p. 05). O autor questiona a estrutura do popular *lead*, técnica que responde às principais questões (quem, o quê, quando, onde, como e por que) de uma informação no início do texto, já que responder ao ‘como’ e ao ‘por que’, necessita obrigatoriamente de explicações que podem ir muito além dos primeiros parágrafos.

Para o autor, o *lead* e a pirâmide invertida (organiza as informações sob grau de importância, da maior para menor), não deixa espaço para o suspense, que prende o leitor e restringe a formulação de textos mais envolventes, o que não cabe em editoriais como de política e economia. “Neste caso, o mistério é intolerável e a explicação, uma exigência fundamental do jornalismo” (ALBUQUERQUE, 2000, p. 04).

As notícias particulares dizem respeito às transformações, aos eventos que irrompem no mundo, mas tomadas como um todo, elas alimentam narrativas mais abrangentes, que fornecem explicações mais aprofundadas acerca da realidade e seu significado. Decorre daí que a narrativa jornalística não pode ser tomada como um mero produto individual dos jornalistas, mas deve ser entendida como uma habilidade coletiva, que perpassa o conjunto dos profissionais jornalistas. (ALBUQUERQUE, 2000, p. 04).

Na busca de compreender a narrativa no contexto jornalístico e dispor quase que de um passo a passo sobre como fazer isso, um dos autores expoentes no Brasil sobre o assunto é Luiz Gonzaga Motta, que em 2005 publica o artigo *A análise pragmática da narrativa jornalística*. Ele, em princípio, recorre à narratologia, teoria que explora “os métodos e os procedimentos empregados na análise das narrativas humanas” (MOTTA, 2005, p. 02). Segundo ele, essa ciência procura entender de que forma os sujeitos constroem os seus significados através da narrativa da realidade. No jornalismo, essa narrativa é consequência de uma série de recursos escolhidos para realizar e alcançar um objetivo, o que ele chama de “estratégia textual”.

Quem narra tem algum propósito ao narrar, nenhuma narrativa é ingênua. A análise deve, portanto, compreender as estratégias e intenções textuais do narrador, por um lado, e o reconhecimento (ou não) das marcas do texto e as interpretações criativas do receptor, por outro lado. (MOTTA, 2005, p. 03).

Nesse ponto, o autor enfatiza a importância da compreensão por parte do receptor. Para ele, a narrativa é um “permanente jogo entre as intenções do jornalista e as interpretações do receptor” (MOTTA, 2005, p. 09). Para prender o leitor/ouvinte/telespectador, Motta (2005) distingue as narrativas midiáticas em fáticas (notícias, reportagens, documentários, etc.) e fictícias (novelas, filmes, histórias em quadrinhos, etc.), enfatizando que as mídias podem se utilizar de ambos os formatos em busca de causar o efeito do real e do emocional na mesma história.

Segundo Motta (2005), para analisar as narrativas jornalísticas deve-se considerar fenômenos como: a) acontecimento jornalístico, b) identificação dos conflitos, c) construção das personagens, d) estratégias comunicativas, e) relação comunicativa e f) significados de fundo moral.

- a) O autor parte da premissa de que a notícia jornalística não é como uma história literária com início, meio e fim. Para analisar os acontecimentos jornalísticos é preciso considerar que as notícias diárias são fragmentos, muitas vezes, descontinuadas, que dificilmente contam uma história completa. Por isso, é preciso observar a recorrência de temas, circunstâncias, personagens e cenários, para elaboração de uma linha do tempo e de acontecimentos. Dessa forma, é possível identificar o fundo moral e das estratégias utilizadas em cada caso.

- b) Outro ponto a ser estimado é que no jornalismo o que rende notícia é o conflito, que provoca certo desequilíbrio, como uma manifestação, uma transgressão, um crime, um fenômeno da natureza ou social. A identificação do conflito permite enxergar a ‘funcionalidade dos episódios do enredo’, se estão no clímax ou no desfecho, por exemplo, já que é comum na linguagem jornalística iniciar pelo fator de maior relevância e, para situar o leitor, o jornalista utiliza recursos adicionais como boxes com informações repassadas anteriormente ou até gráficos ilustrativos. “É a expectativa em torno do desenlace das histórias que mantém as notícias nos jornais ou telejornais” (MOTTA, 2005. p. 05).
- c) A partir dos conflitos, nascem as personagens que no jornalismo, muitas vezes, se transformam nos eixos de ligação da história com a realidade, mesmo sendo eles anônimos ou já conhecidos do grande público. É no texto jornalístico que a personagem ganha significações de mocinhos ou bandidos, heróis ou vilões, visto que o público só a conhece a partir da descrição textual.
- d) É preciso lembrar que o discurso objetivo da narração jornalística, mesmo se utilizando de elementos como as personagens, se caracteriza pelo distanciamento do narrador. De acordo com Motta (2005), o jornalista busca recursos para apagar sua mediação “como se a verdade estivesse ‘lá fora’ ” (MOTTA, 2005, p.08), e conclui que o jornalismo é uma linguagem argumentativa, utilizando efeitos de realidade e de sentido/emoções.
- e) Ao analisar a relação comunicativa, Motta (2005) explica que é na interpretação do leitor que a narrativa ganha consistência, pois é a partir das notícias fragmentadas do jornal que este leitor reconhece fragmentos da sua própria vivência. É como se o público se identificasse com o “estilo” de texto, em uma coprodução, é o que o autor chama de “contrato cognitivo”.
- f) Por fim, o analista da narrativa jornalística deve buscar o fundo moral de cada história. O autor deixa claro que “os jornalistas só destacam certos fatos da realidade como notícia porque (...) transgridem alguma lei ou consenso cultural (...) nenhuma notícia está nos jornais sem que haja uma razão ética ou moral” (MOTTA, 2005, p. 14), que pode ser evidente ou aparecer gradualmente ao longo do texto.

Na mesma linha de pensamento de Motta, Dalmonte (2009) considera que a legitimidade do jornalismo está ligada diretamente à capacidade de assegurar no receptor o chamado “efeito de real”, e para isso, o discurso jornalístico é dotado de uma série de estratégias

que estreitam os laços entre o narrado e fato reportado. O autor cita dentre essas estratégias, o uso da fotografia que ilustra, com cores e formatos, o texto. “O uso da fotografia despontou como importante ferramenta para a construção de efeitos de sentido de real, o que é conseguido pela plasticidade fotográfica e seu caráter de testemunho imagético” (DALMONTE, 2009, p. 04). O autor afirma que, com as novas tecnologias a serviço do imediato, a noção de presente reflete “desejo de ausência de um lapso de tempo entre a ocorrência de um fato, sua coleta, transmissão e recepção” (DALMONTE, 2008, p. 44).

Sob esse olhar, as narrativas da televisão e da web despontam com ampla vantagem, já que se utilizam de múltiplos recursos. O telejornalismo ao vivo, que convoca seu repórter direto do local onde acontece ou vai acontecer algo, provoca a simulação de trechos de uma realidade. O *webjornalismo*, por usar de ainda mais recursos em um só ambiente, como bases de dados, áudio e vídeo, possibilita uma evolução na estruturação da narrativa e, portanto, na forma de conquistar audiência. “A ideia de despertar no leitor desejo e necessidade de retornar ao veículo de comunicação, para acompanhar o desdobramento dos fatos, é fundamental para a consolidação da narrativa diária do jornalismo” (DALMONTE, 2009, p. 08).

#### 4.4. VALOR-NOTÍCIA

Definir conceitualmente o que deve ser notícia jornalística não é tarefa fácil, mesmo vários autores (WOLF, 1985, 2001; FRANCISCATO, 2014; TRAQUINA, 2005, 2008) tendo dedicado estudos nessa linha, cair no geral “o que é importante para determinado público” ou “o que é bizarro” tende a ser comum. De forma objetiva, visto que não é o foco do debate proposto nesta pesquisa, o assunto será abordado sob a luz da obra basilar para o estudo da comunicação *Teorias do Jornalismo*, de Nelson Traquina (2005).

O autor parte de que cada veículo de comunicação possui critérios próprios de noticiabilidade, que seriam um conjunto de “valores-notícia” que indicam se o assunto ou acontecimento é merecedor de ser noticiado, e, se sim, qual o formato da notícia. “Mas os valores-notícia não são imutáveis [...] as definições do que é notícia [...] implicam um esboço de compreensão contemporânea dos significados dos acontecimentos como regra do comportamento humano e institucional” (TRAQUINA, 2005, p. 95).

Para pontuar esses critérios, Traquina (2005) se utiliza de Mauro Wolf que, a princípio, distinguiu o processo de escolha das notícias em dois momentos, o da seleção e o da elaboração da notícia. O primeiro, da seleção, está dividido em dois subgrupos: os critérios substantivos,

relacionados à avaliação de importância ou interesse como notícia; e os critérios contextuais, em que estão as decisões sobre o que deve ser realçado ou minimizado no material jornalístico.

Entre os critérios substantivos, Traquina (2005) pontua e explica onze premissas. A morte; para ele, “onde há morte, há jornalistas” (TRAQUINA, 2005, p. 79); a notoriedade, o que fazem ou dizem figuras públicas como políticos e celebridades com grande alcance popular estão sempre nos noticiários; a proximidade, seja geográfica ou cultural é fundamental para a seleção da notícia; a relevância, tem a ver com a importância de publicizar certo assunto, já que constitui interesse público; a novidade, segundo Traquina (2005), os jornalistas são atraídos por tudo que pode iniciar com a frase “pela primeira vez”; o tempo ganha importância de duas maneiras: para destacar a passagem do tempo de certo caso de grande relevância, como “os dez anos da tragédia da Boate Kiss”, ou quando uma data é criada para incitar um evento cultural ou um debate temático, como o Dia das Mães ou o Janeiro Branco; a notabilidade está associada a acontecimentos que causam estranheza, seja pela violência ou pela raridade, podem ser fatos como um acidente de trânsito envolvendo diversos veículos, as chuvas que causaram inundações, etc.; o inesperado, é aquele critério que pode mudar toda a rotina da redação, como o rompimento da barragem em Brumadinho; o conflito, seja ele verbal ou físico, provoca uma ruptura do casual, como o caso do ex-deputado federal Roberto Jefferson, que recebeu com tiros, em sua residência, policiais federais que foram prendê-lo; a infração é compreendida como transgressões de regras e aqui, genericamente, entram todos os tipos de crimes, o que vai variar é a proporção da cobertura jornalística; o escândalo; para o autor, esse critério está ligado à função assumida pelo jornalista de “cão-guarda” das instituições democráticas, caso do “escândalo dos respiradores”.

Sobre os critérios contextuais, Traquina (2005) descreve cinco, começando pela disponibilidade, afinal é impossível chegar a todos os acontecimentos. Nesse critério, a empresa midiática leva em consideração o custo do valor-notícia. O equilíbrio, que está ligado à quantidade que um determinado assunto é noticiado, uma notícia pode ser descartada porque o tema foi tratado há pouco tempo. A visualidade, segundo Traquina (2005), é determinante principalmente para a televisão, já que a matéria televisiva é fruto do casamento entre texto e imagem, mas esse critério é facilmente utilizado também nos veículos de impresso e web que se utilizam de fotografias e vídeos. A concorrência é aquele fator que move o jornalista pela notícia em primeira mão, ou por disponibilizar de alguma informação antes das empresas concorrentes, é a chamada busca pelo “furo”. Por fim, Traquina (2005) aponta o dia noticioso como determinante para o produto final. No jornalismo, todos os dias são diferentes uns dos outros. Há dias em que são tantos os acontecimentos, que notícias importantes deixam de entrar

no noticiário, e o contrário também acontece, quando notícias que, geralmente, são descartadas ganham destaque no jornal.

Na elaboração da notícia, ou seja, no momento da construção do texto, Traquina (2005) aponta os seguintes critérios: a simplificação, afinal o texto deve ser de fácil assimilação; a amplificação, recursos utilizados para chamar a atenção ou dramatizar uma história, como “O mundo se despediu de Pelé”; a relevância, quando o jornalista mostra a importância daquela informação para o leitor, como “o desmatamento da Amazônia neste mês foi equivalente a 10 campos de futebol”; a personificação trata-se da humanização da história, é mostrar o que aquela informação tem feito na vida da personagem e, assim, provocar comoção; a dramatização faz parte do texto jornalístico; segundo o autor, toda notícia tem certo sensacionalismo; a consonância é quando o texto aponta uma novidade dentro de um cenário já conhecido pelo receptor, como “o campeonato de xadrez encerrou, mas dessa vez a campeã foi uma mulher”.

Tabela 1 – Valores-notícia segundo Traquina

| SELEÇÃO      |                 | CONSTRUÇÃO     |
|--------------|-----------------|----------------|
| SUBSTANTIVOS | CONTEXTUAIS     |                |
| Morte        | Disponibilidade | Simplificação  |
| Notoriedade  | Equilíbrio      | Ampliação      |
| Proximidade  | Visualidade     | Relevância     |
| Relevância   | Concorrência    | Personalização |
| Novidade     | Dia noticioso   | Dramatização   |
| Tempo        |                 |                |
| Notabilidade |                 |                |
| Inesperado   |                 |                |
| Conflito     |                 |                |
| Infração     |                 |                |
| Escândalo    |                 |                |

Fonte: Traquina, 2005.

O próprio autor chama atenção para a política editorial de cada empresa de comunicação e o perfil social dos veículos. Um exemplo são os meios de comunicação públicos, que possuem como missão a divulgação de informações de utilidade e interesse coletivo, além de manter

aberto o canal para manifestação popular. Esse tipo de empresa tem características que não podem ser reféns de interesses pessoais, lógicas de mercado (como publicidades) e discursos individuais. O Núcleo de Rádio e TV Universitária (NRTU), da Universidade Federal de Roraima, por exemplo, gerencia dois canais públicos abertos, um de TV, outro de rádio. Nesses canais, muito mais importante (e prático, considerando as limitações orçamentárias e de pessoal comuns entre os veículos de comunicação pública) do que um acidente de trânsito ou pautas ligadas à editoria de polícia, são notícias vinculadas à rotina do Campus, como serviços disponibilizados por estudantes à comunidade. Entretanto, os acidentes de trânsito costumam ser tratados em material não factual, com dados que alertam para a atenção dos motoristas em certos pontos da cidade onde o tráfego de veículos tem sido cada vez mais intenso.

Na mesma direção, observam-se os valores-notícia das empresas ligadas a partidos e políticos. Se a notícia interessa ao grupo político que possui poder dentro do veículo, ela certamente terá destaque.

#### 4.4.1. De quem é a narrativa?

Se os valores-notícia são determinados também pelas empresas, a narrativa e o texto jornalístico pertencem a quem? A indagação vai além quando se pensa na cobertura jornalística política, em que a figura central (o político) pode acumular o papel de fonte. Dessa forma, é o interesse dele ou do jornalista na busca pela notícia que se apresenta?

Questionamentos como esses não estão em busca de respostas simplórias, e, sim, de debate e reflexão que perpassa obrigatoriamente pelos princípios éticos dos profissionais. Um pensador sobre o assunto no Brasil é o professor Franciso Karam. Para ele, o jornalista “não pode abrir mão dos princípios ético-deontológicos que o alicerçaram como um interrogador público contemporâneo, que se impõe um mandato sem fim a favor da representação controversa do espaço público normativo” (KARAM, 2009, p. 26).

Ao analisar o cenário das mídias no século XXI, o autor cita uma vertente de pensadores que acredita no fim do jornalismo profissional em detrimento das novas mídias cada vez mais feitas por não jornalistas, e descarta a possibilidade argumentando que a concorrência promove a diversificação de linguagens, possibilita novas fontes e interpretações. Além de obrigar o jornalismo tradicional a se adaptar, investir em qualificação profissional, técnica e ética.

Ainda segundo Karam, o cenário multimidiático é positivo ao ponto que,

crece a segmentação e o envolvimento político com os processos informativos sem a dependência de grandes anunciantes, corporações e acionistas. Desta forma, a busca

pela atualidade e seu contexto, a investigação dos processos sociais que geram fatos e versões, a precisão e a verdade poderiam se tornar mais visíveis, uma vez que se multiplicam os atores políticos produtores de conteúdos (KARAM, 2009, p. 19).

O ponto de vista otimista do autor parte da conclusão de que os valores profissionais como a isenção, interesse público, respeito à privacidade, sigilo de fontes, precisão, busca pela verdade, rechaço do plágio, entre outros, sustentam a legitimidade e credibilidade do jornalista. Ao passo que, com cada vez mais formatos, “a potencialidade jornalística encontra, na segmentação informativa, no acesso tecnológico e na qualidade narrativa um espaço propício para atuar também como contrapoder radical” (KARAM, 2009, p. 25).

Ao analisar a narrativa do jornalismo político americano, Albuquerque (2000) afirma que embora seja apresentado e estudado como “modelo a ser seguido”, na prática, no Brasil, a tendência é pelo jornalismo político-partidário, semelhante ao que ocorre em outros países latino-americanos. Segundo ele, no país, o modelo “independente” é considerado ingenuidade e má-fé por parte de quem os defende.

As razões deste descompasso entre teoria e prática seriam várias: a inexistência de um mercado capaz de sustentar financeiramente as empresas jornalísticas, a dependência econômica em relação ao Estado, a ausência de movimentos culturais que amparassem o desejo de purificar o jornalismo da política partidária e o histórico de perseguição política a jornalistas críticos de regimes ditatoriais (ALBUQUERQUE, 2000, p. 76).

O exercício do jornalismo nada mais é do que o resultado de relacionamentos humanos, portanto, passível de falhas. Ao profissional cabe a cautela sempre. Para resultar na fundamental credibilidade diante do leitor, resta a apuração minuciosa, a precaução com as fontes a ponto de manter a confiabilidade, e a clareza quanto à linha editorial do veículo. Do outro lado, é importante pensar em uma educação capaz de contribuir para a compreensão das mensagens jornalísticas, com foco na interpretação de textos noticiosos (Becker, 2012).

A professora Beatriz Becker acredita que diante de uma audiência com inúmeras possibilidades de acesso à informação (transmidialidade), de participação na construção da informação e ainda na convergência de linguagens, é preciso fortalecer no receptor o senso crítico, visto que, nesse cenário, o receptor assume também os papéis de produtores e emissores. Para a autora, mais que o sistema educacional escolar, as mídias têm direcionado as visões de mundo.

A educação para a mídia poderia ser assumida como uma forma de iniciação às práticas democráticas, um estímulo para o questionamento de valores dominantes, para o acesso ao saber e ao exercício da cidadania por meio de um domínio relativo das tecnologias de comunicação (BECKER, 2012, p. 236).

A reflexão vai muito além e não cabe a esta pesquisa, mas certamente o caminho para responder à questão sobre o pertencimento da narrativa jornalística perpassa por uma análise sob a ética profissional e a relação emissor-receptor.

## 5. METODOLOGIA E ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DOS PORTAIS *FOLHABV E RORAIMA EM TEMPO*

### 5.1. A ANÁLISE DE CONTEÚDO

Amplamente utilizada nas Ciências Sociais, historicamente, a análise de conteúdo tem se mostrado um método possível para as pesquisas envolvendo conteúdos jornalísticos enquanto objetos analíticos. De acordo com Silva (2017), em estudo recente na Universidade Federal de Santa Catarina, a metodologia aqui empregada é a segunda mais escolhida pelos pesquisadores em comunicação a cada 100 pesquisas<sup>17</sup>, pelo caráter flexível e híbrido quanto ao conteúdo quantitativo e qualitativo. Fonseca Júnior (2011) explica que a análise de conteúdo é um método das Ciências Humanas e Sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa. Um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante mutação, que vem sendo utilizado pelo menos desde o século XVIII, quando a corte sueca analisou uma coleção de 90 hinos religiosos anônimos, o chamado *Os cantos de Sião*, para saber se continham ideias perniciosas.

Para Herscovitz (2011), se uma parte da humanidade desaparecesse amanhã e só restassem materiais jornalísticos como jornais e revistas, seria possível interpretar a vida social de uma época por meio da análise de conteúdo. O método permite detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, direcionamentos e narrativas. Serve ainda para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas.

Para aplicação nesta pesquisa, foi utilizado por base o livro de Laurence Bardin, *Análise de Conteúdo*, edição de 2016. A autora descreve o método como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos” (BARDIN, 2016, p. 37).

#### 5.1.1. Contexto histórico

A partir do século XX, a escola de jornalismo da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, investe em estudos e análises quantitativas de jornais e, comparando periódicos, faz contagens para, por exemplo, medir o grau de sensacionalismo das publicações. Com as guerras

---

<sup>17</sup> Estudo realizado em 2009 que traça um panorama das metodologias adotadas em 100 dissertações do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (POSJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina.

mundiais, o foco se volta para a propaganda e, depois do fim da Segunda Guerra Mundial, 25% dos estudos que utilizavam o método tinham por objetivo investigações políticas. Bardin (2016) aponta Harold Lasswell como o pioneiro da análise de conteúdo voltada para imprensa e propaganda, em meados de 1915.

Entre as décadas de 1940 e 1950, predominam as exigências de rigor e de objetividade, impedindo ter outras possibilidades, como a abordagem qualitativa. O método é marcado, nessa fase inicial, pelo modelo de Bernard Berelson: “A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 2016, p. 24). O período posterior é marcado por uma decadência em seu uso, até ser “redescoberta” por pesquisadores de áreas como a psicologia, sociologia e ciências políticas, que passam a propor contribuições considerando critérios metodológicos e epistemológicos.

Na análise quantitativa, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomada em consideração (BARDIN, 2016, p. 26).

A partir de então, as velhas regras seguidas por vários anos passam a ser flexibilizadas ou descartadas. Os pesquisadores passam a adotar com menor rigor a objetividade e passam a aceitar “a combinação da compreensão clínica, com a contribuição estatística” (BARDIN, 2016, p. 27) e, dessa forma, a análise de conteúdo deixa de ter um alcance exclusivamente descritivo e torna-se um método de inferência. “Toma-se consciência de que, a partir dos resultados da análise, se pode regressar às causas, ou até descer aos efeitos das características das comunicações” (BARDIN, 2016, p. 27).

A autora destaca que, no período de 1960 a 1975, três fenômenos afetaram diretamente as práticas da análise de conteúdo. O primeiro deles vem com o advento do computador. Capaz de adaptar-se às rigorosas regras requeridas pela metodologia, as máquinas possibilitaram cálculos estatísticos antes impraticáveis e tratamentos com muitas variáveis e, assim, novas técnicas passaram a ser aplicadas a textos (2016, p. 30). Mesmo diante da tecnologia, a inferência típica do pesquisador permaneceu a suscitar estudos. O segundo fenômeno diz respeito ao interesse dos estudiosos pela comunicação não visual, o que a autora chama de “invasão” do campo científico por disciplinas como a semiologia e a linguística. O terceiro é a inviabilidade de precisão dos trabalhos linguísticos (BARDIN, 2016, p. 31).

### 5.1.2. Etapas de investigação segundo Bardin

“Não há um caminho definitivo a ser cumprido. O teórico e o empírico seguem sempre em tensão, na tentativa de certa unidade e coerência interna” (SILVA, 2017, p. 90), entretanto, Bardin aponta que os objetivos dos métodos de análise de conteúdo são “a superação da incerteza e o enriquecimento da leitura” (BARDIN, 2016, p. 35), polos que orientam a desconfiança do óbvio e a dedução simples causada pelas primeiras impressões. A autora acrescenta as duas funções da metodologia, que não comum, podem se complementar: a função heurística (acrescenta a atividade exploratória, dando maior probabilidade para a descoberta) e a de administração da prova (testar as hipóteses da pesquisa como questões ou afirmação temporária), e reforça que, no percurso da pesquisa, novos instrumentos podem ser “inventados” ao ponto de favorecer novas interpretações. “Não existe coisa pronta em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes, dificilmente transponíveis” (BARDIN, 2016, p. 36).

Dito isso, Bardin (2016) define *descrição analítica* apresentando as prováveis aplicações da análise de conteúdo como um método de categorias que permite a classificação dos componentes do significado da mensagem em espécie de gavetas. Segundo a autora, uma análise de conteúdo não deixa de ser uma análise de significados, ao contrário, ocupa-se de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação. Para isso, assinala três etapas no desenvolvimento: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A *pré-análise* é a fase de organização do trabalho, na qual o pesquisador possui três missões: a) escolher os documentos a serem analisados. Por meio da leitura flutuante deve-se estabelecer critérios para a escolha dos documentos, com regras como representatividade e pertinência; b) formular hipóteses e objetivos. A hipótese seria uma afirmação provisória, o que não é obrigatório a todas as pesquisas, diferente dos objetivos, que estabelecem a finalidade do trabalho; e c) a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final, ou seja, elementos dos textos a serem analisados como a menção repetitiva de um tema ou argumento.

Nesta pesquisa, o recorte da coleta das notícias compreende o período de 1º de maio de 2020, data das primeiras matérias sobre a compra dos respiradores, nos portais *FOLHABV* e *Roraima Em Tempo*, até 08 de julho do mesmo ano, um dia depois do arquivamento do pedido de impeachment do governador.

Na pré-análise, as reportagens dos dois periódicos serão catalogadas por data de postagem e separadas por categorias relacionadas às reações institucionais à denúncia, ou seja,

o que foi feito por órgãos de controle e fiscalização, e não institucionais, como sindicatos e organizações não governamentais. A partir desse primeiro levantamento, será possível organizar o material jornalístico produzido pelos dois veículos relativos ao “escândalo dos respiradores”, além de dividir o banco de dados pelo conteúdo ligado ao tipo de reação.

A *exploração do material* é a fase que constitui a administração das decisões tomadas anteriormente durante a pré-análise. Trata-se, portanto, da operacionalização de índices, indicadores, hipóteses, etc. Nessa fase, será desenvolvido um formulário com o objetivo de enumerar e classificar as características do material selecionado. O passo seguinte será a categorização. Em subtítulos, a pesquisa deverá abordar, por exemplo, os tipos de fontes utilizadas nas matérias jornalísticas e os recursos textuais utilizados na narrativa, além das reações dos órgãos de controle institucionais com indícios de *accountability*.

O *tratamento dos resultados obtidos e interpretação* são aqui trabalhados para se tornarem válidos. Podem ser utilizadas operações estatísticas, e por meio delas pode-se estabelecer quadros de resultados, diagramas. Com isso, o pesquisador pode fazer inferências e interpretações à luz das hipóteses e objetivos previamente estabelecidos. Espera-se ser possível inferir quali-quantitativamente sobre a *accountability* social e a função da imprensa roraimense nesse processo. Almeja-se ser possível apontar, inclusive, o perfil do roraimense ou como ele é retratado pela mídia, quando se trata do acompanhamento das aplicações de verbas públicas relacionadas à saúde e sua capacidade de mobilização e cobrança.

## 5.2. A PRÉ-ANÁLISE

Esta fase, a pré-análise, iniciou ainda na construção do pré-projeto de pesquisa, em 2020, quando *links* das matérias relacionadas ao “escândalo dos respiradores” começaram a ser separados ainda sem critérios claros estabelecidos. Nessa pré-seleção havia charges, notas de opinião, postagens em sites de redes sociais e seus comentários, por um período além do mês de julho de 2020 e de vários portais de notícias (*FOLHABV, Roraima em Tempo, G1 Roraima, Roraima1*). Entretanto, diante da grande quantidade de material já coletado, foi preciso delimitar o espaço temporal.

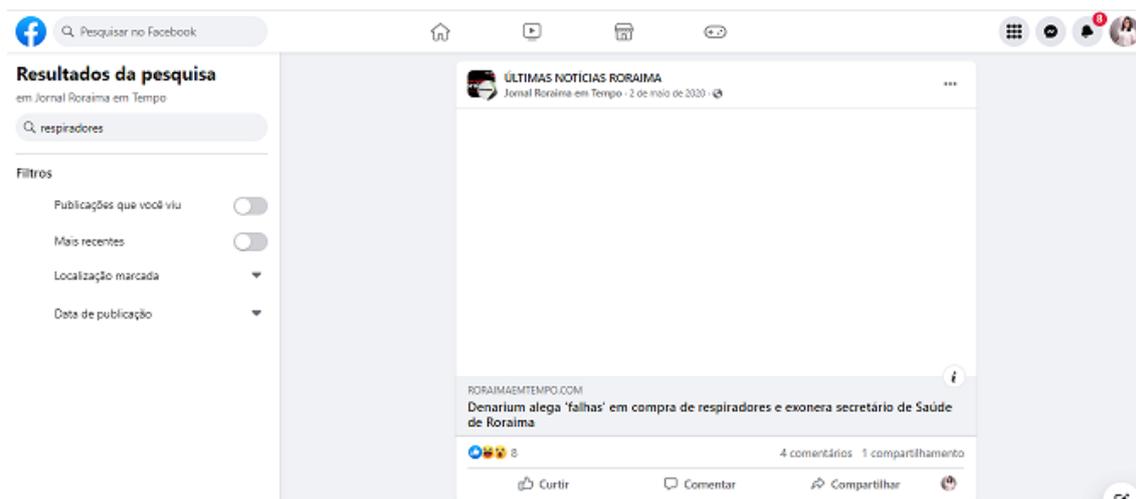
A data inicial, 1º de maio de 2020, justifica-se por ser o dia das primeiras publicações da denúncia de uma possível compra superfaturada de aparelhos respiradores, e a data final, 08 de julho de 2020 é o dia seguinte ao arquivamento do pedido de impeachment do governador Antonio Denarium, na Assembleia Legislativa de Roraima.

A decisão seguinte foi quanto à escolha dos veículos. A opção por portais de notícias se deu pela praticidade na busca e pela constatação do abastecimento constante de informações ligadas ao tema. Optou-se, então, pelo *Roraima em Tempo* e *FOLHABV*, por terem vieses políticos opostos e ofertarem grande quantidade de material com possibilidades de narrativas divergentes.

O terceiro filtro se deu na admissão do tipo de notícia. Para seguir um padrão, a opção foi apenas por matérias jornalísticas, com ou sem foto. Uma nova busca foi feita, não apenas nos buscadores dos portais, dessa vez também no *Google* para encontrar matérias com as palavras: respiradores, *impeachment*, Sesau, Marcelo Monteiro, afastamento, combinadas às palavras ‘pandemia e Roraima’. Nessa fase, foram descartadas as colunas de opinião, charges e publicações e comentários dos próprios portais em plataformas de redes sociais. Ao todo (incluindo os 99 dias pesquisados), foram separados 54 *links* de matérias postadas pelos dois portais, 25 da *FOLHABV* e 29 do *Roraima em Tempo*, a grande maioria publicadas no mês de maio de 2020, quando foram dezenove da *FOLHABV* e dezenove do *Roraima em Tempo*. Em princípio, um indicativo de que ambos estavam engajados nos mesmos fatos.

Em meados de 2021, porém, o *site* do *Roraima em Tempo* é renovado e todo o conteúdo postado anteriormente foi excluído. Por meio de um funcionário do jornal, alguns arquivos originais de textos em *Word* foram localizados e disponibilizados à pesquisa. Destes, apenas doze se encaixam nos critérios acima estabelecidos. As comprovações de que outras dezessete postagens com matérias referentes ao ‘escândalo dos respiradores’ foram feitas pelo *Roraima em Tempo*, foram obtidas por meio da rede social *Facebook* (Figura 1). À época, ambos os portais faziam postagens com *links* diretos para as matérias, porém, com a exclusão do conteúdo do *Roraima em Tempo*, o *link* direciona para a *homepage* atual.

Figura 1 – Exemplo de um *link* com matéria excluída do Portal *Roraima em Tempo* no *Facebook*



Fonte: *Facebook.com/roraimaemtempo*, 2023.

### 5.2.1. Cronologia

O material coletado por meio de *links* e *prints*<sup>18</sup> dos perfis no *Facebook* da *FOLHABV* e do *Roraima em Tempo* podem não ser úteis para análise dos textos (narrativas), até pela quantidade de material, entretanto possibilita, por meio dos títulos das matérias e das datas das postagens, a construção de uma cronologia dos fatos noticiados. Na tabela a seguir, foram incluídos 38 acontecimentos ligados à compra superfaturada dos respiradores e suas repercussões políticas, institucionais e sociais. Nem todos os fatos listados foram noticiados pelos dois veículos em forma de matéria jornalística, por isso o número é diferente dos 56 *links* e *prints* reunidos.

Tabela 2 – Cronologia dos acontecimentos noticiados

| Data     | Acontecimento noticiado   |
|----------|---|
| 01/05/20 | Imprensa* denuncia e repercute possível pagamento antecipado e superfaturado de 60 aparelhos respiradores |
| 01/05/20 | Governo nega compra antecipada e superfaturamento   |
| 01/05/20 | Autoridades (incluindo o vice-governador) e sociedade, por meio das redes sociais, cobram respostas       |
| 02/05/20 | Governador informa à <i>FolhaBV</i> que vai explicar a compra em coletiva                                 |

<sup>18</sup> Termo em inglês que significa *imprimir*, entretanto na linguagem da tecnologia da informação o termo é utilizado com o significado de captura da tela.

|          |  |
|----------|--|
| 02/05/20 | Governador admite a compra antecipada e exonera secretário da Sesau, no lugar nomeia interinamente o secretário de Justiça |
| 02/05/20 | Comissão** de deputados pede informações sobre compra  |
| 04/05/20 | Deputados visitam a Sesau e fazem cópias de documentos relativos às compras emergenciais                                   |
| 04/05/20 | TCE-RR fiscaliza possíveis irregularidades em processos da Sesau   |
| 04/05/20 | Deputados da CPI*** da Saúde dizem que vão convocar o governador para esclarecimentos                                      |
| 05/05/20 | Justiça bloqueia R\$ 6,4 milhões das contas do governo   |
| 05/05/20 | Três**** deputados protocolam pedido de impeachment do governador  |
| 06/05/20 | Parlamentares dizem que contratos emergenciais da Saúde somam R\$ 78 milhões   |
| 07/05/20 | MPC representa contra a Sesau na Justiça e pede bloqueio de contas   |
| 09/05/20 | Governo designa controladores para analisar processos de compras da Sesau  |
| 11/05/20 | Governo recebeu proposta de R\$5,1 milhões por 80 respiradores e recusou, diz servidor da Sesau à CPI                      |
| 12/05/20 | Ex-secretário nega, em depoimento à CPI, ter recebido proposta mais vantajosa  |
| 12/05/20 | Deputado, membro da CPI, diz que justificativa de ex-secretário não convenceu  |
| 14/05/20 | MPPR denuncia ex-secretário por improbidade administrativa   |
| 14/05/20 | Familiares criticam falta de filtros em respiradores do HGR  |
| 15/05/20 | Empresa e ex-secretário têm bens bloqueados pela justiça   |
| 15/05/20 | CRM-RR denuncia falta de filtros em respiradores na UTI do HGR   |
| 19/05/20 | TCE determina suspensão de pagamentos da Sesau para equipamentos   |
| 19/05/20 | Sete respiradores do HGR estão em São Paulo para manutenção  |
| 25/05/20 | Justiça determina que Boletim divulgado diariamente pela Sesau informe quantidade de respiradores                          |
| 27/05/20 | Jalser***** cobra ações de Denarium e diz que saúde de Roraima está em condição ‘desastrosa’                               |
| 29/05/20 | Deputado denuncia falta de respiradores no HGR   |
| 30/05/20 | Sesau anuncia que 30 respiradores vão chegar no dia seguinte   |

|          |  |
|----------|--|
| 03/06/20 | Sindicato de enfermagem denuncia que não há mais respiradores disponíveis no HGR |
| 05/06/20 | Marcelo Lopes assume Sesau e agradece Jalser pela indicação ao cargo             |
| 05/06/20 | Um mês após denúncia, deputados aguardam decisão de Jalser sobre impeachment     |
| 09/06/20 | Xingu, um dos deputados que pediu impeachment, recua e diz que não é o momento   |
| 15/06/20 | Empresa informa que vai devolver R\$ 6 milhões pagos pelos respiradores          |
| 17/06/20 | Governador diz que Saúde tem R\$210 milhões pra combater a Covid                 |
| 17/06/20 | Deputado federal pede impeachment do governador                                  |
| 23/06/20 | Juiz nega enviar processo dos respiradores para esfera federal e marca audiência |
| 26/06/20 | CGU identifica que recurso usado para compra de respiradores é federal           |
| 04/07/20 | Justiça estadual declara incompetência e envia processo para esfera federal      |
| 07/07/20 | Deputados rejeitam pedidos de afastamento do governador de Roraima               |

\* O primeiro veículo a noticiar a denúncia foi a Rádio 93.3 FM, no programa Rádio Verdade, apresentado pelo jornalista Bruno Perez.

\*\* Comissão Permanente da Saúde da Assembleia Legislativa

\*\*\* Criada em agosto de 2019, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde iniciou para investigar contratos da Sesau de 2015, mas se estendeu até o período pandêmico

\*\*\*\* Os três deputados foram: Janio Xingu (PSB), Dhiego Coelho (PTC) e Bethania Almeida (PV).

\*\*\*\*\* Jalser Renier era o presidente da Assembleia Legislativa de Roraima

Fonte: sistematização da autora, 2023.

Por meio dessa cronologia, é possível observar uma cobertura quase que diária dos acontecimentos ligados ao ‘escândalo dos respiradores’ no mês de maio e parte de junho. Além disso, é preciso destacar que no dia 08 de junho de 2020, o dia seguinte à decisão dos deputados estaduais de não punir politicamente o governador Denarium, não houve qualquer notícia ou repercussão sobre o assunto. Nesse contexto, é importante apontar que os veículos também noticiaram “jogadas” políticas ocorridas em consequência do “escândalo”. Com dois pedidos oficiais protocolados na Assembleia Legislativa para afastar do cargo o governador Antonio Denarium, o poder de decisão de acolher ou não as petições estava nas mãos do então presidente do Legislativo, o ex- deputado Jalser Renier, que por meio da cronologia dos acontecimentos noticiados sabe-se que preferiu negociar e indicar um novo nome para comandar a Secretaria de Saúde (e com ela o segundo maior orçamento do Executivo, perdia apenas para a Secretaria de Educação) e aguardar um tempo para, em comunhão com os outros deputados, arquivar os

pedidos. Entre a nomeação de Marcelo Lopes, indicado de Renier, até o arquivamento dos pedidos foram 31 dias.

A cronologia de acontecimentos noticiados pelos dois Portais também permite a observação das instituições que se envolveram na apuração dos fatos. A Assembleia Legislativa, por meio da Comissão Permanente de Saúde e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que já investigava irregularidades em contratos da secretaria, o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público de Contas do Estado, posteriormente, a Controladoria Geral da União e, depois de provocado, o Poder Judiciário foram órgãos de Estado envolvidos nas consequências da denúncia. Além desses, organismos da sociedade organizada, como o Conselho Regional de Medicina (CRM-RR) e o Sindicato dos Profissionais de Enfermagem (Sindiprer), fizeram novas denúncias sobre as condições de trabalho no combate à pandemia, além de manifestações públicas em redes sociais de deputados da bancada federal de Roraima (o deputado federal Nicoletti é autor do segundo pedido de *impeachment* de Denarium) e da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Roraima, que prometeu acompanhar as investigações.

A movimentação de instituições e organismos não governamentais deu voz a muitas das reivindicações que poderiam partir da sociedade, mas não era suficiente. Uma das matérias do portal *Roraima em Tempo*, do dia 14 de maio de 2020, demonstra isso com o relato de mulheres que, preocupadas com o atendimento prestado a familiares internados com Covid-19 no HGR, postaram nas redes sociais vídeos com apelos por respiradores e filtros.

Vale lembrar que em meados de 2020, quando se passa todo o período analisado pela pesquisa, a pandemia ainda estava na fase inicial e os casos em Roraima não paravam de crescer. A orientação, pela maioria obedecida, era de ficar em casa e se preservar. As aglomerações estavam proibidas e o medo da contaminação era crescente, o que explica boa parte das manifestações, e até de denúncias, acontecerem no ambiente virtual.

### 5.2.2. Hipóteses e objetivos

Ainda na pré-análise, porém já de posse do material a ser investigado e com as devidas delimitações estabelecidas, foi possível construir hipóteses temporárias:

- a) *A cobertura jornalística dos portais Roraima em Tempo e FOLHABV do “escândalo dos respiradores” contribuiu para provocar comportamentos ligados à accountability social.*

- b) *A imprensa local assumiu função estratégica no processo de accountability social, com características de Quarto Poder ao investigar, expor e cobrar explicações e resultados das autoridades públicas.*

O objetivo principal aqui é refletir sobre a articulação entre mídia e sociedade, enquanto formadores e fomentadores de debate na esfera pública, e assim entender como tem se desenvolvido a busca de cobrança por direitos e pela gestão eficiente dos recursos públicos em Roraima. E, assim, responder à pergunta que atravessa esta pesquisa: o jornalismo pode contribuir e provocar a *accountability* social no contexto roraimense?

### 5.3. FORMAÇÃO E CODIFICAÇÃO DO CORPUS

Para esta fase, novas decisões foram tomadas. Diante de um total de 56 *links* e *prints*, sendo 37 passíveis de análise textual, a pesquisadora admite que pela regra de pertinência (BARDIN, 2016) selecionou oito matérias jornalísticas, sendo quatro de cada veículo.

Tabela 3 – Seleção do *corpus*

| <b>RORAIMA EM TEMPO</b> |  |   |
|-------------------------|--|---|
| <b>Data</b>             | <b>Título</b>  | <b>Justificativa de seleção</b>                               |
| 01/05/20                | Governo paga adiantado R\$ 6,4 milhões a empresa que vai fornecer respiradores em 60 dias            | Verifica-se a primeira denúncia                               |
| 02/05/20                | Denarium alega falhas em compras de respiradores e exonera secretário de Saúde                       | Verifica-se uma resposta institucional à denúncia da imprensa |
| 14/05/20                | ‘Desumano’, criticam familiares sobre falta de filtros em respiradores no HGR                        | Verifica-se uma reação popular                                |
| 15/05/20                | Empresa e ex-secretário têm bens bloqueados pela justiça de Roraima por suspeita de superfaturamento | Verifica-se uma reação de possível sanção                     |
| <b>FOLHABV</b>          |  |   |
| 01/05/20                | Comissão faz pedido de informação sobre aquisição de respiradores                                    | Verifica-se uma reação institucional à denúncia da imprensa   |

|          |   |   |
|----------|---|---|
| 02/05/20 | Secretário é exonerado por pagamento antecipado de respiradores | Verifica-se uma resposta institucional à denúncia da imprensa |
| 05/05/20 | Três parlamentares assinam pedido de impeachment do governador  | Verifica-se uma reação de possível sanção                     |
| 07/07/20 | Pedidos de impeachment de Denarium são rejeitados na ALE        | Verifica-se um desfecho sem sanção política                   |

Fonte: sistematização da autora, 2023

A partir dessa seleção, a pesquisa segue para contextualização de cada matéria.

### 5.3.1. Notícias do Portal *Roraima em Tempo*

A primeira das matérias publicadas pelo Portal *Roraima em Tempo* sobre o “escândalo dos respiradores” ocorreu no dia 01 de maio de 2020, com o título *Governo paga adiantado R\$ 6,4 milhões à empresa que vai fornecer respiradores em 60 dias para RR* e com o subtítulo “Compra emergencial pode ocorrer sem licitação devido ao decreto de calamidade pública assinado pelo governador Antonio Denarium”. No *lead* e *sublead*:

O Governo de Roraima pagou adiantado à empresa CMOS Drake do Nordeste S.A o valor de R\$ 6,4 milhões pela compra de respiradores, que serão usados na Saúde. A aquisição dos equipamentos ocorreu por dispensa de licitação e tem como justificativa a pandemia de coronavírus.

A compra emergencial pode ocorrer sem licitação devido ao decreto de calamidade pública assinado pelo governador Antonio Denarium (PSL), no dia 22 de março. Ele autorizou essa modalidade de compra à Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) desde que fosse voltada à pandemia.

O pagamento, conforme extrato, ocorreu em 31 de março. Em outros documentos enviados ao [Roraima em Tempo](#), o total a ser pago pelo Fundo Estadual de Saúde é R\$ 6,7 milhões. Com isso, o Governo já pagou 95% do valor antes da entrega dos respiradores. A demora na entrega ocorre, pois, a empresa mineira pediu prorrogação do prazo para enviar os aparelhos. A reportagem apurou que são 30 respiradores (GOVERNO..., 2020, sem paginação).

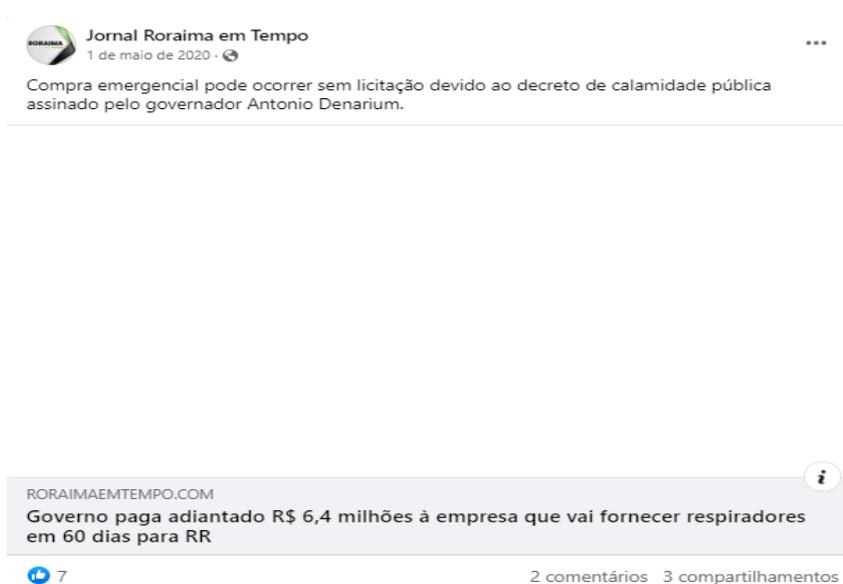
A publicação é, portanto, uma denúncia embasada nos documentos já divulgados pela Rádio Equatorial (93.3), entretanto não há uma fonte oficial citada, a não ser “um funcionário da empresa” e os documentos que a matéria não explica como foram adquiridos e nem referencia a rádio como denunciante. São seis parágrafos que alertam para a urgência na chegada dos equipamentos, já que os respiradores em uso no Hospital Geral de Roraima estavam há um mês sem filtro, sem explicar que tipo de danos essa prática pode causar, e alerta

para o número crescente de casos de contaminados pela Covid-19, citando que 80% dos leitos da Unidade de Terapia Intensiva estavam ocupados. O texto é complementado ainda por três *suítes*<sup>19</sup>: “Pedidos”, onde fala sobre o pedido de informações solicitado pela Assembleia Legislativa, por meio da Comissão Permanente de Saúde, ao Governo do Estado; “Citados” em que coloca que a empresa citada na matéria foi procurada mas não respondeu aos questionamentos; e “Outro contrato”, onde explica que ao negar a compra antecipada, o Governo do Estado postou nas suas redes sociais comprovações sobre uma compra mais barata, realizada anteriormente.

O Governo foi às redes sociais, antes de a denúncia se tornar pública, falar sobre a compra de respiradores. Contudo, o anúncio se trata de compra antiga, de outra companhia. Denarium cita que foram 50 equipamentos a custo de R\$ 44 mil cada.

A empresa citada na postagem do Executivo é a Leistung Equipamentos LTDA, com sede em Santa Catarina, que recebeu R\$ 2,2 milhões, duas vezes menos do que está sendo pago à empresa CMOS por 30 aparelhos. Um breve cálculo leva a crer que cada respirador desta última compra equivale a R\$ 213 mil, quatro vezes mais (GOVERNO..., 2020, sem paginação).

Figura 2: *Print* da tela do perfil do Portal *Roraima em Tempo* no *Facebook*



Fonte: *Facebook.com/Roraimaemtempo*, 2020.

A segunda matéria do Portal *Roraima em Tempo* selecionada para análise é a cobertura da entrevista coletiva convocada pelo governador para explicar sobre o pagamento antecipado feito pela Sesau e denunciado pela imprensa. Com o título *Denarium alega 'falhas' em compra de respiradores e exonera secretário de Saúde de Roraima*, o portal resume a “explicação” e anuncia a providência tomada pelo chefe de governo. No subtítulo *Durante coletiva na manhã deste sábado (2), o chefe do Executivo afirmou que sabia da compra, mas não tinha*

<sup>19</sup> Termo do jargão jornalístico que deriva do francês *suíte*, isto é: série, sequência de um conteúdo já escrito, porém que teve desdobramento, atualização.

*conhecimento do valor pago*, o portal complementa com a admissão do governador de que sabia da compra. No *lead e sublead*:

O governador de Roraima, Antonio Denarium (PSL), alegou 'falhas' na compra de respiradores para o estado e decidiu exonerar o secretário de Saúde, Francisco Monteiro. A polêmica se deu após a secretaria pagar adiantado R\$ 6,4 milhões pela aquisição dos aparelhos.

Durante coletiva na manhã deste sábado (2), o chefe do Executivo afirmou que sabia da compra, mas não tinha conhecimento do valor pago. Denarium disse que já solicitou a devolução do dinheiro por parte da empresa. (FERREIRA, 2020, sem paginação).

Os cinco parágrafos da publicação são incrementados com outros três *suítes*: “Aquisição” que explica sobre o decreto emergencial que possibilita compras sem licitação; “Denarium”, fala sobre a impaciência do governador com as perguntas dos jornalistas; e “Compra”, em que detalha o posicionamento do ex-secretário durante a coletiva quando explica os motivos do pagamento antecipado.

Figura 3: *Print* da tela do Portal *Roraima em Tempo*, feito antes do “apagão”.



Fonte: Portal *Roraimaemtempo*, 2020.

Na terceira matéria destacada, o Portal reforça a denúncia da falta de filtros nos respiradores disponíveis no hospital, mas dessa vez com relatos de familiares de pacientes. O texto relembra a compra superfaturada de novos aparelhos e cancelada pelo governo do Estado. No título '*Desumano*', *criticam familiares sobre falta de filtros em respiradores no HGR*, a palavra “desumano” pode ser interpretada como um adjetivo em referência ao governador. O subtítulo *Denúncia é a mesma feita há um mês por servidores; filtro é necessário para expelir*

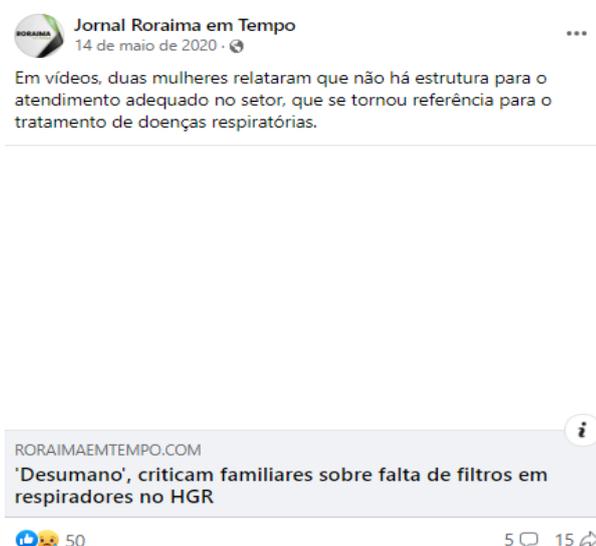
*ar do paciente infectado*, acrescenta que o fato não é novo e já foi tema de reportagem há um mês, sem solução. No *lead* e *sublead*:

Familiars de pacientes internados na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), do Hospital Geral de Roraima (HGR), voltaram a denunciar a falta de filtros nos respiradores mecânicos utilizados no tratamento de coronavírus. Um requerimento foi entregue à direção da unidade nesta semana solicitando providências urgentes para aquisição dos materiais.

Em vídeos, duas mulheres relataram que não há estrutura para o atendimento adequado no setor, que se tornou referência para o tratamento de doenças respiratórias. Segundo elas, além da falta de filtros para expelir o ar de dentro dos pacientes infectados, não há medicamentos e outros materiais essenciais (LIMA, 2020, sem paginação).

Dos seis parágrafos do texto, dois são aspas de parentes de pacientes internados no HGR com Covid-19 que temem pela vida de seus familiares e, por isso, fazem duras críticas à condução da saúde estadual. A matéria segue com dois suítes: “Compras”, em que o repórter relembra o caso da compra frustrada e tornada pública há poucos dias; e “Sesau”, onde diz aguardar posicionamento da Secretaria sobre o assunto. A reportagem não acrescenta uma fonte médica que possa explicar as consequências da utilização dos respiradores sem filtros.

Figura 4: *Print* da tela do perfil do Portal *Roraima em Tempo*, no *Facebook*.



Fonte: *Facebook.com/Roraimaemtempo*, 2020.

A quarta matéria em destaque do Portal *Roraima em Tempo* é sobre a primeira sanção imposta aos envolvidos diretamente na tentativa de compra superfaturada e deixa isso bem claro já no título, *Empresa e ex-secretário têm bens bloqueados pela Justiça de Roraima por suspeita de superfaturamento*. No subtítulo, o complemento de que além de terem os bens bloqueados, ainda responderão judicialmente, *MPPRR decidiu processar os envolvidos por improbidade*

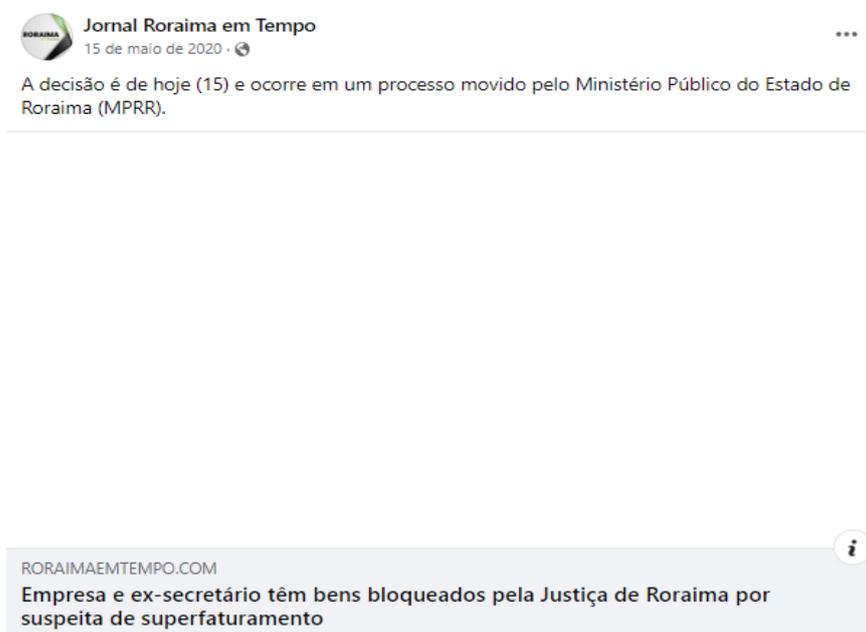
*administrativa devido à compra de 30 respiradores no valor de R\$ 6,4 milhões. O lead e sublead apontam quem são os envolvidos e qual a posição do Judiciário:*

A Justiça de Roraima bloqueou os bens do ex-secretário Francisco Monteiro, da empresa CMOS Drake do Nordeste LTDA, e de um ex-coordenador Secretária de Estado da Saúde (Sesau). A decisão é de hoje (15) e ocorre em um processo movido pelo Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR).

“Dispensa de licitação não quer dizer que houve dispensa de procedimento administrativo; pelo contrário, apesar de maior simplicidade do que no procedimento licitatório ordinário, a lei ainda exige o cumprimento de formalidades”, escreve o juiz 1ª Vara da Fazenda Pública, Phillip Barbieux Sampaio (EMPRESA..., 2020, sem paginação).

O texto é curto, possui apenas seis parágrafos, o que provavelmente se justifique por ter apenas o texto da decisão de acolhimento pela justiça da denúncia feita pelo Ministério Público Estadual e, de pronto, a decisão de bloquear as contas do ex-secretário e da empresa vendedora dos equipamentos, como fonte. A matéria finaliza dizendo que busca pelo posicionamento dos citados.

Figura 5: *Print da tela do perfil do Portal Roraima em Tempo, no Facebook*



Fonte: *Facebook.com/Roraimaemtempo, 2020.*

### 5.3.2. Notícias do Portal *FOLHABV*

A primeira matéria destacada do Portal *FOLHABV* foi publicada no dia 1º de maio de 2020, depois de duas matérias sobre os respiradores postadas no mesmo dia. A denúncia de uma possível compra superfaturada já havia sido publicada pelo jornal, então o título *Comissão faz pedido de informação sobre aquisição de respiradores* é anúncio de uma primeira reação

institucional por respostas oficiais das autoridades. O subtítulo é “*Conforme denúncias, 30 respiradores foram adquiridos por cerca de R\$ 220 mil cada*”. No lead e sublead:

A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR), no final desta semana, solicitou informações ao Governo do Estado sobre o processo de aquisição de 30 respiradores pulmonares que, conforme denúncia, foram adquiridos por cerca de R\$ 220 mil cada, um preço exorbitante se comparado com outros estados nacionais.

Presidente da Comissão e autor do pedido de informação, deputado estadual Neto Loureiro (PMB), disse que a medida visa transparência e esclarecimentos sobre o caso. “Com isso, poderemos apurar e analisar a compra, saber como foi realizada, saber se o preço de mercado é realmente este”, afirmou (BATALHA, 2020, sem paginação).

Figura 6: *Print* da tela da página do Portal FOLHABV



Fonte: *FolhaBV*, 2020.

O texto tem três parágrafos seguidos de duas suítes: “Preços”, onde o repórter faz uma comparação com os valores dos aparelhos respiradores adquiridos por outros Estados; e “Legislação”, que trata do questionamento feito pela Comissão sobre a falta de divulgação e transparência nas medidas de enfrentamento à Covid-19. O curioso dessa matéria é que ela é assinada pela assessoria parlamentar do deputado Neto Loureiro, e não traz qualquer outra fonte mesmo que parlamentar, muito menos de retorno do Governo do Estado ao pedido de informação.

A segunda matéria é também fruto da cobertura da entrevista coletiva à imprensa feita pelo governador e equipe de governo. O título traz a providência tomada pelo governador como

punição: *Secretário é exonerado por pagamento antecipado de respiradores*, e o subtítulo complementa as informações de qual foi o erro e de onde partiu, em um possível direcionamento de exclusão da culpa do governador: *Os respiradores foram comprados por R\$ 6 milhões, e o valor pago antecipadamente pela Secretaria de Saúde (Sesau)*. No lead e sublead:

O governador Antônio Denarium (sem partido) justificou a exoneração do agora ex-secretário de Saúde, Francisco Monteiro, afirmando que ele não seguiu o rito que a lei determina no processo de aquisição de respiradores, para atender pacientes com covid-19 em Roraima. O ato foi comunicado em coletiva de imprensa, realizada na manhã deste sábado, 2, no Palácio Senador Hélio Campos.

Os respiradores foram comprados por R\$ 6 milhões, e o valor foi pago antecipadamente pela Secretaria Estadual de Saúde (Sesau). Monteiro afirmou durante a coletiva que o pagamento antecipado tem sido um procedimento seguido por outros estados. (VIEIRA, 2020, sem paginação).

O texto segue por mais cinco parágrafos, sendo dois deles em aspas. As primeiras relativas à citação da fala do ex-secretário, dizendo que fez tudo com boa intenção, e as segundas são do governador, dizendo que acredita na boa-fé do ex-secretário, mas que já pediu a devolução do dinheiro pago. A matéria informa que o então secretário de Segurança Pública vai assumir a gestão da Sesau, e abre um suíte “Segurança Pública” para dizer que, por enquanto, a pasta fica sem titular.

Figura 7: Print da tela do Portal *FOLHABV*



Fonte: *FolhaBV*, 2020.

A terceira matéria em análise é publicada no dia 05 de maio de 2020, apenas quatro dias depois da coletiva, com o anúncio: *Três parlamentares assinam pedido de impeachment do governador*, o subtítulo complementa informando o que foi alegado pelos parlamentares, *Relato é que há indicações de irregularidades na aquisição de máscaras e benefício de empresas ligadas à Denarium*. No lead e sublead:

Durante reunião do Bloco da Maioria na tarde de hoje, 05, na Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR), apenas três deputados assinaram o pedido de impeachment do governador Antonio Denarium (sem partido). Os parlamentares são Jânio Xingu (PSB), Betânia Almeida (PV) e Dhiego Coelho (PTC).

Segundo informações do deputado Jânio Xingu, há indicações de irregularidades na aquisição de equipamentos para a Secretaria Estadual da Saúde (Sesau), como supervalorização de máscaras e possível benefício às empresas ligadas à assessores diretos de Denarium (TRÊS..., 2020, sem paginação).

O texto segue explicando que os três parlamentares concederão entrevista à imprensa no mesmo dia para expor todas as acusações contra o governador. São ao todo quatro parágrafos, mais dois suítes. O primeiro, “Governo do Estado”, tem três parágrafos com a resposta do Governo do Estado dizendo que instituiu uma Força-Tarefa para investigar os procedimentos da Sesau. E o segundo, “Entenda”, encerra a matéria com apenas um parágrafo explicando que a motivação dos parlamentares são as possíveis irregularidades nas compras emergenciais de combate à pandemia.

Figura 8: *Print* da tela do Portal FOLHABV

POSSÍVEIS IRREGULARIDADES

### Três parlamentares assinam pedido de impeachment do governador

Relato é que há indicações de irregularidades na aquisição de máscaras e benefício de empresas ligadas à Denarium

POLÍTICA

Por Folha Web  
Em 05/05/2020 às 18:17

Compartilhar

Medida foi definida após reunião do Bloco da Maioria na Assembleia Legislativa (Foto: Supcom ALE-RR)

Durante reunião do Bloco da Maioria na tarde de hoje, 05, na Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR), apenas três deputados assinaram o pedido de impeachment do governador Antonio Denarium (sem partido). Os parlamentares são Jânio Xingu (PSB), Betânia Almeida (PV) e Dhiego Coelho (PTC).

Segundo informações do deputado Jânio Xingu, há indicações de irregularidades na aquisição de equipamentos para a Secretaria Estadual da Saúde (Sesau), como supervalorização de máscaras e possível benefício às empresas ligadas à assessores diretos de Denarium.

A previsão é que uma coletiva de imprensa seja convocada para tratar do assunto a partir das 10h desta quarta-feira, 05, na Assembleia Legislativa.

Fonte: *FolhaBV*, 2020.

A última matéria foi publicada no dia 07 de julho de 2020, exatamente 68 dias após a denúncia da compra superfaturada. Com o chapéu “ARQUIVADO” e o título *Pedidos de impeachment de Denarium são rejeitados na ALE*, o jornal deixa claro o fim do procedimento que poderia punir o governador com o afastamento do cargo. Na linha fina aponta que havia

mais de uma representação contra o chefe do Executivo estadual, “*Ambas as representações pediam saída do governador por conta da situação da saúde pública*”. No lead e sublead:

As duas representações por crime de responsabilidade contra o governador Antonio Denarium (sem partido), que solicitaram o impeachment do gestor estadual em razão da situação de caos na saúde pública, foram rejeitadas na Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR).

As representações foram lidas em plenário durante sessão remota desta terça-feira, 07. Na ocasião, o presidente da ALE-RR, Jalser Renier (SD), informou dos dois pedidos. Um deles de autoria do deputado Dhiego Coelho (PTC), Jânio Xingu (PSB) e Betânia Almeida (PV). O outro pedido é de autoria do deputado federal Nicoletti (PSL). (CARVALHO, 2020, sem paginação).

O texto segue com aspas do presidente do Legislativo colocando os pedidos em votação e completa “Como não há nenhum interesse dos senhores deputados em discutir, eu considero a matéria rejeitada pelo plenário da Assembleia”. Em seguida, a reportagem recorre a um *suíte* “Entenda” para explicar em quatro parágrafos quais eram os pedidos e em quês estavam embasados.

Figura 9: *Print* da tela do Portal FOLHABV



Fonte: *FolhaBV*, 2020.

#### 5.4. EXPLORAÇÃO DO MATERIAL

Para melhor compreender as características de cada um dos materiais selecionados foi elaborada uma tabela, conforme modelo abaixo, com diferentes categorias, baseada na problemática debatida nesta pesquisa.

São elas: tipo de notícia, se de denúncia ou de repercussão, que nos direciona para compreender a continuidade no acompanhamento do fato denunciado; os tipos de fonte podem esclarecer se houve a utilização de personagens e de quais tipos; os recursos jornalísticos nos apontam as intenções narrativas para com o leitor; e, por fim, a presença de indícios da *accountability* social.

A partir do preenchimento das informações (ANEXO I) foi possível aferir quantitativamente cada uma dessas características.

Tabela 4 – Formulário de categorias

|                                   |                |                |
|-----------------------------------|----------------|----------------|
| <b>Data da publicação:</b>        | <b>Título:</b> | <b>Portal:</b> |
| <b>Tipos de notícia</b>           |                |                |
| Denúncia ()                       | Repercussão () |                |
| <b>Tipos de fontes</b>            |                |                |
| Institucional ()                  | Social ()      | Anônima ()     |
| <b>Recursos Jornalísticos</b>     |                |                |
| Foto                              | Sim ()         | Não ()         |
| Suítes                            | Sim ()         | Não ()         |
| Links para conteúdo adicional     | Sim ()         | Não ()         |
| <b>Indícios de Accountability</b> |                |                |
| Vertical ()                       | Horizontal ()  | Social ()      |

Fonte: sistematização da autora, 2023

#### 5.4.1. Tipos de notícia

Entre os tipos de notícia, foram feitas duas separações: denúncia e repercussão. Nas oito matérias analisadas, duas foram denúncias (quando o *Roraima em Tempo* afirma que o governo pagou antecipadamente R\$ 6,4 milhões por respiradores que seriam entregues em 60 dias, e quando familiares denunciam que faltam filtros nos equipamentos do HGR) e seis de repercussão (notícias com respostas de autoridades à denúncia envolvendo a gestão da Sesau).

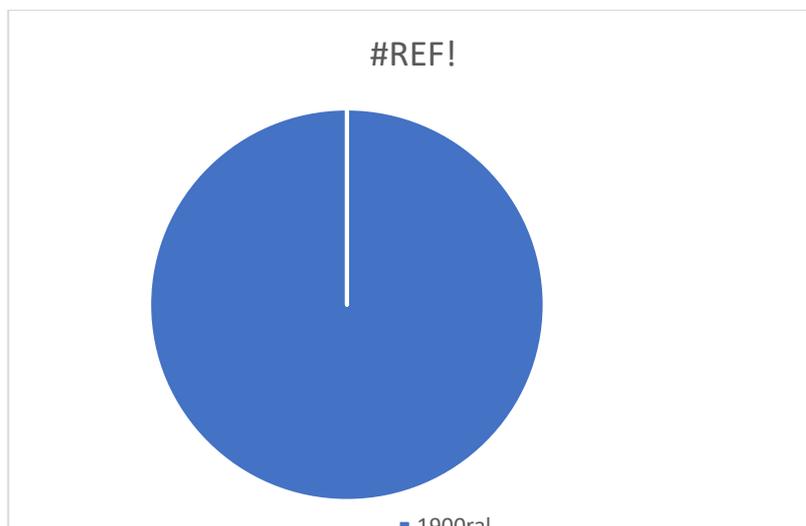
Os dados mostram que houve continuidade na abordagem do fato jornalístico, que seria na classificação de Motta (2005) o clímax da história, e a necessidade de acompanhar o

desenrolar do conflito em busca de um desfecho. Pode indicar ainda a movimentação das instituições por consequência de denúncia da imprensa, que rapidamente provoca debate capaz de influenciar a opinião pública e provocar mudanças de concepção sobre os envolvidos.

As denúncias feitas pela imprensa roraimense que culminam no “escândalo dos respiradores” acontecem em um contexto muito singular. A população nunca esteve tão apegada às redes sociais e às notícias que chegavam numa velocidade indomável, justamente pelas limitações impostas pelo medo do contágio da Covid-19. Sem poder sair de casa, a maioria das pessoas se apegou aos meios digitais de comunicação. A consequência foi a digitalização da esfera pública.

Com as informações cada vez mais disponíveis e a população cada vez mais receptiva, a reação à denúncia precisava ser rápida e aconteceu quase que de imediato e de várias vertentes, o que explica o número de conteúdo de repercussão. Um exemplo está na matéria publicada no dia 15 de maio de 2020, pelo *Roraima em Tempo*, em que anuncia o bloqueio de bens do ex-secretário e da empresa vendedora dos respiradores, que em certo trecho diz: “[...] O MPRR decidiu processar os envolvidos por improbidade administrativa devido à compra de 30 respiradores no valor de R\$ 6,4 milhões. Para o órgão, houve superfaturamento na aquisição”.

Gráfico 1: Tipo de notícia



Fonte: da autora, 2023.

#### 5.4.2. Tipos de Fonte

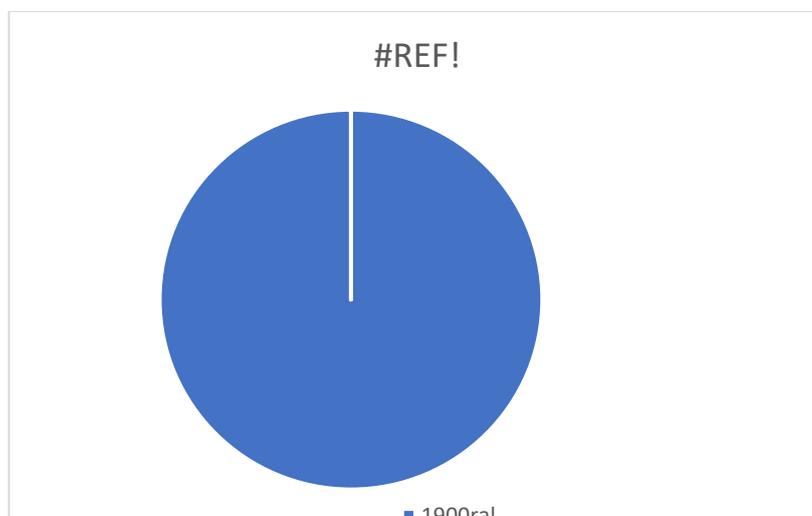
Entre as fontes, foram selecionados três tipos: institucional, social e anônima. Na grande maioria das matérias, sete delas, a fonte oficial predominou. Em apenas uma havia a fonte anônima e social. Esse quantitativo indica que a imprensa estava sendo pautada pelas instituições e que não houve por parte das reportagens a busca pelo impacto na opinião pública das ações promovidas pelas instituições. Esse indicativo pode ser mais claramente observado na matéria publicada pela *FOLHABV*, cuja autoria era de assessoria parlamentar. Nesse material, em específico, sequer outros parlamentares que compõem a Comissão são citados ou ouvidos.

Vale aqui retornar a reflexão sobre as narrativas abordada no capítulo anterior, onde Karan (2009) afirma que o jornalismo não pode desistir de ser o “interrogador público” e que cabe a ele exercer papel de representante da controversa. Nesse debate, Albuquerque (2000) destaca ainda a necessidade de precaução com as fontes e da apuração minuciosa como fundamentais para a conquista da credibilidade junto ao leitor.

O autor cita o relacionamento com as fontes oficiais importante para o abastecimento de informações “quentes”, mas condiciona ao jornalista a decisão do direcionamento das notícias.

É preocupante a escassez, dentro do material selecionado, de fontes da sociedade em geral. Em apenas uma das matérias analisadas, a fonte era uma personagem preocupada com a situação da saúde pública, é como se a pandemia que matava em números crescentes, não fosse um agravante social em meio ao possível desvio financeiro.

Gráfico 2: Tipos de fontes



Fonte: da autora, 2023.

### 5.4.3. Recursos jornalísticos

Para visualizar o uso de recursos jornalísticos utilizados na facilitação e complementação da leitura dos textos, foram observados três elementos: uso de fotografias, *suítes* e *links*. Dessa forma, observou-se a utilização de fotos e *suítes* em todos os oito textos, entretanto o recurso do *link*, possível apenas em matérias na web, foi utilizado somente pelo *Roraima em Tempo*. O *suíte* e o *link* são recursos muito utilizados em textos de portais para somar informações e permitir que o usuário possa construir seu próprio percurso de leitura (hiperlinks). Como um box do jornal impresso, o *suíte* é usado para informar algo que já foi repassado como um lembrete ao leitor, e os links encaminham a leitura para outro texto com informações adicionais, postado anteriormente.

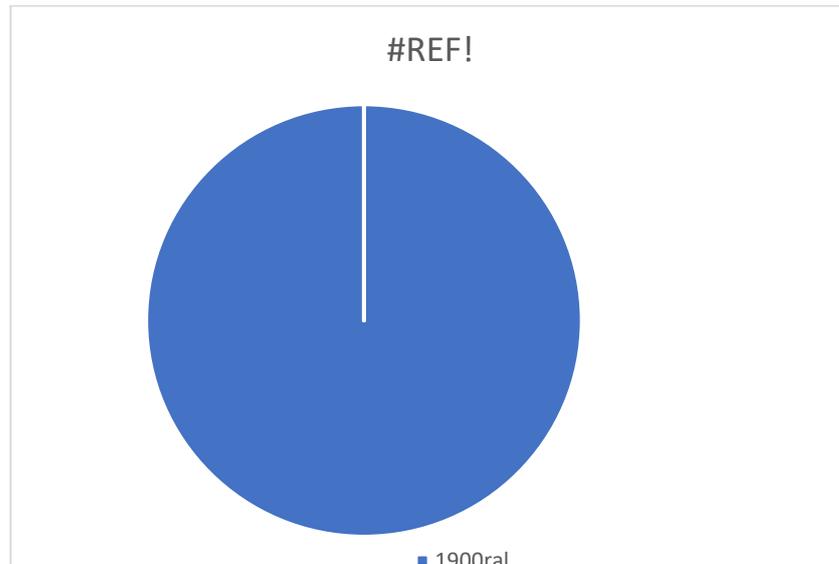
O fato de a *FOLHABV* não se utilizar de um meio tão característico do texto jornalístico de internet combina com a economia textual observada em todas as matérias, inclusive no material que repercute a coletiva, em que não há qualquer comparativo de preços de respiradores ou qualquer citação às menções do próprio Portal sobre a denúncia feita no dia anterior. A notícia foi disponibilizada com o mínimo de informações possíveis. Além disso, é preciso destacar que no material coletado da *FOLHABV* continha apenas uma foto para cada matéria, sendo que apenas na matéria sobre as informações passadas na coletiva a foto era do fato em si, todas as outras eram fotos de arquivo, feitas em outras ocasiões diferentes dos fatos noticiados.

No caso do *Roraima em Tempo*, não há como analisar as imagens visto que foram apagadas. No perfil do *Facebook* há apenas o espaço em branco. Entretanto, por meio do *print* feito antes do “apagão” da matéria que repercute a coletiva, é possível observar que o *Roraima em Tempo* usou apenas uma imagem do acontecimento muito semelhante à usada pela *FOLHABV*. Nesse evento, a fotografia foi claramente arquitetada pela assessoria do governador, já que a disposição dos jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas, de frente a uma grande mesa de autoridades com os secretários de estado ao fundo, forçava um *frame*<sup>20</sup> com muitas pessoas ao redor da figura central – o governador (figuras 3 e 6). Uma imagem fabricada para remeter a um governo feito por muitos, com todos unidos, combinando com a narrativa de “boa-fé” que seria empregada para justificar o pagamento antecipado dos respiradores.

---

<sup>20</sup> Termo em inglês cuja tradução significa quadro, mas no jornalismo é utilizado em referência a uma imagem congelada.

Gráfico 3 – Recursos Jornalísticos



Fonte: da autora, 2023.

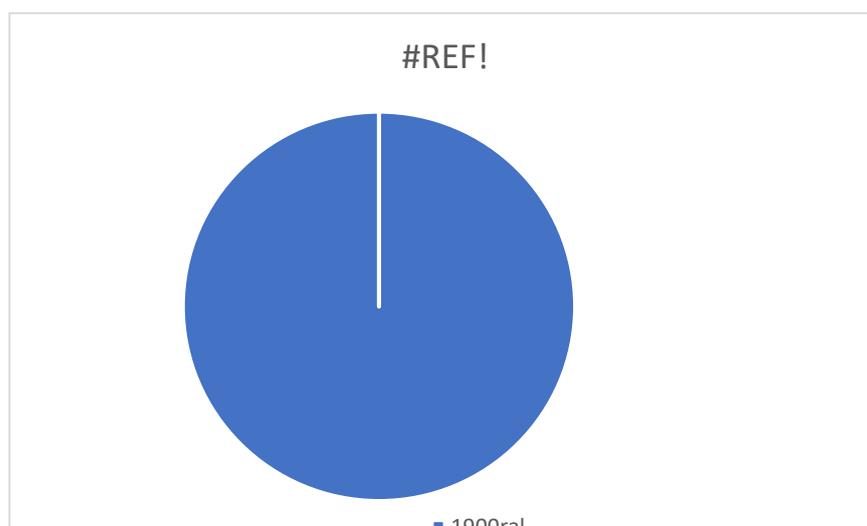
#### 5.4.4. Indícios de Accountability

No material coletado, não houve informação que remetesse à *accountability* vertical no formato eleitoral, muito provavelmente pelo período do ano. O impacto da pandemia nas eleições que viriam era incerto e pouco debatido naquele momento. Entretanto, no formato social, foco desta pesquisa, foi possível verificar forte tendência a partir da resposta dada pelo Poder Executivo à sociedade, por meio da coletiva de imprensa, e provocado por instituição não organizacional, como os órgãos de fiscalização e controle. E ainda, quando da exoneração do secretário, é possível entender como uma sanção imediata feita do chefe maior ao seu imediato.

A *accountability* social expõe figuras públicas e provoca sanções mesmo que de forma indireta. Assim como aconteceu no episódio descrito por Maia (2006) e citado nesta pesquisa no Capítulo 2, em que o sequestro de passageiros de um ônibus no Rio de Janeiro provocou um desfecho de debate cívico sobre o armamento da população civil, dificilmente aconteceria na mesma proporção caso não houvesse a presença da imprensa durante o sequestro, provavelmente o ex-secretário de Estado da Saúde de Roraima, Francisco Monteiro, não teria sido demitido na manhã daquele sábado, 02 de maio de 2022, caso não tivesse a imprensa denunciado o pagamento adiantado e os valores da compra superfaturada.

Dias depois, novas providências, dessa vez por instituições de Estado, que levaram a novas sanções não somente ao ex-secretário, tendo assim a ocorrência da *accountability* no seu formato horizontal. Nesse sentido, destaco aqui as matérias que informam sobre os bloqueios dos bens da empresa que recebeu pelos respiradores e do ex-secretário, além dos pedidos de *impeachment* do governador.

Gráfico 4 – Índícios de *Accountability*



Fonte: da autora, 2023.

## 5.5. INFERÊNCIAS ANALÍTICAS

Em um mundo extremamente conectado, onde as informações, sejam elas de fontes jornalísticas ou não, estão disponíveis com grande facilidade, acredita-se, como já dito na primeira parte desta pesquisa, em ampla participação popular na esfera pública e, portanto, senso crítico e capacidade de questionamentos e deduções mais rápidas por parte dos receptores. Entretanto, no contexto analisado aqui, não houve qualquer mobilização popular noticiada nas reportagens analisadas em torno da busca por punições aos envolvidos na tentativa de compra irregular dos respiradores. Houve, sim, uma mobilização considerável das instituições de controle e fiscalização, que tiveram, de pronto, que se mostrar na busca de investigar e punir o que não conseguiram evitar.

Os dados levantados por meio da análise de conteúdo, considerando a amostragem disposta na pesquisa, leva à dedução de que não deve ficar a cargo da imprensa a ausência de cobrança popular em grande proporção. Constatou-se que, apesar de as matérias conterem narrativas muitas vezes incompletas ou descontextualizadas, a imprensa local, representada

pelos portais de notícias *Roraima em Tempo* e *FOLHABV*, dispôs de ampla cobertura dos acontecimentos denominado aqui de “escândalo dos respiradores”. Pode-se contestar a qualidade ou a intenção da narrativa da informação, mas não a informação em si.

Importante, inclusive, acrescentar o lado positivo de narrativas diferentes, como as oferecidas pelos portais estudados. Observa-se maior quantidade de detalhamento nos textos do *Roraima em Tempo*, provavelmente pelo posicionamento político do grupo que o comanda que, na ocasião, fazia oposição ao Executivo estadual. As matérias do Portal sempre continham recursos de facilitação visual como fotos, *suítes* e *links* para matérias correlacionadas ao tema. Uma maneira não só de prender o leitor no Portal de notícias, mas também de fornecer a maior amplitude possível de conteúdo, e assim conquistar a “fidelidade” e, o mais relevante, a confiança de quem lê.

Por outro lado, a *FOLHABV*, mesmo não se utilizando dos mesmos recursos para fidelizar o leitor e, constantemente econômica nas fontes e nas informações, dispôs das notícias não apenas no Portal como também no perfil do *Facebook*.

É possível, portanto, chancelar a hipótese descrita na pesquisa de que a imprensa local exerceu seu papel de Quarto Poder ao fiscalizar, denunciar, expor e cobrar explicações e respostas. Ao noticiar, por exemplo, as decisões e trâmites da investigação ou processo dentro do Poder Judiciário e de órgãos de fiscalização como o Tribunal de Contas e o Ministério Público, a imprensa exerce a função de “cão de guarda” ao observar o que os órgãos responsáveis estão fazendo para uma possível sanção. É a busca da *accountability* horizontal, pelo fim do resultado do tipo “deu em pizza”.

Em outubro de 2020, aconteceram as eleições municipais e muitos atores que aparecem envolvidos nas notícias ligadas ao “escândalo dos respiradores” também estavam ligados ao pleito eleitoral. Como já dito, o grupo político que comanda o *Roraima em Tempo* tinha interesse no enfraquecimento do grupo opositor com vistas ao mês de outubro, de forma mais direta, e em 2022, mais a longo prazo. Ao mesmo tempo que o Portal noticiava irregularidades na gestão da saúde estadual, também publicava o sucesso na condução da saúde municipal em matéria veiculada no dia 14 de maio de 2020, a chamada dizia *Prefeitura compra respiradores e dobra a capacidade de atendimento do hospital da criança*.

O grupo do governador lançaria candidatura à prefeitura municipal ao lado de seu mais recente aliado, o ex-deputado Jalsen Renier, e boa parte dos 23 deputados. O posicionamento político da *FOLHABV* favorável a esse grupo pode ser a justificativa para as diversas matérias em tons tranquilizantes, como *50 respiradores devem chegar neste domingo*, publicada no dia

30 de maio, e no dia 17 de junho, *Coronavírus: Saúde tem R\$ 210 milhões para combater a pandemia.*

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados pouco mais de dois anos do fatídico dia 1º de maio de 2020, o roraimense teve a chance de avaliar o governo de Antonio Denarium e seu grupo político nas eleições de 2022, a *accountability* vertical em seu formato eleitoral. O contexto era completamente diferente, a pandemia estava controlada e não paralisava mais a grande maioria dos setores econômicos, o que possibilitou a retomada do comércio e dos serviços. A saúde não era mais a pauta dominante nos noticiários e muito se falava em futuro, em como recuperar o tempo perdido.

Denarium, um político de baixa experiência no ramo, tentava a reeleição. Para isso, precisava vencer uma batalha nas urnas contra um grupo de larga história. Romero Jucá, que se candidatou ao cargo de senador, e sua ex-esposa e ex-prefeita da capital por cinco mandatos, Teresa Surita, ao cargo de governadora. Ela, com larga vantagem nas primeiras pesquisas, apegou-se em trabalhar na campanha seu legado à frente do município e, de mãos dadas a Romero, fez uma dupla campanha, no estilo “ele traz e ela faz”, uma alusão de que ele destinaria recursos para ela trabalhar.

Do outro lado, o governador construiu alianças importantes tanto no cenário local como nacional, com destaque para o presidente do Poder Legislativo, deputado estadual Soldado Sampaio, e para o então presidente da República, Jair Bolsonaro, dono de ampla maioria dos votos roraimenses, e usou do seu mais importante trunfo, a máquina pública e seus milhares de cargos comissionados. Com mais de 56% dos votos, Denarium foi reeleito em outubro de 2022. Será então que o povo de Roraima esqueceu o que aconteceu durante a pandemia?

Segundo Sartori (1994), a decisão do eleitorado é fruto da opinião pública, e esta é formada por um conjunto de atitudes e demandas. Além disso, para a formação de uma opinião pública isenta e livre de efeitos designados pelas classes dominantes, o autor aponta que é preciso um sistema de educação não doutrinário e de descentralização midiática. A liberdade de escolha dos governantes também deve estar ligada à independência econômica e financeira, o que pode não ser o caso de Roraima. Dados da Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento (COM...,2022)<sup>21</sup> apontam que em 2021, 47% da participação do Produto Interno Bruto (PIB) estadual é advindo da administração pública, ou seja, do salário do funcionário público.

Entretanto, o fator econômico não explica tudo. Lippmann (1922) considera improvável mensurar a opinião pública mesmo por meio dos números da eleição, justamente por serem

---

<sup>21</sup> Dados retirados de Informe Publicitário de responsabilidade do Governo do Estado.

inúmeras as variantes consideradas. Às eleições roraimenses, devem ser acrescentados fatores como o contexto político dos grupos em disputa.

Já citamos aqui a forte rejeição do eleitor roraimense ao ex-senador Romero Jucá nas últimas eleições disputadas por ele, e ao seu histórico tucano/centrão (grupo conhecido por se adaptar e apoiar qualquer que seja o governante do país, acima de ideologias, por benefícios próprios), além disso, a ele é imputada uma série de problemas antigos e não resolvidos no Estado como a questão energética e o garimpo ilegal. É verdade que o grupo do ex-senador foi vitorioso nas eleições municipais de 2020, mas quando o próprio Jucá não exerceu papel de protagonismo durante a campanha. Além disso, com um número grande de aliados detentores de mandato, Denarium enfraqueceu a oposição inclusive financeiramente.

Jucá esteve por muitos anos no poder e durante praticamente todo esse tempo sofreu forte oposição na mídia local e nacional, mesmo tendo meios de comunicação ao seu serviço. Esse exercício de expor posicionamentos e provocar sanções eleitorais a agentes públicos por meio da imprensa é via para a *accountability* vertical, no formato eleitoral.

Mas à imprensa, no caso do escândalo dos respiradores, pode-se apontar uma série de falhas, a destacar a falta de qualidade na construção das notícias. Habermas (1962) criticava a imprensa que, em busca de capitalizar a informação, justificava o conteúdo raso e periódicos em grande quantidade para inserir “todos” à Esfera Pública. “O emissor esconde suas intenções comerciais no papel de alguém interessado no bem público” (HABERMAS, 1962, p. 415). No caso analisado aqui, as intenções além de comerciais, são políticas.

Entre as matérias analisadas, não havia em nenhuma delas uma fonte técnica (ou especialista), como um médico que explicasse a urgência de novos respiradores, ou a dimensão do problema que seria o uso dos aparelhos sem filtro. Diante da admissão da tentativa de compra superfaturada, as matérias não trazem uma pesquisa sobre os valores comercializados no mercado para efeito de comparação, isso só foi destacado quando um servidor da Sesau, durante seu depoimento na CPI da Saúde da Assembleia Legislativa, levou a informação aos deputados. Não houve continuidade na cobrança por providências do governador. A única vez que ele fala com a imprensa sobre o assunto foi durante a coletiva e todos os fatos novos que renderam postagens jornalísticas foram provocados por terceiros. Fora isso, em nenhum momento, os dois veículos analisados remetem ao trabalho de apuração que resultou na denúncia.

Essas são algumas constatações que poderiam estar no material jornalístico e fomentar a riqueza do debate público. Gomes (2006) salienta que “o debate civil depende crescentemente de meios de comunicação de largo alcance” (GOMES, 2006, p. 10) e Fonseca (2016) acrescenta que a escassez de informação do cidadão compromete a sua capacidade de avaliar

adequadamente o desempenho das decisões dos agentes públicos, tornando-se assim, propenso a influências imediatistas.

Ao responder à pergunta que permeia esta pesquisa, conclui-se que a imprensa, enquanto quarto poder, contribui e emerge comportamentos ligados à *accountability* vertical, mas que para provocar o formato social é preciso mais. O percurso teórico e analítico empreendido nesta pesquisa aponta que a qualidade das notícias dispostas ao leitor está ligada à independência político-partidária do próprio veículo de comunicação. Está relacionada também à educação que fomenta o debate público, em prol de um conjunto social, incluindo a formação jornalística que não pode ser apenas técnica, do tipo que ensina a construção de textos de maneira pré-elaborada, mas com narrativas questionadoras.

Com olhar no futuro, as pesquisas em comunicação que abordam respostas sociais, como as ligadas à promoção da *accountability* social, contribuem para a compreensão do termo no contexto jornalístico brasileiro e mais que isso, descrever a aptidão do receptor para com a busca por prestação de contas, vindas de entes governamentais.

A *accountability* social não morre com a denúncia, ela tem efeitos a longo prazo que envolvem toda a sociedade em um debate provocador de melhorias. É, portanto, uma consequência democrática, emergida da esfera pública que tem no quarto poder um aliado.

## 7. Referências bibliográficas

- AFONSO, Almerindo Janela. Um olhar sociológico em torno da accountability em educação. In: ESTEBAN, M.T.; AFONSO, A.J. (Org.). **Olhares e interfaces: reflexões críticas sobre a avaliação**. São Paulo: Cortez, p. 147-170, 2010.
- AGUIAR, Sonia. **Territórios do jornalismo: geografias da mídia local e regional do Brasil**. Editora Vozes, 2016.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. As três faces do quarto poder. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia (org.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: HUCITEC, p. 92-104, 2010.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. Um outro "Quarto Poder": imprensa e compromisso político no Brasil. **Revista Contracampo**, n. 4, p. 23-57, 2000.
- ALBUQUERQUE, Afonso. A narrativa jornalística para além dos faits-divers, **Lumina**, v. 3, n. 2, p. 69-91, 2000.
- ARENDT, Hannah. **O que é política?**. Editora Bertrand Brasil, 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.
- BECKER, Beatriz. Mídia e jornalismo como formas de conhecimento: uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais. **Matrizes**, Ano 5 – nº 2 jan./jun. 2012 - São Paulo, p. 231-250.
- BEHN, Robert D. O novo paradigma de gestão pública e a busca pela responsabilidade democrática. **International Public Management Journal** 1, n. 2, p. 131-164, 1998.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Vol. 11. Porto Alegre: Editora Sulina, 1980.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.
- BROCKMEIER, Jens; HARRÉ, Rom. Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 16, p. 525-535, 2003.
- BUORO, Cibele Maria. **O jornalismo político no Brasil: sua trajetória**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Metodista de São Paulo, 2010.
- CAMPOS, Anna Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, v. 24, n. 2, p. 30-50, 1990.
- CENEVIVA, Ricardo. Accountability: novos fatos e novos argumentos—uma revisão da literatura recente. **Anais do Encontro de Administração Pública e Governança da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, p. 1-17, 2006.

CERVI, Emerson Urizzi. **Opinião Pública e política no Brasil**. O que o brasileiro pensa sobre a política e porque isso interessa à democracia. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

COOK, Timothy E. A mídia de notícias como uma instituição política: olhando para trás e olhando para frente. **Comunicação Política**, v.23, n.2, p. 159-171, 2006.

COOK, Timothy E. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 203-247, 2011.

COUTINHO, Iluska Maria da Silva. **Dramaturgia do telejornalismo**: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG. Rio de Janeiro: Muad, 2012.

COUTINHO, Iluska Maria da Silva; MATA, PEREIRA, Jhonatan Alves PEREIRA; PEREIRA, Gustavo Teixeira de Farias. Democracia e qualidade no jornalismo audiovisual: diálogos TV-internet e o quinto poder. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 17, n. 1, p. 20-31, 2020.

DA FONSECA, Cristiane Silva Marques. Accountability Social—Um Instrumento de Participação Ativa da Sociedade na Vida Pública. **Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos**, v. 2, n. 1, p. 192-208, 2016.

DA SILVA, Paulo Sérgio Rodrigues; VIEIRA, Jaci Guilherme. Uma Breve Análise Histórica Do Jornal Folha de Boa Vista e Suas Influências Políticas e Ideológicas. **Norte Científico**, v.5, n.1, dezembro de 2010.

DaMATTA, Roberto. **A bola corre mais que os homens**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

DE ANDRADE, Mariana Dionísio; NETO, Lásaro Arsênio de Paula Aragão. Por que é tão complicada a aplicação efetiva do processo de accountability no Brasil?. **Revista Quaestio Iuris**, v. 12, n. 1, p. 122-143, 2019.

FREITAS, João Paulo Ocke de. O presidencialismo de coalizão e o impeachment da presidente Dilma Rousseff. In: VI Fórum Brasileiro de Pós-graduação em Ciência Política, 2019, Belém-PA. **Anais do VI Fórum Brasileiro de Pós Graduação em Ciência Política**. Recife: Even3, 2019.

DE MAGALHÃES, Eleonora. Jornalismo político no Brasil: polarização estéril ou arena de debates? **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 24, n. 2, 2015.

DE MELO, José Marques. Jornalismo político: democracia, cidadania, anomia. **Revista Famecos**, v. 15, n. 35, p. 90-94, 2008.

DE MORAIS, Vangela Maria Isidoro. A mídia impressa local: uma agenda de constrangimentos e motivações. **Comunicação & Sociedade**, v. 26, n. 43, p. 85-103, 2005.

DIAS, Mauricio S. Tempo, narração e descrição nos Microcosmos de Claudio Magris. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC, 2008, São Paulo. **Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC**. São Paulo: ABRALIC, 2008.

DUAILIBE, Karina D. **Pesquisa de Opinião nas eleições presidenciais de 2010 no Brasil: um estudo da cobertura do jornal “O Globo”**. 2012. 188 p. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-Universidade de Brasília, Brasília.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª. Edição. São Paulo: Atlas, 2006.

DUTTON, Willian H. Through the Network (of Networks) – the Fifth Estate. **Journal Prometheus-Critical Studies in Innovation**. v. 17, n. 1, 2009. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1134502](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1134502). Acesso em: 10 set. 2021.

GAMA NETO, Ricardo Borges; SANTOS, Roberto Ramos. Amazônia, instituições e processos políticos de governo: Roraima como estudo de caso. **Olhares Amazônicos: revista científica do Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia**, v.7, n.2, p.1451-1544, jul./dez.2019.

GOMES, Wilson. **Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política**. Mídia, esfera pública e identidades coletivas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública (1990)**. São Paulo: Unesp, 2014.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, p. 123-142, 2007.

KARAM, Francisco José Castilhos. Jornalismo e ética no século XXI. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, v. 13, n. 13, p. 15-27, 2009.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**; Bauru: EDUSC, 2001.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. Jornalismo político brasileiro e a análise do enquadramento noticioso. **Revista Compolítica**, Rio de Janeiro, 2007.

LEISTER, Ana Carolina; CHIAPPIN, José. A teoria da Democracia de Giovanni Sartori: uma defesa da democracia representativa. **Revista Política Hoje**, Recife - PE, v. 22, n. 2, p. 65-86, 2013.

LIPPMAN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOSEKANN, Cristiana. A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. **Pensamento Plural**, n. 4, v. 1, p. 37-57, 2014.

MAIA, Rousiley. Mídia e diferentes dimensões da Accountability. **E-Compós**, v.7, 2006.

MAIA, Rousiley. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 63, p. 91-116, 2007.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da comunicação: ideias, conceitos e métodos**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MIGUEL, Luís Felipe. Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 25-38, 2005.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A análise pragmática da narrativa jornalística. Intercom, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>. Acesso em 25 de jan de 2023.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. **E-Compós**, vol. 1. 2004.

MUNARO, Luís Francisco; CORREIA, Cyneida Menezes. Os jornais impressos de Roraima e as transformações na atividade política estadual (1914-1989). **Aturá-Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, v. 3, n. 3, p. 36-55, 2019.

NASCIMENTO, Jozias; LIMA, Marco; SANTOS, Roberto Ramos. Tendências: Encarte de Dados. Nível de confiança da população do Norte nas instituições democráticas. **Olhares Amazonicos**, Boa Vista-RR, v. 5, n. 2, p.1058-1068, jul/dez de 2017.

NUNOMURA, Eduardo. **Romero Jucá, o ‘maior inimigo’ dos Yanomami**. Portal Repórter Brasil, 24 de junho de 2021. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/06/romero-juca-o-maior-inimigo-dos-yanomami/> Acesso em 06 de fev. 2023.

OLIVEIRA FILHO, José Tarcísio Silva; COUTINHO, Iluska. A qualidade no telejornalismo sob a ótica normativa: as leis de radiodifusão e regulação midiática como indutoras de boas práticas em Brasil e Portugal. **Redes. com: revista de estudios para el desarrollo social de la Comunicación**, n. 15, v. 1, p. 252-276, 2017.

PACCE, Carolina. Controle parlamentar da Administração Pública na legislação brasileira: a eficácia dos mecanismos de solicitação de informação. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 1, n. 2, p. 377-391, 2014.

PEDRO, Ricardo Coelho. **Das caravelas ao accountability: a odisséia da administração pública brasileira**. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Curso de Mestrado em Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 193f. 2008.

PEREIRA, Antonio Kevan Brandão. **Teoria Democrática Contemporânea: o conceito de poliarquia na obra de Robert Dahl**. 2013. 107f. – Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2013.

PEREIRA, Gustavo Teixeira de Farias. **Novas telas para o telejornalismo: o conflito entre o quarto e quinto estado/poder e a expansão do conteúdo para além das localidades**. Dissertação (mestrado acadêmico). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. Programa de pós-graduação em Comunicação. 116f. 2020.

PERUZZOTTI, Enrique; SMULOVITZ, Catalina. Accountability social: la otra cara del control. Controlando la política. In. PERUZZOTTI, Enrique. **Ciudadanos y medios en las nuevas democracias latino-americanas**. Tema, p. 23-52, 2002.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português?. **Revista de administração pública**, v. 43, p. 1343-1368, 2009.

RAMONET, I. **O Quinto Poder**. Le Monde Diplomatique Brasil. Acervo online. 2003. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-quinto-poder/> Acesso em: 18 mar. 2022.

RÊGO, Ana Regina. Carlos Castello Branco e a opinião no jornalismo brasileiro. MELO, José Marques de (org.). **Imprensa brasileira: personagens que fizeram história**. v. 2. São Paulo: Imprensa Oficial; São Bernardo do Campo: Metodista, p. 25-40, 2007

ROBL FILHO, Ilton Norberto. **Conselho Nacional de Justiça: Estado democrático de direito e accountability**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

ROCHA, Arlindo Carvalho. O processo orçamentário brasileiro como instrumento de accountability. **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. Salvador: ANPAD 2008.

ROCHA, Arlindo Carvalho. Accountability na administração pública: modelos teóricos e abordagens. **Contabilidade Gestão e Governança**, v. 14, n. 2, 2011.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada: O Debate Contemporâneo**. São Paulo, Editora Ática, 1994.

SEIXAS, Lia. Valores Notícia: uma proposta de análise. **Revista Observatório**, v. 4, n. 4, p. 334-366, 2018.

SHOMMER, Paula; MORAES, Rubens. Observatórios sociais como promotores de controle social e Accountability. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 8, n. 3, p. 298-326, 2010.

SILVA, Daniel Reis. John Dewey, Walter Lippmann e Robert E. Park: diálogos sobre públicos, opinião pública e a importância da imprensa. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 18, n. 1, p. 57-68, 2016.

SILVA, Gislene et al. Metodologias de pesquisa em jornalismo: 100 dissertações do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 14, n. 2, p. 89-100, 2017.

STUMPF, Ida. Pesquisa bibliográfica. In.: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 51-61.

TORRES, Ricardo José. **Jornalismo político e mídias sociais: das restrições convencionadas às rupturas alternativas**. Dissertação (mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2016.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

### 7.1 Referências de matérias

BATALHA, Berto. **FolhaBV**, Boa Vista, 01.mai.2020. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Comissao-faz-pedido-de-informacao-sobre-aquisicao-de-respiradores/65184>. Acessado em 10.fev.2023

CARVALHO, Paola. Pedidos de impeachment de Denarium são rejeitados na ALE. **FolhaBV**, Boa Vista, 07.jun.20. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/POLITICA/Roraima/Pedidos-de-impeachment-de-Denarium-sao-rejeitados-na-ALE/67043>. Acessado em 10.fev.2023

COM políticas de estímulo ao setor produtivo, Roraima registra crescimento econômico recorde. Informe Publicitário. **G1RR**, Boa Vista. 02.fev.2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/especial-publicitario/governo-de-roraima/governo-de-roraima/noticia/2022/02/02/com-politicas-de-estimulo-ao-setor-produtivo-roraima-registra-crescimento-economico-recorde.ghtml>. Acessado em 30.jan.2023

MP entra na Justiça para cancelar show de R\$ 800 mil de Gustavo Lima em cidade com 8 mil habitantes no interior de Roraima. Política. **G1RR**. Boa Vista, 18.jul.2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/07/18/mp-entra-na-justica-para-cancelar-show-de-r-800-mil-de-gusttavo-lima-em-cidade-com-8-mil-habitantes-no-interior-de-roraima.ghtml>. Acessado em 15.nov.2022

TRÊS parlamentares assinam pedido de impeachment do governador. Política. **FolhaBV**. Boa Vista, 05.mai.2020. Disponível em <https://folhabv.com.br/noticia/POLITICA/Roraima/Tres-parlamentares-assinam-pedido-de-impeachment-do-governador/65274>. Acessado em 10.fev.2023

VIEIRA, Dina. Secretário é exonerado por pagamento antecipado de respiradores. **FolhaBV**, Boa Vista, 02.mai.2020. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Secretario-e-exonerado-por-pagamento-antecipado-de-respiradores/65172>. Acessado em 10.fev.2023

## 8. APÊNDICES

### APÊNDICE 1: FICHAS DE CATEGORIZAÇÃO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

|  |   |                                    |
|--|---|------------------------------------|
| <b>Data da publicação:</b><br>01/05/2020 | <b>Título:</b><br>Governo paga adiantado R\$ 6,4 milhões a empresa que vai fornecer respiradores em 60 dias | <b>Portal:</b><br>Roraima em Tempo |
| <b>Tipo de notícia</b>                   |   |                                    |
| Denúncia (x)                             |   | Repercussão ()                     |
| <b>Tipos de fontes</b>                   |   |                                    |
| Institucional (x)                        | Social ()   | Anônima (x)                        |
| <b>Recursos Jornalísticos</b>            |   |                                    |
| Foto                                     | Sim (x)   | Não ()                             |
| Suítes                                   | Sim (x)   | Não ()                             |
| Links para conteúdo adicional            | Sim (x)   | Não ()                             |
| <b>Indícios de Accountability</b>        |   |                                    |
| Vertical ()                              | Horizontal ()   | Social (x)                         |

2)

|  |  |                                    |
|--|--|------------------------------------|
| <b>Data da publicação:</b><br>02/05/2020 | <b>Título:</b><br>Denarium alega falhas em compras de respiradores e exonera secretário de saúde | <b>Portal:</b><br>Roraima em Tempo |
| <b>Tipo de notícia</b>                   |  |                                    |
| Denúncia (x)                             |  | Repercussão ()                     |
| <b>Tipos de fontes</b>                   |  |                                    |
| Institucional (x)                        | Social ()  | Anônima ()                         |
| <b>Recursos Jornalísticos</b>            |  |                                    |
| Foto                                     | Sim (x)  | Não ()                             |
| Suítes                                   | Sim (x)  | Não ()                             |
| Links para conteúdo adicional            | Sim (x)  | Não ()                             |

| Indícios de Accountability |                |            |
|----------------------------|----------------|------------|
| Vertical ( )               | Horizontal ( ) | Social (x) |

3)

| <b>Data da publicação:</b><br>14/05/2020 | <b>Título:</b><br>'Desumano', criticam familiares sobre falta de filtros em respiradores no HGR | <b>Portal:</b><br>Roraima em Tempo |
|--|---|------------------------------------|
| Tipo de notícia                          |   |                                    |
| Denúncia ( )                             | Repercussão (x)   |                                    |
| Tipos de fontes                          |   |                                    |
| Institucional ( )                        | Social (x)  | Anônima (x)                        |
| Recursos Jornalísticos                   |   |                                    |
| Foto                                     | Sim (x)   | Não ( )                            |
| Suítes                                   | Sim (x)   | Não ( )                            |
| Links para conteúdo adicional            | Sim (x)   | Não ( )                            |
| Indícios de Accountability               |   |                                    |
| Vertical ( )                             | Horizontal ( )  | Social (x)                         |

4)

| <b>Data da publicação:</b><br>15/05/2020 | <b>Título:</b><br>Empresa e ex-secretário têm bens bloqueados pela justiça de Roraima por suspeita de superfaturamento | <b>Portal:</b><br>Roraima em Tempo |
|--|--|------------------------------------|
| Tipo de notícia                          |  |                                    |
| Denúncia ( )                             | Repercussão (x)  |                                    |
| Tipos de fontes                          |  |                                    |
| Institucional (x)                        | Social ( )   | Anônima ( )                        |
| Recursos Jornalísticos                   |  |                                    |
| Foto                                     | Sim (x)  | Não ( )                            |
| Suítes                                   | Sim (x)  | Não ( )                            |

|                                   |                |           |
|-----------------------------------|----------------|-----------|
| Links para conteúdo adicional     | Sim (x)        | Não ()    |
| <b>Indícios de Accountability</b> |                |           |
| Vertical ()                       | Horizontal (x) | Social () |

5)

|  |   |                           |
|--|---|---------------------------|
| <b>Data da publicação:</b><br>01/05/2020 | <b>Título:</b><br>Comissão faz pedido de informação sobre aquisição de respiradores | <b>Portal:</b><br>FolhaBV |
| <b>Tipo de notícia</b>                   |   |                           |
| Denúncia ()                              | Repercussão (x)   |                           |
| <b>Tipos de fontes</b>                   |   |                           |
| Institucional (x)                        | Social ()   | Anônima ()                |
| <b>Recursos Jornalísticos</b>            |   |                           |
| Foto                                     | Sim (x)   | Não ()                    |
| Suítes                                   | Sim (x)   | Não ()                    |
| Links para conteúdo adicional            | Sim ()  | Não (x)                   |
| <b>Indícios de Accountability</b>        |   |                           |
| Vertical ()                              | Horizontal (x)  | Social (x)                |

6)

|  |   |                           |
|--|---|---------------------------|
| <b>Data da publicação:</b><br>02/05/2020 | <b>Título:</b><br>Secretário é exonerado por pagamento antecipado de respiradores | <b>Portal:</b><br>FolhaBV |
| <b>Tipo de notícia</b>                   |   |                           |
| Denúncia ()                              | Repercussão (x)   |                           |
| <b>Tipos de fontes</b>                   |   |                           |
| Institucional (x)                        | Social ()   | Anônima ()                |
| <b>Recursos Jornalísticos</b>            |   |                           |
| Foto                                     | Sim (x)   | Não ()                    |

|                                   |                |            |
|-----------------------------------|----------------|------------|
| Suítes                            | Sim (x)        | Não ()     |
| Links para conteúdo adicional     | Sim ()         | Não (x)    |
| <b>Indícios de Accountability</b> |                |            |
| Vertical ()                       | Horizontal (x) | Social (x) |

7)

|  |  |                           |
|--|--|---------------------------|
| <b>Data da publicação:</b><br>05/05/2020 | <b>Título:</b><br>Três parlamentares assinam pedido de impeachment do governador | <b>Portal:</b><br>FolhaBV |
| <b>Tipo de notícia</b>                   |  |                           |
| Denúncia ()                              | Repercussão (x)  |                           |
| <b>Tipos de fontes</b>                   |  |                           |
| Institucional (x)                        | Social ()  | Anônima ()                |
| <b>Recursos Jornalísticos</b>            |  |                           |
| Foto                                     | Sim (x)  | Não ()                    |
| Suítes                                   | Sim (x)  | Não ()                    |
| Links para conteúdo adicional            | Sim ()   | Não (x)                   |
| <b>Indícios de Accountability</b>        |  |                           |
| Vertical ()                              | Horizontal (x)   | Social (x)                |

8)

|  |  |                           |
|--|--|---------------------------|
| <b>Data da publicação:</b><br>07/07/2020 | <b>Título:</b><br>Pedidos de impeachment de Denarium são rejeitados na ALE | <b>Portal:</b><br>FolhaBV |
| <b>Tipo de notícia</b>                   |  |                           |
| Denúncia ()                              | Repercussão (x)  |                           |
| <b>Tipos de fontes</b>                   |  |                           |
| Institucional (x)                        | Social ()  | Anônima ()                |
| <b>Recursos Jornalísticos</b>            |  |                           |
| Foto                                     | Sim (x)  | Não ()                    |

|                                   |                |           |
|-----------------------------------|----------------|-----------|
| Suítes                            | Sim (x)        | Não ()    |
| Links para conteúdo adicional     | Sim ()         | Não (x)   |
| <b>Indícios de Accountability</b> |                |           |
| Vertical ()                       | Horizontal (x) | Social () |

## 9. ANEXOS

### ANEXO 1: REPORTAGENS DO CORPUS DE ANÁLISE

Matérias *Roraima em Tempo*

1)

#### **Governo paga adiantado R\$ 6,4 milhões à empresa que vai fornecer respiradores em 60 dias para RR**

*Compra emergencial pode ocorrer sem licitação devido ao decreto de calamidade pública assinado pelo governador Antonio Denarium*

Foto: Reprodução/Facebook/Governo de Roraima

Legenda: Denarium falou nas redes sociais sobre outra compra, mas ainda não se manifestou sobre os R\$ 6,4 milhões pagos

Por Redação

O Governo de Roraima pagou adiantado à empresa CMOS Drake do Nordeste S.A o valor de R\$ 6,4 milhões pela compra de respiradores, que serão usados na Saúde. A aquisição dos equipamentos ocorreu por dispensa de licitação e tem como justificativa a pandemia de coronavírus. O pagamento, conforme extrato, ocorreu em 31 de março.

A compra emergencial pode ocorrer sem licitação devido ao [decreto de calamidade pública assinado pelo governador](#) Antonio Denarium (PSL), no dia 22 de março. Ele autorizou essa modalidade de compra à Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) desde que fosse voltada à pandemia.

Em outros documentos enviados ao [Roraima em Tempo](#), o total a ser pago pelo Fundo Estadual de Saúde é R\$ 6,7 milhões. Com isso, o Governo já pagou 95% do valor antes da entrega dos respiradores. A demora na entrega ocorre, pois, a empresa mineira pediu prorrogação do prazo para enviar os aparelhos. A reportagem apurou que são 30 respiradores.

À Sesau, a empresa alegou falta de matéria-prima, disse que recebe itens da China e a pandemia afetou a produção de materiais. “Enfrentamos retardamento no recebimento da matéria-prima por parte de nossos fornecedores, ocasionando consequente atraso no processo de finalização da mercadoria objeto do respectivo pedido”, justifica.

Contudo, a preocupação de interlocutores do Executivo é com a crescente curva de casos. Ontem, pelo segundo dia consecutivo, [Roraima bateu recorde de casos por dia](#), chegando a 602

diagnósticos da doença. Os leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) destinados a pacientes com coronavírus [estão 80% preenchidos](#).

Hoje, o jornal mostrou que os respiradores mecânicos utilizados para tratamento de coronavírus em Roraima [estão sem filtro há um mês](#). Os equipamentos precisam de dois tipos de filtros: o de ventilação mecânica de umidificação, que precisa ser trocado em até 48h, e o de ramo respiratório, que pode ter manutenção em até 30 dias.

### **OUTRO CONTRATO**

No site da Sesau, a reportagem tentou ter acesso às informações da compra, mas a página está fora do ar. O Governo foi às redes sociais, antes de a denúncia se tornar pública, falar sobre a compra de respiradores. Contudo, o anúncio se trata de compra antiga, de outra companhia. Denarium cita que foram 50 equipamentos a custo de R\$ 44 mil cada.

A empresa citada na postagem do Executivo é a Leistung Equipamentos LTDA, com sede em Santa Catarina, que recebeu R\$ 2,2 milhões, duas vezes menos do que está sendo pago à empresa CMOS por 30 aparelhos. Um breve cálculo leva a crer que cada respirador desta última compra equivale a R\$ 213 mil, quatro vezes mais.

Os respiradores são necessários, pois estima-se que aproximadamente 5% dos pacientes com Covid-19 acabem sofrendo a chamada Síndrome do Desconforto Respiratório Agudo (SDRA). Eles fornecem mais oxigênio do que o ar ao redor do paciente.

### **PEDIDOS**

Ontem (30), a Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR) pediu informações sobre a contratação dos equipamentos. Em ofício, a Casa também quer cópias de todos os processos de dispensa de licitação e indenizatórios abertos desde a declaração de calamidade pública.

No documento, o Legislativo questionou o motivo de não estarem sendo disponibilizadas as informações sobre contratações e aquisições em um site, conforme estabelece legislação.

### **CITADOS**

O [Roraima em Tempo](#) entrou em contato com a empresa CMOS Drake do Nordeste SA para confirmar quantos equipamentos foram adquiridos pelo Governo de Roraima e ter uma resposta sobre a denúncia de superfaturamento.

De acordo com um funcionário, a informação é de origem pública e que cabe à gestão estadual prestar esclarecimentos sobre a compra. Disse ainda que o setor jurídico só retornaria na segunda-feira (4). A reportagem tentou contato com a advogada que assina documento ao governo, mas sem sucesso.

A reportagem procurou a Secretaria de Saúde e aguarda uma resposta.

2)

## **Denarium alega 'falhas' em compra de respiradores e exonera secretário de Saúde de Roraima**

*Durante coletiva na manhã deste sábado (2), o chefe do Executivo afirmou que sabia da compra, mas não tinha conhecimento do valor pago*

Foto: Arquivo pessoal

Legenda: Coletiva ocorreu na manhã de hoje

Por Josué Ferreira

O governador de Roraima, Antonio Denarium (PSL), alegou 'falhas' na compra de respiradores para o estado e decidiu exonerar o secretário de Saúde, Francisco Monteiro. A polêmica se deu após a secretaria [pagar adiantado R\\$ 6,4 milhões pela aquisição dos aparelhos](#).

Durante coletiva na manhã deste sábado (2), o chefe do Executivo afirmou que sabia da compra, mas não tinha conhecimento do valor pago. Denarium disse que já solicitou a devolução do dinheiro por parte da empresa.

"Solicitei também que enviassem o processo para auditoria. O secretário não correu o processo legal. Houve algumas falhas. A empresa se comprometeu em entregar em cinco dias úteis, não cumpriu. Depois pediu mais 60 dias. Solicitamos a devolução do dinheiro para o Estado", reforçou.

Assume a Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) como interventor o atual secretário da Segurança Pública (Sesp), Oliven Júnior. Ele disse que "foi pego de surpresa", mas precisava aceitar o desafio. O governador se comprometeu em anunciar um novo nome para a Sesp na próxima segunda-feira (4).

No salão nobre do Palácio do Governo estavam secretários, deputados estaduais e federais, senadores e outras autoridades do Estado. Denarium garantiu que se ficar comprovada aquisição de má fé, os envolvidos serão responsabilizados.

### **COMPRA**

Questionado sobre a compra dos respiradores, Francisco Monteiro alegou que se tratava de necessidade e "faria o mesmo ato". Segundo ele, foi uma ação para salvar vidas. Disse ainda que houve cotação de preços, e entre os três levantados o menor foi da empresa vencedora. Cada equipamento custaria cerca de R\$ 220 mil.

"É uma atitude de gestor para salvar vidas. Se uma pessoa morrer por falta de respirador não quero ser responsabilizado. Tínhamos 22 respiradores para 600 mil pessoas. Refizemos, realinhamos a estrutura da Saúde. Hoje temos 72, com mais 50 que chegaram", frisou Monteiro.

O agora ex-secretário disse que os respiradores não foram comprados "de vendedores de rua", nem "na esquina". Ponderou que são equipamentos com tecnologia chinesa e a pandemia afetou o preço no mercado internacional, por causa do dólar.

"Vamos precisar de mais ventiladores. Pode acontecer com qualquer um de nós [precisar do equipamento]. Faz parte do meu trabalho oportunizar às pessoas atendimento nesse atual cenário", declarou, ao acrescentar que o aparelho é essencial para recuperar pacientes com coronavírus.

## **DENARIUM**

Denarium deixou de responder algumas perguntas. Em determinado momento da coletiva, quase deixou o salão. Contudo, durante 1h30, disse que entendia o "ato de solidariedade" de Francisco, mas jamais compraria respiradores por R\$ 220 mil, se antes comprou por R\$ 44 mil. "Em acordo com a Procuradoria-Geral do Estado [Proge], teremos três procuradores para acompanhar os processos na Sesau, além de dois controladores, para dar celeridade aos processos", concluiu.

Com a mudança no escalão, este é o sexto secretário em pouco mais de um ano. Já passaram pela Pasta: Ailton Wanderley, Élcio Franco, Cecília Lorenzon, Alan Garcês e, por último, Francisco Monteiro.

## **AQUISIÇÃO**

O pagamento antecipado à empresa ocorreu em 31 de março. A compra emergencial pode ocorrer sem licitação devido ao [decreto de calamidade pública assinado pelo governador](#). Denarium autorizou essa modalidade de compra à Sesau desde que fosse voltada à pandemia de Covid-19.

Em outros documentos, o total a ser pago pelo Fundo Estadual de Saúde seria de R\$ 6,7 milhões. Com isso, o Governo já havia pagado 95% do valor antes da entrega dos respiradores. A demora na entrega ocorre, pois, a empresa mineira pediu prorrogação do prazo para enviar os aparelhos. O vice-governador, Frutuoso Lins, pediu à Polícia Federal, Ministérios Público e Federal e também ao Tribunal de Contas, [que também investiguem o contrato](#).

3)

### **'Desumano', criticam familiares sobre falta de filtros em respiradores no HGR**

*Denúncia é a mesma feita há um mês por servidores; filtro é necessário para expelir ar do paciente infectado*

Foto: Divulgação

Legenda: Ao todo, Hospital Geral de Roraima (HGR) tem 76 respiradores

Por Ana Paula Lima

Famílias de pacientes internados na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), do Hospital Geral de Roraima (HGR), voltaram a denunciar a falta de filtros nos respiradores mecânicos utilizados no tratamento de coronavírus. Um requerimento foi entregue à direção da unidade nesta semana solicitando providências urgentes para aquisição dos materiais.

Em vídeos, duas mulheres relataram que não há estrutura para o atendimento adequado no setor, que se tornou referência para o tratamento de doenças respiratórias. Segundo elas, além da falta de filtros para expelir o ar de dentro dos pacientes infectados, não há medicamentos e outros materiais essenciais.

“É desumano e precário o que temos presenciado ali dentro. A equipe técnica e os médicos trabalham por amor. Eles dão o máximo que podem e nós temos visto o empenho deles. Porém são, muitas vezes, impossibilitados de trabalharem melhor”, disse que ela, que acompanha o filho na internação.

A denúncia é a mesma relatada pelo [Roraima em Tempo](#) no início do maio, quando [servidores e acompanhantes informaram que os respiradores estavam sem filtro há um mês](#). O equipamento é essencial para a sobrevivência dos pacientes intubados. À época, a Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) informou que os filtros tinham chegado.

“São inúmeros os materiais que ali faltam. Materiais básicos não têm. Não tem EPIs [Equipamentos de Proteção Individual] para que a equipe possa trabalhar e se proteger. Então, por favor, nós estamos pedindo às autoridades máximas olharem com carinho para essa causa”, clamou.

Ela salientou que as melhorias sejam feitas para todos os pacientes internados. “Hoje é meu filho. Mas se resolve agora a situação desses filtros e depois começa tudo novamente? Como fica o amanhã? As outras vidas? Até quando vai essa situação? Eu não estou pedindo só pelo meu. Estou pedindo por todas as pessoas que estão lá dentro. Nos ajudem, mudem essa situação para acalmar o nosso coração”, frisou.

## **COMPRAS**

Em outro vídeo, a irmã de um dos pacientes destaca que todos os acompanhantes estão custeando o suporte ao tratamento dos internados. “Diariamente, nós familiares, somos obrigados a comprar insumos, medicamentos e alimentação para melhorar o tratamento deles lá, sendo que a gente tem consciência que isso é obrigação do Estado”, relatou.

Conforme ela, os internados precisam ou vão precisar utilizar respiradores mecânicos e, sem o filtro, o ar retirado do paciente é jogado no meio ambiente sem tratamento, aumentando o risco de contaminação em profissionais e acompanhantes.

“Isso é um erro gravíssimo. É visível o caos que se instalou na saúde pública do nosso estado. O que nós pedimos não é favor, é um direito de qualquer paciente”, comentou.

No mês de abril, o Governo de Roraima anunciou a chegada de 50 novos respiradores, mas não informou se já foram instalados nas unidades. Semanas depois, o Poder Executivo realizou a compra de 30 outros aparelhos, entretanto, a [compra de R\\$ 6,7 milhões foi superfaturada](#) e os equipamentos nunca chegaram.

## **SESAU**

A reportagem entrou em contato com a Secretaria de Estado da Saúde (Sesau), mas não teve retorno até o fechamento desta matéria.

4)

## **Empresa e ex-secretário têm bens bloqueados pela Justiça de Roraima por suspeita de superfaturamento**

*MPRR decidiu processar os envolvidos por improbidade administrativa devido à compra de 30 respiradores no valor de R\$ 6,4 milhões*

Foto: Tiago Orihuela

Legenda: Francisco, durante oitiva na CPI da Saúde

Por Redação

A Justiça de Roraima bloqueou os bens do ex-secretário Francisco Monteiro, da empresa CMOS Drake do Nordeste LTDA, e de um ex-coordenador Secretaria de Estado da Saúde (Sesau). A decisão é de hoje (15) e ocorre em um processo [movido pelo Ministério Público do Estado de Roraima \(MPRR\)](#).

“Dispensa de licitação não quer dizer que houve dispensa de procedimento administrativo; pelo contrário, apesar de maior simplicidade do que no procedimento licitatório ordinário, a lei ainda exige o cumprimento de formalidades”, escreve o juiz 1ª Vara da Fazenda Pública, Phillip Barbieux Sampaio.

O MPRR decidiu processar os envolvidos por improbidade administrativa devido à [compra de 30 respiradores no valor de R\\$ 6,4 milhões](#). Para o órgão, houve superfaturamento na aquisição.

"[...] edital é claro ao estabelecer o prazo para pagamento, no entanto, houve pagamento antes mesmo da formalização do contrato. Ademais, mesmo com pagamento adiantado, os

ventiladores pulmonares sequer foram entregues, o que causa prejuízos à coletividade”, destacou o magistrado na decisão.

No total, devem ser bloqueados R\$ 6.464.730,00. O pagamento dos respiradores ocorreu em 31 de março pelo então coordenador-geral de Urgência e Emergência. No entanto, o documento que formalizava esse processo só teria sido encaminhado à Gerência Especial de Cotação posterior à compra e com o retorno do setor datado do dia 2 de abril.

“A pesquisa da Gerência de Cotação identificou o preço médio do respirador pulmonar de R\$ 20,9 mil. No entanto, só foi juntada ao procedimento após serem adquiridos os 30 respiradores”, informa um trecho da ação.

O [Roraima em Tempo](#) tenta contato com os citados.

## MATÉRIAS FOLHABV

1)

### COVID-19

# Comissão faz pedido de informação sobre aquisição de respiradores

Conforme denúncias, 30 respiradores foram adquiridos por cerca de R\$ 220 mil cada

## [CIDADES](#)

Por [Folha Web](#)

Em 02/05/2020 às 19:30



Presidente da Comissão e autor do pedido de informação, deputado estadual Neto Loureiro (PMB), disse que a medida visa transparência e esclarecimentos sobre o caso

A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR), no final desta semana, solicitou informações ao Governo do Estado sobre o processo de aquisição de 30 respiradores pulmonares que, conforme denúncia, foram adquiridos por cerca de R\$ 220 mil cada, um preço exorbitante se comparado com outros estados nacionais.

Presidente da Comissão e autor do pedido de informação, deputado estadual Neto Loureiro (PMB), disse que a medida visa transparência e esclarecimentos sobre o caso. "Com isso, poderemos apurar e analisar a compra, saber como foi realizada, saber se o preço de mercado é realmente este", afirmou.

Além disso, conforme a denúncia feita à Comissão, o pagamento foi realizado de forma antecipada. "Em ações governamentais como esta, a empresa responsável só recebe depois que presta o serviço. Ainda mais agravante, é que a mesma instituição solicitou o adiamento da entrega dos materiais, que só devem chegar em julho por aqui", explicou o parlamentar.

**PREÇOS** - É possível notar a diferença de preço do material (valor unitário), se compararmos a outros estados brasileiros que também o adquiriram: o Amazonas pagou R\$ 103 mil; o Ceará 117 mil; Minas Gerais R\$ 59 mil; São Paulo R\$ 183 mil; e Roraima cerca de R\$ 220 mil.

**LEGISLAÇÃO** - A Comissão também questionou a falta de divulgação das medidas por parte do Poder Executivo. De acordo com a Lei Federal 13.979/20, que traz medidas para enfrentamento da crise da covid-19, devem ser divulgadas pela internet todas as contratações ou aquisições realizadas pelo Estado para o enfrentamento da doença.

"Mesmo que o Governo dê explicações à sociedade, precisamos ir ao fundo nestes processos para que a fiscalização da Assembleia tenha efetividade. Continuaremos acompanhando os processos,

principalmente referentes ao coronavírus, para evitar qualquer tipo de problema”, finalizou Neto.

*BERTO BATALHA*

*Assessoria Parlamentar*

*Deputado Estadual Neto Loureiro (PMB)*

2)

**COVID-19**

## **Secretário é exonerado por pagamento antecipado de respiradores**

Os respiradores foram comprados por R\$ 6 milhões, e o valor foi pago antecipadamente pela Secretaria Estadual de Saúde (Sesau)

**CIDADES**

Por **Dina Vieira**

Em 02/05/2020 às 11:23



O ato foi comunicado em coletiva de imprensa, realizada na manhã deste sábado, 2, no Palácio Senador Hélio Campos (Foto: Nilzete Franco/FolhaBV)

O governador Antônio Denarium (sem partido) justificou a exoneração do agora ex-secretário de Saúde, Francisco Monteiro, afirmando que ele não seguiu o rito que a lei determina no processo de aquisição de respiradores, para atender pacientes com covid-19 em Roraima. O ato foi comunicado em coletiva de imprensa, realizada na manhã deste sábado, 2, no Palácio Senador Hélio Campos.

Os respiradores foram comprados por R\$ 6 milhões, e o valor foi pago antecipadamente pela Secretaria Estadual de Saúde (Sesau). Monteiro afirmou durante a coletiva que o pagamento antecipado tem sido um procedimento seguido por outros estados.

“Minha intenção foi a de salvar vidas, e não tenho dúvida que agi de maneira correta, se fosse necessário faria da mesma forma, mas reconheço meu ato como imprescindível nesse momento”, justificou o ex-secretário de Saúde.

Denarium afirmou que ele próprio acionou a Controladoria Geral do Estado para auditar o processo de compra dos respiradores.

“Reconheço a boa intenção do Monteiro, mas ele não cumpriu os ritos processuais legais e eu não tive conhecimento desse pagamento antecipado, por isso será exonerado do cargo. Nós já solicitamos da empresa o reembolso do valor pago, para que possamos efetuar nova compra dos equipamentos”, afirmou o chefe do Executivo.

Ainda segundo Denarium, os 50 respiradores que o estado recebeu na semana passada, começarão a funcionar de imediato nas unidades hospitalares.

Quem assume o cargo de secretário de Saúde, é Oliven Junior que, até então, ocupava o cargo de secretário de Segurança Pública.

“Fui pego de surpresa com essa missão, mas como disse o ex-secretário e o governador, o mais importante é salvar vidas e vamos encarar esse desafio”, disse.

SEGURANÇA PÚBLICA – Com a saída de Oliven Júnior da Sesp, o cargo de secretário está vago, e segundo informações, o novo nome que assumirá a pasta só será divulgado na próxima segunda-feira, 4

3)

#### POSSÍVEIS IRREGULARIDADES

## Três parlamentares assinam pedido de impeachment do governador

Relato é que há indicações de irregularidades na aquisição de máscaras e benefício de empresas ligadas à Denarium

### POLÍTICA

Por [Folha Web](#)

Em 05/05/2020 às 18:17



Medida foi definida após reunião do Bloco da Maioria na Assembleia Legislativa  
(Foto: Supcom ALE-RR)

Durante reunião do Bloco da Maioria na tarde de hoje, 05, na Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR), apenas três deputados assinaram o pedido de impeachment do governador Antonio Denarium (sem partido). Os parlamentares são Jânio Xingu (PSB), Betânia Almeida (PV) e Dhiego Coelho (PTC).

Segundo informações do deputado Jânio Xingu, há indicações de irregularidades na aquisição de equipamentos para a Secretaria Estadual da Saúde (Sesau), como supervalorização de máscaras e possível benefício à empresas ligadas à assessores diretos de Denarium.

A previsão é que uma coletiva de imprensa seja convocada para tratar do assunto a partir das 10h desta quarta-feira, 05, na Assembleia Legislativa.

O bloco da maioria é liderado pelo deputado Coronel Chagas (PRTB) e pelo vice-líder Evangelista Siqueira (PT), tendo como os demais membros: Betânia Almeida (PV), Dhiego Coelho (PTC), Neto Loureiro (PMB), Nilton Sindpol (Patri), Odilon Filho (Patri), Renato Silva (Republicanos), Yonny Pedroso (SD) e Jânio Xingu (PSB).

**GOVERNO DO ESTADO** - Em nota encaminhada à imprensa, a Secom informou que após tomar conhecimento das denúncias relacionadas a compra de respiradores, o Governo de Roraima publicou o Decreto Nº 28.775-E de 04 de maio de 2020, instituindo a Força-Tarefa jurídica na Secretaria Estadual de Saúde (Sesau), comandada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE).

“Esclarece ainda que a finalidade do ato é analisar processos administrativos/licitatórios para o andamento e amparo legal dos mesmos. A Força-Tarefa será presidida pelo procurador-geral adjunto do Estado, Ernani Batista que poderá nomear membros para a realização das análises dos processos”, ressaltou a Secom.

Por fim, a secretaria reforçou que está colaborando com os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde, da Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR) e da Polícia Civil.

**ENTENDA** - A expectativa de oficializar o pedido de impeachment do governador surgiu desde o início da tarde de hoje. A informação foi prestada pela deputada Yonny Pedroso (Solidariedade), membro do

Bloco da Maioria da ALE-RR, em entrevista à Rádio Folha 100.3 FM na manhã desta terça-feira. O relato é que a medida foi motivada em razão de denúncias de supostas irregularidades na aquisição de equipamentos para a Sesau, considerando a pandemia do novo coronavírus.

4)

**ARQUIVADO**

## **Pedidos de impeachment de Denarium são rejeitados na ALE**

Ambas as representações pediam saída do governador por conta da situação da saúde pública

**POLÍTICA**

Por **Paola Carvalho**

Em 07/07/2020 às 16:47



Governador Antonio Denarium (Foto: Nilzete Franco/FolhaBV)

As duas representações por crime de responsabilidade contra o governador Antonio Denarium (sem partido), que solicitaram o impeachment do gestor estadual em razão da situação de caos na saúde pública, foram rejeitadas na Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR).

As representações foram lidas em plenário durante sessão remota desta terça-feira, 07. Na ocasião, o presidente da ALE-RR, Jalser Renier (SD), informou dos dois pedidos. Um deles de autoria do deputado Dhiego Coelho (PTC), Jânio Xingu (PSB) e Betânia Almeida (PV). O outro pedido é de autoria do deputado federal Nicoletti (PSL).

“Coloco esses dois pedidos de impeachment do senhor governador em discussão. Como não há discussão, coloco em votação. Como não há nenhum interesse dos senhores deputados em discutir. Eu considero a matéria rejeitada pelo plenário da Assembleia. Portanto, está improcedente os dois pedidos de impeachment apresentado pelos deputados estaduais e pelo deputado federal Nicoletti”, declarou Jalser.

**ENTENDA** - O primeiro pedido de impeachment foi registrado em maio deste ano. Na ocasião, **os três parlamentares assinaram o pedido** sob alegação de indicações de irregularidades na aquisição de equipamentos para a Secretaria Estadual da Saúde (Sesau), como supervalorização de máscaras e possível benefício à empresas ligadas à assessores diretos de Denarium.

Já o deputado federal Nicoletti **pediu o impeachment do governador em junho deste ano**, por conta de "má gestão dos recursos públicos e a compra superfaturada de respiradores".

Em relação à rejeição do pedido de impeachment do governador, o deputado federal Nicoletti informou que lamenta a decisão da Assembleia. "Já acionei a Polícia Federal e o Ministério Público Federal no Estado para que as denúncias de irregularidades na aquisição dos respiradores pelo governo sejam apuradas. Confio que essas investigações serão realizadas de forma célere para esclarecer tais fatos", afirmou.

Reforçou ainda que apesar da decisão da ALE-RR, continuará cobrando do Governo do Estado esclarecimentos concretos a respeito da

aplicação dos recursos recebidos para o combate à COVID-19. "Continuarei fiscalizando para que a gestão das verbas públicas no Estado seja realizada de forma transparente, idônea e eficiente", completou. (P.C.)